



Universidade Federal da Bahia - UFBA
Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e
Feminismo (PPGNEIM)

ARTHUR FACHINI RODRIGUES

**“NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS”? UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS
GLOBAIS HEFORSHE E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



Salvador, 2022

ARTHUR FACHINI RODRIGUES

**“NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS”? UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS
GLOBAIS HEFORSHE E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Linha de pesquisa: Gênero, Poder e Políticas Públicas

Salvador, 2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696 Rodrigues, Arthur Fachini,
“Não deixar ninguém para trás”? Uma análise dos movimentos globais HeForShe e
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável / Arthur Fachini Rodrigues. – 2022.
128 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Violência contra as mulheres – Brasil. 2. Feminismo. 3. Identidade de gênero. 4. Mulheres – Papel social. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.42



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
(PPGNEIM)**

ATA Nº 200

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM), realizada em 15/09/2022 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO no. 200, área de concentração Mulheres, Gênero e Feminismo, do(a) candidato(a) ARTHUR FACHINI RODRIGUES, de matrícula 2020112447, intitulada NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS? UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS GLOBAIS HEFORSHE E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Às 10:00 do citado dia, PPGNEIM, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^a. VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI que apresentou os outros membros da banca: Prof^a. Dra. MARCIA SANTANA TAVARES, Prof^a. Dra. TATIANA GONÇALVES MOURA e Prof^a. Dra. FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. TATIANA GONÇALVES MOURA, UC

Dra. FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA, USP

Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARCIA SANTANA TAVARES, UFBA

Examinadora Interna

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI, UANL

Presidente

ARTHUR FACHINI RODRIGUES



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
(PPGNEIM)

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 200

Autor(a): ARTHUR FACHINI RODRIGUES

Título: NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS? UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS
GLOBAIS HEFORSHE E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Banca examinadora:

Prof(a). TATIANA GONÇALVES MOURA	Examinadora Externa à Instituição
Prof(a). FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA	Examinadora Externa à Instituição
Prof(a). MARCIA SANTANA TAVARES	Examinadora Interna
Prof(a). VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI	Presidente

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. INTRODUÇÃO
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. METODOLOGIA
4. RESULTADOS OBTIDOS
5. CONCLUSÕES - *complementar com as sugestões da banca sobre abordagem crítica*

COMENTÁRIOS GERAIS:

Dissertação aprovada com recomendação de publicação e continuidade de estudos doutorais.

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

Vanessa R.S. Cavalcanti
Prof(a). VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Salve as e os guias, amigas e amigos do plano espiritual! Com muita fé e respeito, agradeço pela proteção, pelos caminhos abertos e pelos livramentos! Obrigado Senhor Deus, Jesus Cristo, por nunca me desamparar. Obrigado pela força, pela vida, pelas oportunidades e também pelos encontros no caminho. Obrigado por me trazer à Salvador!

Não cheguei aqui sozinho, e por isso é preciso reconhecer e nomear aquelas que estiveram comigo neste percurso tão intenso e desafiador que foi o mestrado e a escrita dessa dissertação. Tenho muito a agradecer à minha mãe, Silvia, pelo apoio, nas mais diversas formas, pelo carinho, pelas conversas, pelo encorajamento, pela paciência e pela força. Tenho muito orgulho de ser seu filho! Que meu trabalho possa honrar o esforço e o empenho que você teve para me apoiar nessa jornada.

Gostaria de agradecer também à minha irmã, Luíza, pelo apoio, paciência, conselhos, pelas leituras dos meus textos e pelas conversas, que nos momentos de maior ansiedade e dúvida, me ajudaram a seguir! Tenho orgulho de ser seu irmão!

Gostaria de agradecer à minha orientadora Professora Dra. Vanessa Cavalcanti pelo apoio, pelo acolhimento, pelos direcionamentos, ensinamentos e trocas, pela confiança e pelas oportunidades. Muito obrigado por aceitar me orientar na escrita dessa dissertação. Espero que tenha ficado satisfeita com meu empenho e resultados até aqui!

Gostaria de agradecer também à Professora Dra. Francirosy Campos Barbosa, à Professora Dra. Márcia Tavares e à Professora Dra. Tatiana Moura por terem aceitado participar da banca avaliadora de minha defesa pública da dissertação, e pelas valiosas impressões, recomendações e sugestões feitas à pesquisa. Espero que fiquem satisfeitas com o resultado final deste trabalho!

Agradeço às Professoras Dras Clarice Pinheiro, Janja Araujo, Josimara Delgado, Marcia Macedo, Marcia Tavares e Patrícia Gomes, e ao Professor Dr. Cloves Oliveira, pelos conhecimentos e ensinamentos compartilhados nas disciplinas que tive a oportunidade de cursar, que foram de grande importância para meu desenvolvimento como pessoa e como profissional e acadêmico.

Não poderia deixar de agradecer à minha amiga Dailza Araújo, que tive o privilégio de conhecer no PPGNEIM! Muito obrigado pelo apoio, força, trocas e parcerias nessa jornada! Agradeço às minhas colegas do PPGNEIM, pelo acolhimento, trocas de conhecimento e aprendizados. Contem comigo na luta! Sempre! Um agradecimento especial também à Kelly Rangel pelo auxílio e ajuda nas questões acadêmicas e administrativas.

Um agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, pela bolsa de estudos, que foi de grande importância para a realização e concretização desta dissertação, e para a minha dedicação integral ao mestrado.

Obrigado a todas as pessoas que fizeram parte, diretamente e indiretamente, desta conquista! Que venham novas oportunidades e encontros nessa jornada, que não se encerra aqui!

Dedico este trabalho à minha mãe e à minha irmã – minha família. E a todas as mulheres, do passado, presente e futuro, na luta contra o patriarcado e contra a opressão. Que meu trabalho esteja à altura da luta e que possa contribuir para esses esforços.

“A liberdade é uma luta constante”
(Angela Y. Davis)

RESUMO

A desigualdade de gênero, a violência e a opressão das mulheres é uma questão de longa data, e é inegável a sua crescente importância para qualquer debate, iniciativa ou movimento que esteja verdadeiramente comprometido com a justiça social. O lançamento dos movimentos globais HeForShe, em 2014 pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, ONU Mulheres, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), representam importantes marcos nos esforços globais para fortalecer e fomentar as mudanças necessárias no mundo e nos esforços para a superação da desigualdade de gênero e a promoção do desenvolvimento sustentável. Reconhecendo que a superação da desigualdade de gênero não pode estar dissociada das lutas para a superação de opressões como a racial, de classe e da hetero-cis-normatividade, e que apenas respostas estruturais poderão garantir a superação destas desigualdades; nesta pesquisa, fundamentado em teorias feministas, com uma abordagem interseccional e decolonial, realizo uma análise crítica sobre esses dois movimentos globais, e em específico o ‘ODS 5: Igualdade de Gênero’, com o objetivo de melhor compreender como as propostas, metas e estratégias desses movimentos globais respondem às opressões e desigualdades estruturais; como estes movimentos se posicionam em relação à universalização das viências e experiências das mulheres; e como contemplam as pautas feministas da atualidade. A metodologia utilizada neste trabalho é de análise qualitativa, com base documental e de mídias, disponíveis nas plataformas e páginas oficiais dos movimentos globais estudados e de entidades da ONU, e revisão de literatura feminista. Resultados da análise apontam ausências de marcadores sociais importantes, propostas paliativas frente às desigualdade estruturais, e a não contemplação de pautas importantes do movimento feminista.

Palavras-chave: Feminismos; igualdade de gênero; HeForShe; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN

La desigualdad de género, la violencia y la opresión de las mujeres es un tema de larga data, y es innegable su importancia creciente para cualquier debate, iniciativa o movimiento verdaderamente comprometido con la justicia social. El lanzamiento de los movimientos globales HeForShe, en 2014 por la Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres, ONU Mujeres, y los Objetivos de Desarrollo Sostenible, en 2015 por Naciones Unidas, representan hitos importantes en los esfuerzos globales para fortalecer e impulsar los cambios necesarios en el mundo y en los esfuerzos para superar la desigualdad de género y la promoción del desarrollo sostenible. Reconociendo que la superación de la desigualdad de género no puede desvincularse de las luchas por la superación de opresiones como la racial, de clase y la hetero-cis-normatividad, y que sólo las respuestas estructurales pueden garantizar la superación de estas desigualdades; en esta investigación, basada en teorías feministas, con un enfoque interseccional y decolonial, realizo un análisis crítico de estos dos movimientos globales, y específicamente del 'ODS 5: Igualdad de Género', con el fin de comprender mejor cómo funcionan las propuestas, metas y estrategias. de estos movimientos globales responden a opresiones y desigualdades estructurales; cómo se posicionan estos movimientos en relación a la universalización de las experiencias de las mujeres; y cómo contemplan las agendas feministas actuales. La metodología utilizada en este trabajo es un análisis cualitativo, basado en documentos y medios, disponibles en las plataformas y páginas oficiales de los movimientos globales estudiados y de las entidades de la ONU, y revisión de la literatura feminista. Los resultados del análisis apuntan a la ausencia de marcadores sociales importantes, propuestas paliativas frente a las desigualdades estructurales y la no contemplación de lineamientos importantes del movimiento feminista.

Palabras clave: Feminismos; Igualdad de género; HeForShe; Objetivos de Desarrollo Sostenible

ABSTRACT

Gender inequality, violence and the oppression of women is a long-standing issue, and its growing importance for any debate, initiative or movement that is truly committed to social justice is undeniable. The launch of the global movements HeForShe, in 2014 by the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women, UN Women, and the Sustainable Development Goals, in 2015 by the United Nations, represent important milestones in the global efforts to strengthen and foster the necessary changes in the world and in the efforts to overcome gender inequality and the promotion of sustainable development. Recognizing that overcoming gender inequality cannot be dissociated from struggles to overcome oppressions such as racial, class and hetero-cis-normativity, and that only structural responses can guarantee the overcoming of these inequalities; in this research, based on feminist theories, with an intersectional and decolonial approach, I make a critical analysis of these two global movements, and specifically the 'SDG 5: Gender Equality', in order to better understand how the proposals, goals and strategies of these global movements respond to structural oppressions and inequalities; how these movements position themselves in relation to the universalization of women's experiences; and how they contemplate current feminist agendas. The methodology used in this work is a qualitative analysis, based on documents and media, available on the platforms and official pages of the global movements studied and of UN entities, and a review of feminist literature. Results of the analysis point to the absence of important social markers, palliative proposals in the face of structural inequalities, and the non-contemplation of important guidelines of the feminist movement.

Keywords: Feminisms; Gender equality; HeForShe; Sustainable Development Goals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
- CEDAW - *Committee on the Elimination of Discrimination against Women*
- CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- CWS - *Commission on the Status of Women*
- DAW - *Division for the Advancement of Women*
- EIGE - *European Institute For Gender Equality*
- FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- GCAP - *Global Call to Action Against Poverty*
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INSTRAW - *International Research and Training Institute for the Advancement of Women*
- LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros
- LGBTI - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, intersexo
- LGBTQI+ - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, *queer*, intersexo, e demais identidades de gênero e sexualidades
- LGBTQIAP+ - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais e demais identidades de gênero e sexualidades
- ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OHCHR - *Office of the High Commissioner for Human Rights*
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OSAGI - *Office of the Special Adviser to the Secretary-General on Gender Issues and Advancement of Women*
- PPGNEIM - Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SDGs - *Sustainable Development Goals*
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- UN - *United Nations*
- UNIFEM - *United Nations Development Fund for Women*
- USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 - Logo do movimento global HeForShe.....	57
Figura 2 - <i>The Barbershop Toolbox</i>	60
Figura 3 - <i>Standing with. Not speaking for</i>	61
Figura 4 - <i>Ally is a verb</i>	61
Figura 5 - <i>#YearOfMaleAllyship</i>	64
Figura 6 - <i>#HeForSheAtHome</i>	65
Figura 7 - <i>What is your impact? #GlobalImpact</i>	78
Figura 8 - <i>How do you live #BeyondLabels?</i>	78
Figura 9 - <i>#ShiftYourPerspective</i>	79
Figura 10 - <i>#BeingHuman What does it mean to be human?</i>	79
Figura 11 - <i>I am HeForShe you can #CountMeIn</i>	80
Figura 12 - <i>Who are you #HeForShe for? #YouForWho</i>	80
Figura 13 - <i>Breaking gender stereotypes</i>	81
Figura 14 - <i>#BeingHeForShe means...</i>	81
Figura 15 - <i>Free University Tour HeForShe</i>	82
Figura 16 - <i>It's time to challenge patriarchal systems</i>	83
Figura 17 - <i>#Allwomen - Todas as mulheres LGBTQ+ são mulheres</i>	85
Figura 18 - <i>Sustainable Development Goals</i>	87
Figura 19 - <i>Millennium Development Goals</i>	90

QUADROS

Quadro 1 - Objetivo 5: Igualdade de Gênero.....	88
Quadro 2 - Indicadores para o Objetivo 5.....	94

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. PONTO DE PARTIDA E METODOLOGIA	17
1.1 Sobre o pesquisador - um homem pode escrever um texto feminista?.....	17
1.2 Sobre o projeto e suas delimitações.....	18
1.3 A interseccionalidade como lente de análise.....	21
1.4 Olhares críticos e decoloniais.....	24
1.5 A questão dos objetos e sujeitas de pesquisa.....	27
1.6 Sobre o desenvolvimento e etapas da pesquisa.....	28
1.7 Objetivos da pesquisa.....	29
2. A(S) QUESTÃO(ÕES) DA(S) MULHER(ES)	31
2.1 Quem são consideradas mulheres?.....	31
2.2 Resistências das mulheres lésbicas.....	34
2.3 Além da desigualdade de gênero: outros sistemas de opressão.....	36
2.4 Perspectivas dos feminismos negros do Norte (Estados Unidos).....	36
2.5 As vozes “da margem da margem”: perspectivas do feminismo negro do Sul (Brasil).....	40
2.6 Sobre a questão de classe e trabalho.....	42
3. PROBLEMATIZANDO O FEMINISMO HEGEMÔNICO	44
3.1 O feminismo hegemônico e a universalização da experiência das mulheres.....	44
3.2 Pontos de encontro entre os marcadores sociais e a necessidade de respostas estruturais.....	48
3.3 Vozes do Sul global: movimentos na América Latina.....	52
3.3.1 Mulheres Quilombolas no Brasil.....	53
3.3.2 <i>Ni Una Menos</i>	54
4. ESFORÇOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO	56
4.1 O movimento global HeForShe.....	56
4.1.1 Caminhos até o HeForShe.....	58
4.1.2 Estratégias de identidade e ação do movimento HeForShe.....	60
4.1.3 Engajando homens na luta por igualdade.....	69
4.1.4 Analisando o movimento.....	76
4.2 O movimento global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	90
4.2.1 Implementação e acompanhamento.....	95

4.2.2 Apontamentos sobre a Resolução “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”	98
4.2.3 Apontamentos sobre o Objetivo 5: Igualdade de Gênero.....	106
5. NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS?	108
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE	
a. Declaração de compromisso anti-plágio.....	127
b. Créditos do autor.....	128

“Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos - isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer” (Veronica Gago, 2020).

1. PONTO DE PARTIDA E METODOLOGIA

1.1 Sobre o pesquisador - um homem pode escrever um texto feminista?

Pode um homem ser feminista? Pode um homem escrever um texto feminista? São questões às quais ainda não tenho respostas certas e definitivas, se é que elas existem. Por isso, me posicionarei como aliado. E como um homem e pesquisador aliado tenho como objetivo que este trabalho possa contribuir de alguma maneira para as discussões, problematizações e luta contra o patriarcado, a opressão, a desigualdade e violência de gênero. Por isso, não posso me esquivar do compromisso feminista. É preciso ser coerente com as ideias, questionamentos e a ética feminista (hooks, 2019)¹. Este texto não é neutro ou objetivo. Foram feitas escolhas durante a escrita e ele está sujeito às minhas fraquezas de percepção (as quais busco a todo tempo colocá-las em cheque em meus estudos pessoais).

Sou um homem cisgênero; no Brasil sou visto como branco; sou parte da comunidade LGBTQIAP+²; não sou uma pessoa com deficiência; nasci no interior do estado de São Paulo, hoje moro em Salvador; sou classe média; minha grande referência de mulher é minha mãe, que me criou praticamente sozinha após o divórcio; tenho uma irmã mais nova; fiz minha graduação em Relações Internacionais em uma universidade particular; tive a oportunidade de fazer um intercâmbio acadêmico para a Irlanda, através da minha universidade, onde tive meu primeiro contato com as ideias do feminismo e dos estudos de gênero e desenvolvimento; tive a oportunidade de conhecer alguns países na Europa e América Latina; me identifico como latino-americano; sou fluente em inglês; tive a oportunidade de estudar por um tempo espanhol; et cetera.

¹ Neste trabalho todas as menções e citações da intelectual feminista estadunidense bell hooks serão feitas em letras minúsculas, respeitando a escolha da autora em grafar seu pseudônimo em letras minúsculas.

² Faço a escolha do uso da sigla LGBTQIAP+ visto que essa configuração tem sido a mais utilizada no momento pelo movimento. Outras configurações da sigla podem ser facilmente encontradas em textos sobre a comunidade e sobre suas lutas.

Aprendi com os estudos feministas que estas características, subjetividades e experiências que menciono acima, dentre tantas outras, marcam e impactam a minha história, a minha vivência, a minha experiência e a minha visão de mundo (em constante construção e desconstrução). Tenho um lugar específico e compartilhado na sociedade - meu lugar de fala. Por isso, preciso ser transparente em relação a essa posição e assumir o lugar do qual escrevo esse trabalho.

Há uma grande diferença entre estudar as questões as quais eu abordarei neste trabalho, e vivenciar e vivenciar-estudar estas questões. Isso ficou muito claro para mim nas aulas das disciplinas do mestrado. Por mais que eu me indignava e me impactava ao ler e ouvir sobre aquelas opressões e desigualdades, ao fechar o livro ou desligar a tela do computador, a minha vida não era aquela e eu não passava ou tinha passado por tal situação. Muitas das minhas colegas se identificavam e identificavam em suas próprias experiências aquelas opressões e exemplos os quais estávamos lendo e discutindo. Os relatos nas aulas materializaram tudo aquilo que estávamos lendo. Isso teve um grande impacto na minha compreensão sobre as desigualdades e sobre a importância da responsabilidade em se escrever um texto feminista. A minha experiência de privilégio torna difícil a identificação pessoal com aquelas questões, e dificulta muitas vezes a compreensão e a identificação dos detalhes entre as linhas das escritas feministas.

Meus privilégios resultam em fraquezas de percepção. No entanto, tenho o compromisso de superar essas fraquezas, essa dificuldade em ver os detalhes e as sutilezas da opressão, através da auto análise e do uso das lentes feministas que me guiarão neste trabalho. Com muita admiração e respeito aos estudos feministas e à luta das mulheres e meninas ao redor do globo, me dedicarei para que este trabalho contribua de alguma forma para o debate, problematizações e luta contra o sexismo, o patriarcado e a opressão, desigualdade e violência de gênero.

1.2 Sobre o projeto e suas delimitações

A proposta deste projeto de pesquisa se dá a partir de um interesse pessoal em contribuir positivamente para o movimento feminista e para os debates, problematizações e luta para a superação da desigualdade de gênero e opressão das mulheres e meninas em todas as suas formas e do patriarcado. As perguntas que guiam essa pesquisa apareceram para mim a partir de meu engajamento pessoal com leituras feministas para compreender as questões de gênero, raça e suas conexões com as outros marcadores e desigualdades; e através da minha experiência e meu engajamento pessoal com o ativismo local e com o compartilhamento de

conhecimentos em iniciativas de educação não-formal, inspiradas nas propostas dos movimentos globais HeForShe³ (ONU Mulheres) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Organização das Nações Unidas), as quais tive a oportunidade de liderar na Escola Estadual Abílio Manoel, em Bebedouro - SP, sob o nomes de “Clube HeForShe” e “Clube Defensores Globais” nos anos de 2017 e 2018. As iniciativas foram implementadas com o apoio e a supervisão da direção da escola, e tiveram como objetivos compartilhar conhecimentos, conscientizar, promover o pensamento crítico e engajar, de maneira embasada, as pessoas participantes interessadas, que incluíam jovens das turmas do oitavo ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio. A participação era optativa, e acontecia em horário já pré determinado pela escola, onde outros Clubes temáticos também ocorriam, com base nos projetos de vida⁴ das pessoas estudantes. Temas como a desigualdade de gênero, o racismo, o combate ao *bullying*, a defesa do reconhecimento da diversidade, e a desconstrução de papéis e estereótipos de gênero, dentre outros temas relacionados aos Direitos Humanos, foram abordados nos encontros de discussão semanais. Campanhas de conscientização e engajamento foram promovidas na escola, com a participação das pessoas integrantes dos Clubes, incentivando o exercício da cidadania e a promoção da igualdade no espaço escolar.

Afirmo que o tempo para pesquisa não é extenso, e por isso, não é possível concretizar o desejo de identificar, pesquisar e escrever sobre todas as perspectivas, sobre todas as demandas, sobre todas as particularidades e todas as abordagens feministas, até mesmo dentro daquilo que foi delimitado para ser analisado. A questão do acesso a alguns textos e livros, seja por disponibilidade, custo, direitos autorais, idioma, conhecimento da existência, dentre outros motivos, se apresenta também como um obstáculo.

Reconhecendo a pluralidade de vozes, mobilizações, questionamentos e análises feministas e dos estudos de gênero, por questões de acesso, tempo e de identificação, serão abordadas apenas algumas dessas perspectivas feministas. A opção por abordar algumas perspectivas do Sul global, especificamente da América Latina, se dá como um compromisso identitário, como latinoamericano, e da importância do movimento decolonial (CURIEL, 2020; GONZALES, 2020a, LUGONES, 2019; PAREDES 2020). Como Sul global estou compreendendo as regiões e países que estão, por questões econômicas e políticas,

³ Segundo as normas da ABNT, os termos e palavras em inglês devem ser escritas no corpo do texto em itálico. Por se tratar do nome de um movimento global opto por não colocá-lo em itálico.

⁴ O desenvolvimento de projetos de vida das pessoas estudantes do ensino médio faz parte de estratégia aprovada na Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio. Para mais informações sobre a Lei e as mudanças acesse: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> Acesso em: 19/07/2022

submetidos a uma relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento marcada por desigualdades de poder e influência; junto a isso, reconhecendo o processo de resistência das ex-colônias contra a influência dominadora europeia e norte-americana em suas questões. Reforço essa compreensão com o que afirma Mohanty (2003):

Norte/Sul é usado para distinguir entre nações e comunidades ricas e privilegiadas e nações e comunidades economicamente e politicamente marginalizadas, como é o caso do *Ocidente/não-Ocidente*. Embora esses termos tenham o objetivo de distinguir vagamente os hemisférios norte e sul, as nações e comunidades ricas e marginais obviamente não se alinham perfeitamente dentro desta estrutura geográfica. E ainda, como uma designação política que tenta distinguir entre os “ricos” e os “pobres”, ela tem um certo valor político” (MOHANTY, 2003, p. 505, grifos da autora, versão livre do autor).

Sobre essas perspectivas que serão abordadas, não tenho a pretensão de esgotá-las, generalizá-las, limitá-las e/ou privilegiá-las; meu intuito é o de ecoar essas vozes, resistências, demandas e contribuições para e na luta pela superação das opressões e desigualdades em seus contextos, ainda tão marcados pelo imperialismo e “castigados” pelo neoliberalismo. Pretendo trazer inclusive alguns exemplos e pensamentos produzidos além da América Latina que estejam próximas às realidades e agendas da região (FEDERICI, 2017; MOHANTY, 1991, 2003; VERGES, 2020).

Abordarei nesta pesquisa dois movimentos globais: o HeForShe, da ONU Mulheres, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. Por serem movimentos globais, possuem suas próprias “versões” e “adaptações” em outros países, refletindo talvez demandas e pautas mais específicas de cada região; a exemplo do Brasil, o movimento HeForShe é conhecido por “ElesPorElas”. Por uma questão estratégica e buscando problematizar a questão “global” desses movimentos, terei como foco apenas as suas frentes oficiais globais e suas resoluções oficiais.

Gostaria de destacar ainda a dificuldade e a responsabilidade em escrever sobre realidades as quais não vivo e sobre as quais não tenho profundidade de conhecimento sobre. O tempo de pesquisa é curto para se compreender essas questões profundamente. Reafirmo um compromisso ético feminista, a evitar generalizações e reforço de estereótipos.

Não posso deixar de registrar o contexto em que escrevo este trabalho. Em 11 de março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pandemia do Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2. Devido a gravidade da situação e o rápido aumento do número de casos de infecção ao redor do mundo, diversas atividades foram suspensas, o isolamento social foi recomendado e várias mudanças na organização da nossa sociedade foram implementadas. As aulas, antes presenciais, após um semestre suspensas, retornaram na modalidade virtual, o que nos apresenta e impõe diversos desafios e limitações,

tecnológicos, físicos e mentais, que impactam diretamente no aprendizado, no rendimento, na expansão de conhecimentos através da troca e das discussões dos textos e temas em sala de aula, e no que se espera de uma experiência acadêmica viva, intensa e calorosa. Apenas no último semestre do meu mestrado as aulas foram híbridas. As reuniões de orientação seguiram na modalidade virtual desde o início. Questões sanitárias, políticas, econômicas e sociais, potencializadas pela pandemia e pela má gestão do atual governo, geraram insegurança, medo, tristeza, angústia e mal estar, promovendo um grande impacto em qualquer atividade exercida, neste caso intelectual e de pesquisa, no Brasil. Escrever e estudar em meio a todo esse mal estar é resistir.

1.3 A interseccionalidade como lente de análise

Tenho como objetivo que este trabalho contribua positivamente para os esforços rumo a igualdade de gênero, através dos questionamentos e problematizações sobre estes movimentos globais da ONU, tendo como referência as diversas ideias, alinhadas com a justiça social, que serão ecoadas nesta escrita; Por isso, tendo em mente conjuntamente a proposta destes movimentos globais, de “deixar ninguém para trás”, esta pesquisa terá como bússola de análise, dos pontos a serem identificados, expostos e propostos, a lente crítica da interseccionalidade.

Por mais que as forças hegemônicas dediquem-se a menosprezar, generalizar e universalizar realidades, experiências e vivências, de indivíduos, grupos, comunidades e povos, principalmente em relação às situações de desigualdade, violência e vulnerabilização das mulheres, é preciso mostrar e enfatizar que o que está dado como “realidade padrão” não pode ser tomada como verdade absoluta. As experiências, os desafios e as dificuldades vivenciadas pelas mulheres são múltiplas, e as forças que as promovem e as mantêm também são.

É preciso pontuar desde já o reconhecimento de que a interseccionalidade é uma lente e uma abordagem de análise fruto do pensamento e das experiências de mulheres negras, não brancas. Mesmo antes de ser chamada de interseccionalidade, as mulheres negras denunciavam em suas falas, ativismos, militâncias, textos e livros, que a questão racial somava às suas experiências de desigualdade, violência e opressão de gênero, como mulheres. Não posso deixar de mencionar como exemplos o potente discurso de Sojourner Truth de 1851, o manifesto do Coletivo Combahee River de 1977, os textos e livros de escritoras como Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, e muitas outras.

As referências principais deste item são Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. A escolha dessas autoras se dá pela maneira como sistematizaram e escreveram sobre interseccionalidade como uma lente de análise. O livro das pensadoras Patricia Hill Collins (2021) e Sirma Bilge (2021) foi de grande importância para o aprofundamento da minha compreensão sobre a lente. Autoras como Lélia Gonzalez (2020) e Luiza Bairros (2020), que tratam da articulação das opressões, serão mencionadas posteriormente no segundo capítulo quando forem abordados os marcadores de opressão.

Iniciando os apontamentos sobre interseccionalidade neste texto, trago a professora estadunidense Kimberlé Crenshaw, que teve e tem um papel muito relevante nos estudos interseccionais, que no documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero (2002), apresenta uma explicação sobre as múltiplas questões enfrentadas pelas mulheres, além da discriminação de gênero.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

O reconhecimento e a identificação das múltiplas experiências de opressão enfrentadas pelas mulheres, em âmbitos locais, regionais e globais, e de suas causas, é fundamental para qualquer iniciativa que se proponha a enfrentar essas questões, rumo à justiça social. A proposta da lente interseccional é essencial neste processo, e Crenshaw (2002) explica que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

No documento, Crenshaw (2002) defende a importância de uma análise que reconheça a articulação entre as diversas subordinações, e nos alerta para invisibilizações afirmando que “...a subordinação interseccional é frequentemente obscurecida tanto porque tende a atingir aqueles que são marginais mesmo dentro de grupos subordinados, como pelo fato de que os paradigmas existentes não prevêm de forma consistente esse tipo de discriminação” (p. 182).

Patricia Hill Collins, socióloga feminista negra, e Sirma Bilge, professora e pesquisadora, no livro que coescreveram intitulado “Interseccionalidade” (2021), nos apresentam uma vasta análise sobre o desenvolvimento e uso da lente interseccional na militância e nos estudos de gênero e feministas. Reconhecendo os impactos sociais dos movimentos globais que serão analisados, é relevante destacar a afirmação das autoras do uso desta lente em grande escala: “a interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais (...) em contextos locais, regionais, nacionais e globais” (p. 53).

Hill Collins e Bilge (2021, p. 57) afirmam que “a interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas”, e por isso é necessário enfatizar a responsabilidade que a academia tem em produzir análises interseccionais que contribuam para os esforços para a promoção da justiça social.

Concentrados principalmente na práxis, em geral querem resolver os problemas, não apenas entendê-los. Para esses profissionais, praticantes e ativistas de ambos os sexos, a interseccionalidade não é simplesmente uma heurística para a investigação intelectual, mas também uma importante estratégia de intervenção para o trabalho de justiça social (HILL COLLINS, BILGE, 2021, p. 66).

Sirma Bilge em seu artigo “*Le blanchiment de l’intersectionnalité*” (2015) (O branqueamento da interseccionalidade) afirma que a “Interseccionalidade era uma práxis antes de ser um conhecimento acadêmico. Como conhecimento militante, foi forjado dentro das lutas por justiça social” (2015, p. 19, versão livre do autor). A autora nos alerta para que a pesquisa não se distancie do intuito dos esforços para a mudança social. “Acadêmicos comprometidos devem (re)encontrar a preocupação de articular o conhecimento de forma útil e concreta em torno das lutas de emancipação interseccional para ajudar a ampliar suas imaginações políticas e possibilidades de coalizão” (2015, p. 19, versão livre do autor).

Ainda sobre a questão acadêmica, e sobre essa responsabilidade, vale mencionar a afirmação de Patricia Hill Collins (2017) no texto “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”:

Como forma de investigação crítica e práxis, o contorno da interseccionalidade na academia reflete o contexto de uma tradução imperfeita. Assim, a interseccionalidade proporciona lentes sugestivas para examinar o que poderia se perder na tradução, em situações de ideias deslocadas entre diferentes comunidades de interpretação, com diferentes comunidades de poder. A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana principalmente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado (HILL COLLINS, 2017, p. 7).

A lente interseccional de análise será muito útil na problematização destes movimentos globais da ONU, a medida que será possível identificar questões como generalizações, apagamentos e universalização das situações de desigualdades das mulheres. Quando se fala em garantir que “ninguém seja deixado para trás”, é preciso não apenas ir além da superfície da análise, mas garantir que não haja silenciamentos; reconhecendo e valorizando os conhecimentos e propostas contra-hegemônicos das mulheres, principalmente do Sul global. Sirma Bilge (2018) em seu texto “Interseccionalidade desfeita” faz interessantes apontamentos relacionados a essas questões e sobre o que chama de “interseccionalidade ornamental”.

Seria enganador considerar a interseccionalidade ornamental como benigna, pois é parte integrante da neutralização, e mesmo da desarticulação ativa, de políticas radicais de justiça social. O seu emprego superficial da interseccionalidade mina a credibilidade do conceito e seus potenciais para abordar estruturas de poder interligadas e desenvolver uma ética da construção não opressiva de coalizões e da realização de reivindicações (p. 71).

Mais a frente no texto, Bilge (2018) critica o branqueamento desta abordagem:

Assim, o branqueamento da interseccionalidade é conseguido em parte, excluindo do debate ou ignorando as contribuições daqueles/as que têm múltiplas identidades minoritárias e são atores/atrizes sociais marginalizados/as - mulheres de cor e pessoas queer de cor (p. 74).

Os apontamentos e críticas feitas pelas autoras acima mencionadas são de grande importância para o uso adequado das lentes interseccionais, de modo que este uso seja verdadeiramente comprometido com a justiça social e com o reconhecimento da pluralidade e diversidade de vozes, experiências, conhecimentos e vivências das mulheres localmente e ao redor do globo. E como a proposta deste trabalho é questionar e problematizar estes movimentos globais da ONU, sob as lentes do Sul global, mais especificamente da América Latina, este trabalho não poderia se esquivar da proposta decolonial e da crítica à visão eurocêntrica, e ocidentocêntrica, que serão abordadas a seguir.

1.4 Olhares críticos e decoloniais

A escolha por uma abordagem decolonial, crítica à visão eurocêntrica, ocidentocêntrica e universalista, se dá não apenas por uma afinidade com essa abordagem, mas por um reconhecimento daquilo que me cerca e do meu lugar no mundo como latino-americano. Não se pode negar a história que se desdobrou com as grandes navegações dos países europeus e com a colonização extremamente violenta e destrutiva do que ficou conhecido como “Novo Mundo”, tanto para aquelas e aqueles que foram subjugados, dominados e oprimidos, como também para a natureza e para os recursos naturais, cujos

impactos nas sociedades, nas mentalidades e nas relações de poder ainda perduram e sustentam violências, desigualdades e opressões.

Na proposta de questionar essas visões de mundo e de problematizar os movimentos globais da ONU, e seus impactos nos esforços pela igualdade de gênero, as perspectivas e ideias do feminismo decolonial terão um relevante papel nesta análise, por sua força, resistência e potência subversiva.

Começo os apontamentos sobre o feminismo decolonial com as ideias da professora e socióloga venezuelana María Lugones, relevante nome da vertente do feminismo decolonial. Lugones (2019), em seu texto “Rumo a um feminismo decolonial”, faz fortes críticas à esta visão de mundo que veio se forjando com a modernidade.

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em categorias atômicas, homogêneas e separáveis. A crítica das mulheres de cor e do Terceiro Mundo ao feminismo universalista coloca no geral o fato de que a intersecção de raça, classe e sexualidade e gênero extrapola as categorias da modernidade (LUGONES, 2019, p. 357).

A crítica de Lugones é de grande importância, pois nos faz refletir sobre o silenciamento das mulheres em sua pluralidade e na sua diversidade de experiências, frente às estruturas da colonialidade.

Decolonizar os gêneros é necessariamente uma práxis. Trata-se de transformar uma crítica da opressão de gênero - racializada, colonial, capitalista e heterossexista - em uma mudança viva da sociedade; colocar o teórico no meio das pessoas em um entendimento histórico, humano, subjetivo/intersubjetivo da relação oprimir→←resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão (LUGONES, 2019, p. 363).

Mais a frente, Lugones (2019) afirma: “Eu chamo a análise dessa opressão racializada, capitalista e de gênero de “colonialidade dos gêneros”; a possibilidade de superar a colonialidade dos gêneros é o “feminismo decolonial” (p. 363). Para a autora, “A tarefa da feminista decolonial começa por ver a diferença colonial, resistindo enfaticamente a seu próprio hábito epistemológico de apagá-lo” (LUGONES, 2019, p. 371).

Outra voz do feminismo decolonial é a antropóloga social afro-dominicana Ochy Curiel, que traz relevantes afirmações em seu texto “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial” (2020).

O feminismo decolonial recupera várias questões importantes do projeto decolonial. A primeira é o conceito de *decolonialidade*. Esse conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo com a constituição geo política e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global (CURIEL, 2020, p. 126).

Retomando ideias desenvolvidas pelos pesquisadores Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres e Edgardo Lander, Ochy Curiel (2020, p. 128) afirma que “a colonialidade do poder, do ser e do saber, portanto constituem o lado obscuro da modernidade, dessa modernidade ocidental onde também surge o feminismo como proposta emancipadora para “todas” as mulheres”.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano teve um grande impacto nos estudos decoloniais na América Latina, através de seu trabalho e análise sobre a questão da colonialidade do poder. Em seu texto “*Colonialidad del poder y clasificación social*” (2020), faz afirmações relevantes para compreendermos o impacto do eurocentrismo e sobre o modo de produzir conhecimento que legitima a realidade que vivemos hoje. Quijano (2020) afirma que desde o século XVII foi formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do sistema capitalista:

Este modo de conhecimento foi, por seu caráter e por sua origem eurocêntrica, denominado *racional*; foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como única racionalidade válida e como emblema da *modernidade*” (p. 326-327, versão livre do autor, grifos do autor). E continua: “O eurocentrismo, portanto, não é a perspectiva cognitiva dos europeus exclusivamente, ou apenas dos dominadores do capitalismo mundial, mas do grupo daqueles educados sob sua hegemonia (p. 327, versão livre do autor).

Quijano (2020) afirma que a experiência das pessoas neste padrão de poder são naturalizadas e com isso não são suscetíveis de serem questionadas. Mais a frente o autor afirma, sobre esse domínio e superioridade européia, que:

Se consolidou assim, junto com essa ideia, outro dos principais núcleos da colonialidade / modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade, segundo a qual a população mundial se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2020, p. 327, versão livre do autor).

No entanto, é pertinente destacar a afirmação de Quijano (2020) de que “A revolta intelectual contra essa perspectiva e contra esse modo eurocêntrico de produzir conhecimento nunca esteve exatamente ausente, principalmente na América Latina” (p. 328); sempre houve resistência, e isso motiva um olhar atento à nossa realidade latino-americana, para ecoar essas vozes contra-hegemônicas.

Outra voz de destaque nos estudos decoloniais, através de sua análise sobre a colonialidade do saber, e relevante para esta análise, é o sociólogo venezuelano Edgardo Lander. Em seu texto “*Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico*” (2000) nos apresenta ideias para compreendermos a questão dos poderes por trás dos conhecimentos produzidos.

Essa força hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada - mas igualmente normal - da experiência humana, é sustentada por condições histórico-culturais específicas (LANDER, 2020, p. 4, versão livre do autor).

Ainda segundo o pesquisador:

A busca por alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade liberal-capitalista. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (LANDER, 2020, p. 4, versão livre do autor).

Lander (2020) afirma que esta noção do moderno, do padrão cultural ocidental e de sua sequência histórica como normal ou universal conseguiu limitar uma grande proporção das lutas sociais e debates político-intelectuais no continente latinoamericano (p. 11). Por isso, é urgente romper com essas perspectivas, problematizando essas ideias e ecoando vozes contra hegemônicas, que refletem realidades não forjadas, e anseios de um mundo mais justo.

Tendo essas perspectivas e críticas como base, será possível compreender e analisar os movimentos globais da ONU de maneira crítica e atenta aos apagamentos, à invisibilização e à universalização. As realidades, vivências e identidades das mulheres são múltiplas, e muitas delas são apagadas e/ou menosprezadas. Como nos mostra Oyèrónké Oyewùmí (2021, p. 21), em “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”, “no nível de produção intelectual, devemos reconhecer que as teorias não são ferramentas mecânicas; elas afetam (e alguém dirá, determinam) como pensamos, sobre quem pensamos, o que pensamos e quem pensa conosco”. É preciso garantir que ninguém fique de fora das análises; e das propostas, objetivos e metas propostos por qualquer movimento global para a justiça social, por isso tenho a intenção de que este trabalho seja decolonial.

1.5 A questão dos objetos e sujeitas de pesquisa

Tendo como base a ética feminista e os ensinamentos de autoras feministas negras, é preciso posicionar-me contra o paradigma “objetos de pesquisa”. Abordarei neste trabalho não apenas objetos, e aqui me refiro aos movimentos globais da ONU, HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; mas também sujeitas⁵. Sujeitas com voz, sujeitas de luta e resistência e sujeitas que vivem situações reais de desigualdade, opressão e violência. Essas sujeitas são as mulheres e meninas, as feministas e os movimentos de mulheres do Sul global.

⁵ Opto pelo uso de “sujeitas”, em vez de “sujeitos”, seguindo uma movimentação decolonial que tem ocorrido, de se repensar a língua e questionar o padrão masculino normativo.

A escritora e pensadora feminista estadunidense bell hooks faz uma afirmação pertinente em seu livro “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra” (2019), sobre a questão dos sujeitos e objetos, que embasam o posicionamento tomado neste texto.

Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história. Como objetos, a sua realidade é definida por outros, a sua identidade é criada por outros, sua história somente é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos (hooks, 2019, p. 100).

Tendo o compromisso de que este trabalho contribua positivamente para os esforços rumo a igualdade de gênero, é preciso ser responsável ao escrever sobre essas experiências e vivências. hooks (2019) nos ensina que “quando escrevemos sobre experiências de grupos aos quais não pertencemos, devemos pensar sobre a ética de nossas ações, considerando se nosso trabalho será usado ou não para reforçar ou perpetuar a dominação” (p. 101).

Sobre a questão dos objetos e das sujeitas, inclusive de seu uso, em português, no gênero “padrão” masculino (sujeito/s), e pensando também na abordagem decolonial anteriormente mencionada, apresento a crítica feita pela escritora e artista portuguesa Grada Kilomba, que em seu livro “Memórias da Plantação” (2019) afirma:

“...o termo *object* vem do discurso pós-colonial, sendo também usado nos discursos feministas e *queer* para expor a objetificação dessas identidades numa relação de poder. Isto é, identidades que são retiradas de sua subjetividade e reduzidas a uma existência de objeto, que é descrito e representado pelo dominante. Reduzir o termo à sua forma masculina revela uma dupla dimensão de poder e violência” (p. 16, grifos da autora).

Como pesquisador, comprometido com uma escrita feminista, assumo meu lugar de fala, e assumo a não neutralidade deste trabalho. O objetivo central desta pesquisa é contribuir positivamente para o movimento feminista e para a promoção da igualdade de gênero e da justiça social. Finalizo esta parte mencionando outra fala de Kilomba (2019), que diz: “...demandando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas - não há discursos neutros” (p. 58).

1.6 Sobre o desenvolvimento e etapas da pesquisa

Este trabalho acadêmico se concretiza através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e textos, de maneira a identificar teorias, perspectivas e abordagens feministas, com destaque, mas não exclusivamente, para as do Sul global, que estejam alinhadas à crítica ao patriarcado, ao capitalismo, ao racismo e à hetero-cis-normatividade. Com esta identificação é possível compreender os pensamentos que emergem diante das desigualdades e violências

promovidas, nestes contextos, pelas estruturas de opressão de gênero, raça, classe, hetero-cis-normatividades, dentre outros marcadores.

Esta pesquisa possibilita a identificação e o aprofundamento do conhecimento sobre as diversas perspectivas, movimentos, vivências e vertentes feministas, que nos ajudam a compreender a pluralidade dessas experiências, sejam elas específicas ou coletivas de mulheres e meninas, e as propostas rumo à superação da desigualdade. Este embasamento é de grande importância para o direcionamento das análises e críticas que serão apresentadas mais à frente neste trabalho sobre estes dois movimentos globais.

Foram realizadas buscas nas plataformas oficiais internacionais das Organizações das Nações Unidas, da ONU Mulheres, do HeForShe e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em busca de materiais relevantes, textos, resoluções, para melhor compreender as estruturas, objetivos e estratégias que são utilizadas pelos movimentos globais HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a superação da desigualdade de gênero globalmente.

1.7 Objetivos da pesquisa

Descrever e articular com base nas teorias feministas a questão da desigualdade de gênero enfrentada por mulheres e meninas, no sistema patriarcal, que as colocam em situações de desvantagem, desigualdade, violência e opressão. Apontar outros sistemas de opressão aos quais também estão sujeitas, como a desigualdade de classe, o racismo e as desigualdades e violências promovidas pela hetero-cis-normatividade. E mostrar, através das teorias e problematizações feministas, a conexão e a inseparabilidade entre esses sistemas de opressão e desigualdades, cujos diversos pontos de encontro materializam realidades específicas e compartilhadas que precisam ser reconhecidas nas análises sobre as situações das mulheres e meninas ao redor do globo.

Problematizar o feminismo hegemônico, tido como branco, eurocêntrico, ocidental e civilizatório, através de críticas de diversas pensadoras feministas decoloniais que apontam problemas como a universalização da situação das mulheres e os apagamentos de vivências e perspectivas, inclusive nas organizações internacionais.

Para guiar a análise sobre os movimentos globais HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vozes do Sul global serão ecoadas, através das diversas perspectivas feministas na América Latina, como o feminismo negro, o feminismo decolonial.

Com base em pensamentos feministas críticos ao capitalismo, como os de bell hooks (2015), Silvia Federici (2017, 2021), Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser

(2019), e Verónica Gago (2020), por exemplo, será discutida a necessidade de respostas estruturais e efetivas, não reformistas, para a superação dos sistemas enraizados de opressão e desigualdade que afetam a vida das mulheres e meninas ao redor do globo.

Os movimentos globais HeForShe, liderado pela ONU Mulheres, e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, liderado pela ONU, serão apresentados junto bem como o contexto em que surgiram, suas propostas, metas e objetivos, para que possam ser analisados e problematizados.

Com base no que será exposto sobre as teorias, problematizações e perspectivas feministas, serão analisados como estes movimentos globais da ONU respondem às desigualdades estruturais enfrentadas pelas mulheres e meninas. As respostas e propostas são estruturais ou são paliativas? Quem são as mulheres e meninas mencionadas nos objetivos dos movimentos? Estes movimentos incluem mulheres e meninas transgênero ou apenas cisgênero? Que empoderamento é esse proposto pelos movimentos? Este empoderamento é individual ou coletivo? Buscarei também identificar e apontar pautas feministas importantes foram deixadas de fora das agendas destes movimentos.

“E não sou uma mulher?”
(Sojourner Truth, 1851)

2. A(S) QUESTÃO(ÕES) DA(S) MULHER(ES)

A desigualdade de gênero e a opressão das mulheres é uma questão de longa data em diversas partes do mundo, e é inegável a sua crescente importância e relevância para qualquer debate, iniciativa ou movimento que esteja relacionado e comprometido com a transformação positiva do mundo, com a promoção da justiça social e com o desenvolvimento sustentável. Também é inegável que vivemos em um período conturbado e complexo no mundo. A pandemia do coronavírus e suas consequências diretas e indiretas escancararam e intensificaram muitos dos desafios que precisam ser enfrentados mundialmente, e não há receita ou fórmula universal para superar essas questões. Cada continente, país, região, cidade e comunidade possui os seus próprios desafios, realidades e particularidades. Questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e geográficas influenciam na gravidade desses desafios. As desigualdades, opressões, violências e dominações caminham juntas e entrelaçadas, e mesmo que estejam arranjadas de maneira particular nas diversas comunidades ao redor do mundo, essas fazem parte de sistemas estruturais, enraizados e que precisam ser nomeados e superados.

É um grande desafio o processo de escrita sobre as opressões e desigualdades de mulheres e meninas em contextos os quais não se está inserido. É preciso ir além da superfície para compreender essas realidades, e a distância, em todos os sentidos, dificulta o processo. Neste capítulo, abordarei alguns desses marcadores sociais para que assim possamos compreender a pluralidade dessas experiências e vivências e, assim, olhar criticamente para as propostas dos movimentos globais HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.1 Quem são consideradas mulheres?

Ao começarmos a compreender alguns marcadores que afetam as vidas e experiências das mulheres, pensando em algumas leituras que tenho feito, acredito que seja importante trazer primeiramente esta questão e as problematizações sobre quem são consideradas, pela sociedade e até mesmo dentro de alguns feminismos, mulheres. É necessário falar sobre isso pois para além da invisibilização de experiências e vivências de mulheres, há conjuntamente uma invisibilização da existência e da identidade de mulheres, e isso precisa ser evidenciado.

A abordagem feminista que melhor nos esclarece sobre essa questão, trazendo necessárias pontuações e problematizações, é o transfeminismo. Mas o que seria essa abordagem? A pesquisadora, educadora popular e travesti Amanda Palha, em seu texto “Transfeminismo e construção revolucionária” (2019), nos apresenta uma definição sobre a abordagem transfeminista.

Por “transfeminismo” entendamos uma corrente específica do feminismo contemporâneo, resultado da absorção das discussões feministas por parte do movimento político de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, que se constitui no contexto e no escopo da valorização das identidades raciais e de gênero não hegemônicas (não brancas, não heterossexuais, não cisgêneras) na ação e no pensar políticos da esquerda (PALHA, 2019, p. 38).

Letícia Nascimento, que é pesquisadora, professora e travesti, em seu livro “Transfeminismo” (2021), faz um panorama sobre a luta das mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneras por visibilidade e reconhecimento no feminismo, e faz pontuações e críticas sobre a questão.

É urgente que todas compreendamos que falar de mulheres no plural, de feminilidades, não é um mero slogan. Nossas experiências diversas exigem diferentes teorizações e demandas políticas dentro do feminismo. Manter essa pluralidade de vivências no caleidoscópio feminista significa entender que, apesar de diferentes, conectamo-nos com estruturas de opressão semelhantes, tais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que, no decorrer da história, vêm subjugando socialmente as experiências femininas (NASCIMENTO, 2021, p. 22).

Críticas em textos e ativismos feministas nos mostram que quanto mais uma mulher se afasta dos padrões, maior a sua invisibilização de sua (r)existência. Nascimento (2021) define, como ela mesmo diz de modo sintético e metafórico, a experiência da mulher cisgênera, heterossexual, branca, de classe média, magra e sem deficiências de “mulher original do feminismo” (p. 26). Uma clara crítica aos “esquecimentos” de muitas agendas feministas.

Letícia Nascimento (2021) faz importante afirmação sobre inclusão e reconhecimento:

Firmar mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneras dentro do feminismo não é dispersão, tampouco divisão, mas reconhecer como o conceito de gênero propõe a diversidade de performances e experiências femininas ou estabelece negociações culturais estratégicas e de representação política com as mulheridades (NASCIMENTO, 2021, p. 41).

Nascimento (2021) complementa mais a frente afirmando que o “transfeminismo estabelece um diálogo de corpos dissidentes da cis-heteronormatividade com os feminismos, daí a ampla possibilidade de autodefinição” (p. 42). A autora, criticando essa invisibilização e desse apagamento no feminismo, defende:

De certo modo, é este espaço que o transfeminismo reivindica: um lugar dentro do feminismo em que nossas experiências de mulheridades e/ou feminilidades possam ser reconhecidas, nossas produções intelectuais sejam respeitadas e nossas reivindicações políticas encontrem apoio mútuo (NASCIMENTO, 2021, p. 57).

Em seu livro, Leticia Nascimento (2021) nos apresenta uma importante reflexão sobre a experiência das mulheres trans e travestis. Ao retomar o pensamento de Simone de Beauvoir, que define a mulher (branca) como “Outro”, e retomar juntamente o pensamento de Grada Kilomba, que define a mulher negra como “Outro do Outro”, por sua vivência de raça e gênero, Nascimento (2021, p. 52, grifos da autora), sobre as mulheres transexuais e travestis, afirma: “somos, de certa maneira, o *Outro* do *Outro* do *Outro*, uma imagem distante daquilo que é determinado como normativamente na sociedade como homem e mulher”.

As pesquisadoras Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves, em artigo intitulado “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais” (2012), nos trazem relevantes pensamentos para refletirmos sobre essa perspectiva:

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta do sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres (DE JESUS, ALVES, 2012, p. 14).

As pesquisadoras afirmam que o transfeminismo “(...) busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível” (DE JESUS, ALVES, 2012, p. 15).

Além da crítica transfeminista à invisibilização da perspectiva trans no feminismo tido como “tradicional” (2012, p. 14), Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves defendem que o transfeminismo também tem impacto sobre as experiências trans no movimento LGBTQIAP+:

Para além da ideia de uma mera participação no movimento LGBT, o feminismo transgênero promove, especificamente junto à população que integra a sigla T, a superação de restrições conceituais e políticas decorrentes da limitação de suas reflexões e ações à demandas do coletivo amplo formado pelos LGBT, em que LGB têm diferentes centralidades e demandas relacionadas a orientação sexual, não necessariamente coincidentes com a das/dos T, focadas na identidade de gênero (DE JESUS, ALVES, 2012, p. 15).

É fundamental o reconhecimento das identidades e realidades trans, e do pensamento transfeminista, nas problematizações e esforços para a igualdade de gênero e justiça social. Mulheres e homens trans, travestis, pessoas não-binárias, e outras identidades não hetero-cis-normativas, têm a violência, em suas mais diversas formas, como uma realidade diária em muitos países, além de terem seus direitos, liberdade e oportunidades severamente limitados, e essas questões precisam estar também no centro dos debates. No último dia 17 de maio de 2022, Dia Internacional contra a Homofobia, Bifobia e Transfobia, foi publicada declaração da Ex-Presidenta da República do Chile e atual Alta Comissária das Nações

Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em que, apesar dos avanços, muitas violações de direitos continuam em diversos países como:

...assassinatos, tortura, violência sexual, criminalização, detenção arbitrária. Práticas nocivas como terapia de “conversão”, esterilização forçada, cirurgia e tratamento em pessoas trans e intersexuais, exames degradantes. Estigma generalizado, assédio, bullying e discriminação no trabalho, em casa, na educação, saúde, habitação, esportes e acesso a serviços públicos (OHCHR, 2022, versão livre do autor).

Importante também destacar o que Bachelet traz em sua declaração a respeito dos desafios enfrentados por quem defende direitos de pessoas da comunidade LGBTQIAP+:

...assédio contínuo contra defensores de direitos humanos LGBTQI+ [sic], restrições discriminatórias à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica e novas medidas discriminatórias propostas em vários países, incluindo alguns que visam especificamente pessoas trans (OHCHR, 2022, versão livre do autor).

São muitas as barreiras, violências e desigualdades impostas às pessoas LGBTQIAP+. Ser uma pessoa fora da norma heterossexual e cisgênera é estar em perigo o tempo todo. Por isso é preciso estar atento às vozes dissidentes, em suas demandas e em seu potencial positivo transformador da sociedade.

2.2 Resistências das mulheres lésbicas

As experiências e vivências das mulheres lésbicas precisam estar presentes nas pautas, esforços e lutas contra a opressão e violência. A poeta, ativista e educadora lésbica Cheryl Clarke, em seu texto *“Lesbianism: an Act of Resistance”* (1981) (Lesbianismo: um ato de resistência) faz uma potente afirmação: “Para uma mulher ser lésbica em uma cultura de supremacia masculina, capitalista, misógina, racista, homofóbica, imperialista, como a da América do Norte, é um ato de resistência” (p. 128, versão livre do autor). Clarke nos mostra o que representa essa resistência, frente às forças, pressões e expectativas postas sobre as mulheres, por estas diversas forças acima mencionadas, na e pela sociedade.

Homens em todos os níveis de privilégio, de todas as classes e tons de pele têm potencial para agir legalista, moralista e violentamente quando não podem colonizar as mulheres, quando não podem circunscrever nossas prerrogativas e energias criativas, sexuais, produtivas e reprodutivas. E a lésbica - aquela mulher que, como diz Judy Grahn, “tomou uma amante” - conseguiu resistir ao imperialismo do senhor de escravos nessa esfera de sua vida. A lésbica descolonizou seu corpo. Ela rejeitou a servidão implícita nas relações heterossexuais do Ocidente e aceitou o potencial de mutualidade em uma relação lésbica - apesar dos papéis (CLARKE, 1981, p. 128, versão livre do autor).

Clarke (1981, p. 134, versão livre do autor) defende o potencial da perspectiva do feminismo lésbico, através da reversão e transformação de “um componente importante no sistema de opressão das mulheres, isto é, heterossexualidade predatória”.

A professora e poeta estadunidense Adrienne Rich, em seu texto “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (2012), originalmente publicado em 1980, também fala sobre a invisibilização das mulheres lésbicas:

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez (RICH, 2012, p. 36).

Ochy Curiel, relevante voz de resistência no movimento lésbico-feminista na América Latina, nos mostra em seus textos e ativismo a potência e resistência das mulheres lésbicas. Em seu texto “*El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora*”, Curiel (2007) escreve:

O lesbianismo feminista para muitas de nós não é uma identidade, nem uma orientação, nem uma opção sexual; mas sim uma posição política, uma posição que implica a entender a heterossexualidade como um sistema e um regime político, implica aspirar e construir a liberdade e a autonomia das mulheres em todos os níveis. É uma proposta transformadora que supõe não depender nem sexual, nem emocionalmente, nem economicamente, nem culturalmente dos homens. Significa entender que a sexualidade é muito mais do que uma relação sexual, é criar laços e solidariedades entre as mulheres, sem hierarquias ou relações de poder. Significa entender como o patriarcado afeta os corpos das mulheres, corpos históricos intimamente afetados pela globalização e transnacionalização do capital, racismo, pobreza, guerra, mas também, corpos que construíram resistência e oposição à desigualdade que o patriarcado produz, corpos que imaginaram e criaram outras relações sociais, outros paradigmas, outros mundos (CURIEL, 2007, sem paginação, versão livre do autor).

Marisa Fernandes, mestra em história social e militante do movimento lésbico feminista no Brasil, em entrevista para a série “LGBTs no Regime Militar” (2018) disponibilizado no Canal USP no *YouTube*, afirma que “tanto dentro do movimento homossexual quanto dentro do movimento feminista, as questões lésbicas nunca foram priorizadas” (CANAL USP, 2018). Fernandes aponta que as mulheres lésbicas tiveram um importante papel no feminismo indo além nas questões de sexualidade focadas na pílula anticoncepcional (CANAL USP, 2018).

As vozes acima mencionadas, dentre tantas outras, nos mostram a importância de se ecoar o pensamento feminista lésbico, as perspectivas das lesbianidades, suas demandas, questionamentos e propostas para a superação das desigualdades, estruturas de opressão e violência. Mulheres lésbicas precisam estar representadas nas iniciativas para a justiça social.

2.3 Além da desigualdade de gênero: outros sistemas de opressão

Nunca é demais, e infelizmente suficiente, destacar a necessidade de reconhecermos a pluralidade de experiências, vivências e realidades das mulheres. Ao refletir, escrever e discutir sobre pautas feministas, “questões” e “mulheres” devem estar sempre no plural, nunca no singular. Colocar no singular é universalizar, é apagar, é menosprezar, é ocultar. Por mais que pareça que já se avançou muito nessa questão, a invisibilização e a universalização das experiências das mulheres ainda persiste nas mais diversas áreas onde se propõe a refletir e agir em prol da justiça social. E por mais que este trabalho não tenha o intuito de cobrir todas as questões das mulheres, o reconhecimento desta pluralidade é necessária.

As denúncias de apagamentos e silenciamentos ecoam nas margens à décadas, nos ativismos, na academia e nos movimentos sociais, através das vozes de ativistas e escritoras feministas do Norte e do Sul global. A luta pelo reconhecimento da pluralidade dessas experiências, marcadas por questões de gênero, raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, religião, e tantos outros marcadores, ecoa antes mesmo de se ter um nome para essa conexão entre as opressões - a mais notória das lentes de análise: a interseccionalidade. Por isso, para compreendermos as outras questões, além do gênero, enfrentadas pelas mulheres, veremos a seguir outras perspectivas que nos possibilitará ir além na nossa análise sobre as questões das mulheres.

2.4 Perspectivas dos feminismos negros do Norte (Estados Unidos)

O que é estar à margem? A renomada escritora feminista negra estadunidense bell hooks nos apresenta, no prefácio da primeira edição em inglês de seu livro *“Feminist theory: from margin to center”* (2015) (Teoria feminista: da margem ao centro), um potente relato sobre o que é estar à margem. O que nos será útil para compreendermos a invisibilização, em múltiplas formas, das mulheres.

Estar à margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal. Para os estadunidenses negros que moravam em uma pequena cidade do Kentucky, os trilhos da estrada de ferro eram um lembrete diário de nossa marginalidade. Do outro lado desses trilhos havia ruas pavimentadas, lojas onde não podíamos entrar, restaurantes onde não podíamos comer e pessoas que não podíamos olhar diretamente nos rostos. Do outro lado da linha havia um mundo em que poderíamos trabalhar como empregadas domésticas, como zeladores, como prostitutas, contanto que estivessem em uma capacidade de serviço. Poderíamos entrar naquele mundo, mas não poderíamos viver lá. Tínhamos sempre que voltar para a margem, para além dos trilhos, para barracos e casas abandonadas nos limites da cidade (hooks, 2015a, p. xvii, versão livre do autor).

É relevante considerarmos quantas margens e trilhos da estrada de ferro, visíveis e invisíveis, as mulheres ao redor do globo atravessam todos os dias, e que são invisibilizadas, para a manutenção dos privilégios das e dos que se beneficiam das desigualdades.

Mais a frente, no primeiro capítulo deste mesmo livro, publicado pela primeira vez em 1984, bell hooks faz críticas à invisibilização das experiências das mulheres negras no que estava sendo produzido por mulheres brancas na academia e nos conta como as mulheres moldaram a teoria feminista naquele momento. Em comentário sobre o clássico livro feminista da escritora, psicóloga, jornalista e ativista estadunidense Betty Friedan, “A mística feminina”, originalmente publicado em 1963, hooks afirma:

Os problemas e dilemas específicos das donas de casa brancas da classe alta eram preocupações reais que mereciam consideração e mudança, mas não eram as preocupações políticas urgentes das massas femininas. Massas de mulheres estavam preocupadas com a sobrevivência econômica, discriminação étnica e racial, etc. (hooks, 2015a, p. 2, versão livre do autor).

Mais a frente no capítulo, hooks faz uma crítica a perspectiva limitada de Betty Friedan em seu livro, que acaba por invisibilizar outras perspectivas e vivências das mulheres não brancas:

Desde seus primeiros escritos, parece que Friedan nunca se perguntou se a situação das donas de casa brancas com educação universitária era ou não um ponto de referência adequado para medir o impacto do sexismo ou da opressão sexista nas vidas das mulheres na sociedade americana. Ela também não foi além de sua própria experiência de vida para adquirir uma perspectiva mais ampla sobre a vida das mulheres nos Estados Unidos (hooks, 2015a, p. 3, versão livre do autor).

bell hooks (2015) afirma que a recusa do movimento feminista em combater as hierarquias raciais no passado prejudicou a associação da análise entre raça e classe. Segundo hooks, na sociedade estadunidense:

é somente analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista que uma compreensão completa das relações de classe pode emergir. A luta de classes está inexplicavelmente ligada à luta para acabar com o racismo (hooks, 2015a, p. 3, versão livre do autor).

Sobre o feminismo moderno e a universalização da experiência das mulheres, hooks faz apontamentos sobre a questão, que nos ajudam a compreender contextos para além dos Estados Unidos.

Um princípio central do pensamento feminista moderno é a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas.”. Essa afirmação implica que as mulheres compartilham uma condição em comum, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual, etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressora na vida de cada mulher. O sexismo como sistema de dominação é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimido significa *ausência de escolhas* (hooks, 2015a, p. 5, versão livre do autor).

hooks (2015) afirma que as feministas brancas agem muitas vezes como se as mulheres negras não soubessem da opressão sexista até que o feminismo tivesse denunciado a questão. A autora destaca que mulheres negras e outros grupos de mulheres têm experienciado situações causadas pelas estruturas patriarcais, e que têm desenvolvido estratégias de resistência - mesmo que de maneira não organizada em um movimento (hooks, 2015a).

Ir além da questão do gênero para compreender e analisar as experiências feministas é de grande importância para a superação das desigualdades enfrentadas pelas mulheres e para a promoção da justiça social. hooks (2015, p. 15, versão livre do autor) critica a tendência feminista a focar apenas na questão de gênero, e afirma que isso reflete “a tendência dominante nas mentes patriarcais ocidentais de mistificar a realidade da mulher, insistindo que o gênero é o único determinante do destino da mulher”.

bell hooks (2015) defende neste capítulo o relevante papel que as mulheres negras tiveram e tem para a teoria feminista, através de suas perspectivas e análises de suas experiências.

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial de nossa marginalidade e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante, bem como para imaginar e criar uma contra-hegemonia (hooks, 2015a, p. 16, versão livre do autor).

Outra autora que escreve sobre a importância da contribuição das mulheres negras para a produção de conhecimento, é a socióloga feminista negra Patricia Hill Collins. Em seu texto referência “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro” (2016) traz pontos muito importantes sobre as perspectivas do feminismo negro e sobre suas contribuições para a produção de conhecimento feminista. Ela nos explica que o pensamento feminista negro se dá através de ideias produzidas por mulheres negras, que representam sua realidade e cujos elementos deste ponto de vista são compartilhados pelas mulheres negras como um grupo (HILL COLLINS, 2016, p. 102). Sobre a questão, a autora faz uma afirmação que também nos mostra a pluralidade de experiências mesmo entre mulheres negras:

...embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas (HILL COLLINS, 2016, p. 102).

Além da questão da invisibilização das experiências das mulheres negras e não brancas, há também, por parte dos grupos dominantes, a sustentação de narrativas e visões

sobre essas mulheres baseadas em estereótipos e rotulações. Hill Collins (2016) afirma que as “Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir” (p. 103-104). Esse questionamento também tem sido feito no Brasil e na América Latina, como veremos mais à frente no texto com o pensamento de Lélia Gonzalez (2020).

Sobre a opressão vivenciada pelas mulheres negras, Patricia Hill Collins nos explica que essa situação é:

moldada por seu status de subordinadas em meio a uma série de dualidades do tipo isto ou aquilo. Às mulheres afro-americanas têm sido atribuídas as metades inferiores de diversas dualidades e essa colocação tem sido central a sua dominação persistente (HILL COLLINS, 2016, p. 109).

O conceito chave trabalhado neste texto por Patricia Hill Collins (2016) é o de “*outsiders within*” - que relacionado também com o que bell hooks (2015) fala sobre esse trânsito das mulheres negras da margem para o centro - trata dessa perspectiva mais completa que as mulheres negras podem trazer para o ambiente acadêmico.

As mulheres negras não são apenas *outsiders within* na sociologia. Como um caso extremo de *outsiders* que estão adentrando uma comunidade que historicamente as excluía, as experiências das mulheres negras destacam a tensão vivenciada por qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade de *insiders*. Nesse sentido, uma variedade de indivíduos pode aprender com as experiências das mulheres negras como *outsiders within*: os homens negros, a classe trabalhadora, as mulheres brancas, outras pessoas de cor, minorias religiosas e sexuais e todos os indivíduos que, mesmo tendo vindo de um estrato social que os proveu com benefícios do *insiderism*, nunca se sentiram confortáveis com as suposições deste último consideradas como certas (HILL COLLINS, 2016, p. 122).

Patricia Hill Collins (2016) defende a importância da inclusão das perspectivas das mulheres negras, pois, segundo a autora:

As *outsiders within* ocupam um lugar especial - tornam-se pessoas diferentes, e suas diferenças as sensibilizam a padrões que podem ser mais difíceis de serem vistos pelos *insiders* sociológicos estabelecidos (HILL COLLINS, 2016, p. 123).

É possível compreender através das ideias e afirmações nestes textos feitas por bell hooks e Patricia Hill Collins a importância da desconstrução dessa ideia imposta de experiência universal compartilhada pelas mulheres. As experiências são múltiplas, e as mulheres, em sua diversidade de realidades e identidades, precisam ser ouvidas e incluídas nas discussões feministas. Mas se já há resistência na inclusão dessas perspectivas em um contexto desenvolvido no Norte global, como fica a situação das perspectivas das mulheres do Sul global?

2.5 As vozes “da margem da margem”: perspectivas do feminismo negro do Sul (Brasil)

O que é estar “à margem da margem”? Se já há dificuldade para mulheres negras do Norte global - um contexto de privilégio - falarem e serem ouvidas, como ficam as mulheres negras do Sul global? Por mais que tenha-se avançado na luta, o Brasil continua a ser marcado pela violência e pela desigualdade racial em todas as esferas da nossa sociedade, e a negação à existência destes problemas é algo que ainda persiste em muitos contextos, demandando ainda muita luta por visibilidade e debates sérios sobre essas questões. As mulheres negras, além das questões de gênero, continuam sofrendo com as consequências de um sistema de desigualdade e opressão racial enraizado e altamente adaptável às circunstâncias e aos interesses dos que se beneficiam dessas desigualdades.

No contexto feminista brasileiro também há uma luta contra a invisibilização de perspectivas e de opressões. Luiza Bairros (1953-2016), escritora e militante na luta contra o racismo e sexismo, em seu texto “Nossos feminismos revisitados” (2020) nos apresenta ideias relevantes para compreendermos a questão da dupla opressão das mulheres negras no Brasil. Ao falar sobre a transformação dos conceitos fundamentais do feminismo, Luiza Bairros (2020), aborda a questão da teoria do ponto de vista (*feminist standpoint*), que como aponta a autora, nos permite identificar a “posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos” (p. 211). Sobre esse olhar para as conexões entre as opressões, Bairros afirma que:

Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender a respeito de diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Estes seriam formas da experiência de ser negro (vividas através do gênero) e de ser mulher (vividas através da raça), o que torna supérfluas as discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: lutar contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra (BAIROS, 2020, p. 211).

Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectual, filósofa e antropóloga brasileira, em seus textos nos apresenta potentes críticas à sociedade brasileira e à perversidade do racismo que a permeia. Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Gonzalez (2020b) fala da invisibilização do racismo, através de mitos como o da democracia racial, e apresenta no texto uma fala que infelizmente é muito comum ainda se ouvir:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente. Tanto é que, *quando se esforça*, ele sobe na vida como qualquer um (p. 78).

O racismo está presente na estrutura da sociedade brasileira, e um dos necessários conceitos para se entender essa realidade é através do mito da democracia racial, que mascara essa desigualdade e essa opressão. Lélia Gonzalez (2020b), mais especificamente sobre experiências das mulheres negras no Brasil, nos explica que:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 2020b, p. 80).

Lélia Gonzalez não só denuncia o racismo na sociedade brasileira como ainda denuncia o racismo no próprio feminismo. Em seu texto “Por um feminismo afro-latino-americano”, Gonzalez (2020a) afirma que é possível constatar uma “espécie de esquecimento da questão racial” (p. 41) nos textos e na prática feminista. E sobre a questão, estende a pergunta:

Cabe, então, a pergunta: como se explica esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que algumas cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade (GONZALEZ, 2020a, p. 41).

Neste texto, a pensadora faz afirmações sobre a importância de se incluir as questões raciais nas reflexões, problematizações e luta feminista na América Latina. Segundo Gonzalez (2020a, p. 42), “o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região”.

Lélia Gonzalez, crítica da democracia racial, aponta a falsa ilusão de igualdade presente nas sociedades na América Latina. Segundo a pensadora:

...a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nas nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros (GONZALEZ, 2020a, p. 43-44).

Mais à frente no texto, sobre a articulação entre a desigualdade racial e a desigualdade sexual, Gonzalez (2020a, p. 46) comenta: “Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias”. Em um contexto como o nosso na América Latina, não é possível separar essas experiências, do racismo e sexismo, que caminham juntas. No entanto, Gonzalez afirma:

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias -, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum entre homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada (GONZALEZ, 2020a, p. 47).

Essa afirmação de Lélia Gonzalez, sobre o contexto brasileiro, converge com a fala de bell hooks (2015), no contexto estadunidense, sobre a desigualdade racial muitas vezes ter um impacto maior na experiência das mulheres negras, do que a questão de gênero. As feministas negras nos mostram que a violência do racismo não pode ser ignorada e/ou menosprezada pelo feminismo.

2.6 Sobre a questão de classe e trabalho

Se faz importante o reconhecimento do capitalismo como um sistema econômico que promove e sustenta opressões, violências e desigualdades contra mulheres, cis e trans, nas mais diversas formas e intensidades. Mesmo que de forma breve, trago um pouco do pensamento da filósofa, professora e ativista Silvia Federici, cujos pensamentos e reflexões, críticas ao capitalismo e à opressão das mulheres através da reprodução social e do trabalho doméstico não remunerado, têm promovido importantes reflexões sobre os desafios enfrentados pelas mulheres na América Latina. Importante destacar que Federici é uma das fundadoras do movimento *Wages For Housework* (Salários Para Trabalho Doméstico)⁶.

Em seu livro “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” (2017), Federici, defende que as mulheres são as que mais sofrem com a opressão e os impactos do sistema capitalista, e nos mostra, sobre a questão da acumulação primitiva, tendo como base o pensamento de Karl Marx, que a trata a questão como o processo fundacional da sociedade capitalista, que existem fenômenos que atingem especificamente as mulheres neste processo:

Entre esses fenômenos estão: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p. 26).

⁶ *Wages For Housework* (Salários Para Trabalho Doméstico) foi uma campanha que, segundo a escritora, professora e pesquisadora canadense Louise Toupan, autora do livro “*Wages for Housework: A History of an International Feminist Movement, 1972-77*” (2022), “perseguia um grande objetivo: reunir pessoas designadas a realizar o trabalho e as tarefas domésticas – de fato, as mulheres – para mudar sua situação de dependência, reverter as relações de poder e redistribuir a riqueza que elas produziam. A grande maioria das mulheres que tinham trabalho assalariado volta a ser empregada doméstica assim que chega em casa, tendo trabalhado durante o dia em setores especializados ligados ao trabalho doméstico. Percebeu-se que as mulheres assalariadas e não assalariadas eram, na realidade, as mesmas pessoas. Esta era uma força potencialmente unificadora, e a força da demanda de *Wages For Housework*” (TOUPAN, 2022, versão livre do autor).

Quando Federici (2017) nos apresenta essa informação em sua análise, ligando a opressão das mulheres, através da divisão sexual do trabalho e da reprodução social, com o sistema capitalista, ligação esta que se deu desde a superação do feudalismo até os dias de hoje, não se pode acreditar que apenas a superação do sistema patriarcal possa garantir a igualdade de gênero. O capitalismo, a questão de classe, o trabalho doméstico e a reprodução social, que têm impacto sobre a vida das mulheres, em sua diversidade, precisa ser problematizado.

Federici em seu livro “O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1” (2021), no capítulo “Planejamento contraestratégico na cozinha”, escrito em 1975, faz duras afirmações para a reflexão do impacto da função do trabalho doméstico na vida das mulheres, e sobre essa função é de extrema importância para a sustentação do sistema capitalista.

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para trabalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, (...) (FEDERICI, 2021, p. 29).

Para a reflexão do trabalho doméstico não remunerado em um contexto internacional, vale mencionar a afirmação de Federici (2021, p. 29) de que “...tanto nos países “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista”.

A “simples” inserção no mercado de trabalho e a garantia de empregos não garante a mudança efetiva no *status quo*, pois como afirma Federici (2021, p. 29), “conseguir um emprego assalariado nunca nos liberou do trabalho doméstico”. As duras críticas de Federici à função do trabalho doméstico, que sustentam o sistema capitalista, são interessantes para compreendermos a complexidade dos desafios que precisam ser enfrentadas, nas diversas estruturas de dominação, opressão e desigualdade, para a emancipação das mulheres e para a igualdade de gênero.

É importante o reconhecimento das conexões entre as múltiplas realidades e marcadores das mulheres, e para além disso, ir além da superfície nos desafios, e no que é tido como a habilidade “natural” e como dever das mulheres para a função do trabalho doméstico, que ainda impactam de maneira expressiva sua experiência nas esferas privada e pública.

“Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos” (Françoise Vergès, 2020)

3. PROBLEMATIZANDO O FEMINISMO HEGEMÔNICO

3.1 O feminismo hegemônico e a universalização da experiência das mulheres

Como já foi abordado anteriormente neste texto, as experiências, as vivências e as realidades das mulheres são plurais; sendo afetadas por diversas relações sociais e por marcadores para além do gênero. Para que possamos avançar e chegar na análise dos movimentos globais da ONU, é preciso melhor compreender os desafios e as forças que agem sobre agendas globais e locais para a superação das desigualdades de gênero, precisamos olhar para as críticas destes discursos feministas tidos como hegemônicos - geralmente caracterizados como ocidental, eurocêntrico, colonial, branco, etc. Sem a pretensão de contemplar todas, trarei algumas dessas críticas e problematizações a seguir.

A pesquisadora, professora e intelectual indiana Chandra Talpade Mohanty, em seu texto *“Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”* (1991) (Sob os Olhos do Ocidente: Conhecimento Feminista e Discursos Coloniais) nos apresenta questionamentos que nos ajudam a compreender a relação Norte e Sul global nas agendas para a igualdade de gênero. Logo no começo de seu texto Mohanty afirma que:

Qualquer discussão sobre a construção intelectual e política dos “feminismos do terceiro mundo” deve se dirigir a dois projetos simultâneos: a crítica interna dos feminismos “ocidentais” hegemônicos, e a formulação de estratégias e preocupações feministas autônomas, geograficamente, historicamente e culturalmente fundamentadas. O primeiro projeto é de desconstrução e desmontagem; a segunda, de edificar e construir. Embora esses projetos pareçam contraditórios, um trabalhando negativamente e o outro positivamente, a menos que essas duas tarefas sejam abordadas simultaneamente, o feminismo do “terceiro mundo” corre o risco de marginalização ou guetização tanto do discurso dominante (direita e esquerda) quanto do discurso feminista ocidental (MOHANTY, 1991, p. 51, versão livre do autor).⁷

Compreender as características do que se tem por esse feminismo hegemônico ocidental e identificar seus discursos se faz necessário para a resistência contra a universalização. Sobre esse feminismo, Mohanty (1991) nos explica que:

Claramente, o discurso e a prática política feminista ocidental não são singulares nem homogêneas em seus objetivos, interesses ou análises. No entanto, é possível traçar uma coerência de *efeitos* resultante da suposição implícita do “Ocidente” (em

⁷ O termo “terceiro mundo”, atualmente caindo em desuso, se refere aos países, em sua maioria situados no hemisfério Sul, que estão no patamar de “em desenvolvimento” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2022)

todas as suas complexidades e contradições) como referência primária na teoria e na práxis (MOHANTY, 1991, p. 52, grifos da autora, versão livre do autor).

Diante da pluralidade de realidades, é necessária a problematização daquilo que se tem por referência. Mohanty (1991, p. 54, versão livre do autor) faz relevante crítica sobre esse discurso feminista afirmando que “é nesse processo de homogeneização discursiva e sistematização da opressão das mulheres no terceiro mundo que o poder é exercido em grande parte do discurso feminista ocidental recente, e esse poder precisa ser definido e nomeado”. Abrir espaço, ecoar vozes dissidentes, é resistir contra essa proposta de realidade universal. Mohanty (1991) faz relevante crítica ao afirmar que:

A suposição das mulheres como um grupo já constituído e coerente com interesses e desejos idênticos, independentemente da classe, localização étnica ou racial ou contradições, implica uma noção de gênero ou diferença sexual ou mesmo patriarcado que pode ser aplicada universalmente e transculturalmente (MOHANTY, 1991, p. 55, versão livre do autor).

Mohanty (2003) revisita posteriormente seu texto “*Under Western Eyes*”, e nos dá uma interessante explicação sobre a importância do reconhecimento da diferença.

Ao conhecer as diferenças e particularidades, podemos ver melhor as conexões e semelhanças porque nenhuma fronteira ou limite é jamais completo ou rigidamente determinante. O desafio é ver como as diferenças nos permitem explicar melhor e mais precisamente as conexões e fronteiras, como a especificação das diferenças nos permite teorizar preocupações universais de forma mais completa. É esse movimento intelectual que permite que minha preocupação com mulheres de diferentes comunidades e identidades construam coalizões e solidariedades além das fronteiras (MOHANTY, 2003, p. 505, versão livre do autor).

No contexto do Sul global, por mais que suas perspectivas sejam desvalorizadas e invisibilizadas, mulheres de vários países e regiões resistem contra a hierarquia Norte-Sul, levantando suas vozes através de uma perspectiva decolonial contra um feminismo universalista, hegemônico e “civilizatório” do Norte global, cujas ideias e agenda representam e sustentam ideias “não emancipadoras” para o Sul.

A antropóloga afro-dominicana Ochy Curiel, em seu texto “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial” (2020), nos explica a proposta desta vertente feminista.

O feminismo decolonial, retomando boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de “raça”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica. Essas propostas, feitas principalmente por feministas indígenas, afrodescendentes, populares, feministas lésbicas, entre outras, têm questionado as formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas (CURIEL, 2020, p. 121).

O feminismo decolonial é plural por definição, e isso é fruto não apenas da região na qual ele ganha força, a América Latina, mas também pelos anseios dessas mulheres, cujas experiências tão plurais e diversas, se encontram e se conectam nas lutas coletivas pela superação dos sistemas de opressão e desigualdade que marcam suas realidades.

A socióloga argentina María Lugones, referência no pensamento feminista decolonial, afirma em seu texto “Rumo a um feminismo decolonial” (2019) que “a crítica das mulheres de cor e do Terceiro Mundo ao feminismo universalista coloca como central o fato de que a intersecção de raça, classe sexualidade e gênero extrapola as categorias da modernidade” (p. 357).

Destaco que existem vozes no Norte que fortalecem o feminismo decolonial, contra essa perspectiva não emancipadora desse feminismo universalista. A escritora e cientista social francesa Françoise Vergès, em seu livro “Um feminismo decolonial” (2020), faz duras críticas à opressão e invisibilização das mulheres negras, mostrando como a opressão dessas mulheres é essencial para o funcionamento do capitalismo.

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar (VERGÈS, 2020, p. 18).

Vergès (2020) faz uma afirmação sobre a situação das mulheres negras e racializadas na cidade, na qual é possível perceber a perversidade e a violência das margens nas vidas dessas mulheres:

As mulheres negras e racializadas podem circular na cidade, mas unicamente como presença fantasmagórica. Pode-se, então, ver o quanto as feministas civilizatórias, ao universalizarem sua situação, contribuem para a manutenção de um sistema de exploração racial (VERGÈS, 2020, p. 20).

Sobre o feminismo europeu, que se diz distante das ideologias racistas da escravidão e do colonialismo, Françoise Vergès (2020) escreve:

Chamo esse feminismo de civilizatório porque adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política de direitos das mulheres que serve a seus interesses (VERGÈS, 2020 p. 17).

Vergès (2020) aborda a crítica aos epistemicídios feita pelo feminismo decolonial, que se dá através da reivindicação da igualdade de saberes e pela contestação da ordem do saber imposto pelo Ocidente. Nesta questão, Vergès (2020) faz uma crítica muito interessante:

Essa ideologia forneceu o fundamento das políticas de desenvolvimento que, *grosso modo*, dizem: “Vocês são subdesenvolvidos, mas podem se tornar desenvolvidos, desde que adotem nossas tecnologias, nossos modos de resolver os problemas sociais e econômicos. Vocês devem imitar nossas democracias, o melhor dos sistemas, pois não sabem o que é liberdade, respeito pelas leis, separação de poderes”. Essa ideologia alimenta o feminismo civilizatório que, por sua vez, basicamente afirma: “Vocês não possuem liberdade, não conhecem os direitos que

têm. Nós vamos ajudá-los a atingir o nível adequado de desenvolvimento (VERGÈS, 2020, p. 39, grifos da autora).

Com essa crítica de Vergès é possível perceber a influência e os impactos das forças do Norte sobre o Sul. Vozes de resistência do feminismo decolonial nos alertam para esses perigos.

Julieta Paredes, outra voz feminista na América Latina, mais especificamente através do feminismo comunitário na Bolívia, em seu texto “Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental” (2020) traz contribuições para refletirmos sobre esse feminismo hegemônico.

O feminismo no ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, pois elas desenvolvem lutas e construções teóricas que pretendem explicar sua situação de subordinação. Ao instaurar-se no mundo das relações coloniais, imperialistas e transnacionais, essas teorias se convertem em hegemônicas no âmbito internacional, invisibilizando assim outras realidades e outras contribuições (PAREDES, 2020, p. 195).

A antropóloga, pesquisadora sobre Islam e escritora Francirosy Campos Barbosa, em texto intitulado “Mulheres muçulmanas importam - uma escrita contra o feminismo Sinhá ou sobre feministas e ‘halfies’” (2019) afirma que:

A história do feminismo quando é contada está quase sempre pautada nas mulheres ocidentais e suas lutas, como se as mulheres não-ocidentais também não tivessem pautas que justificassem suas lutas e suas agendas. É importante considerar, que mesmo se essas não deem o nome de ‘feminismo’ para suas lutas, não significa que não estejam lutando, e convenhamos, não é o nome que determina o movimento, mas é a luta por direitos que deve prevalecer, o que quero dizer é que o nome pode se configurar de outras formas em diferentes tempos e contextos (BARBOSA, 2019).

Em seu texto, Barbosa (2019) cita interessante termo, atribuído à Carla Mustafa, que é o feminismo sinhá; termo este que remete às relações coloniais, racistas e de negação de humanidade de mulheres racializadas. A antropóloga defende que “precisamos decolonizar os discursos quando se tratam de mulheres muçulmanas, negras, estrangeiras, brasileiras e outras, a fim de que o processo de mudança seja para todas” (BARBOSA, 2019). E afirma que “precisamos abandonar nosso *feminismo sinhá* e ampliar nossa escuta para outras dores, outras opressões, se quisermos dar fim ao machismo estrutural que também está presente em, nós, mulheres” (BARBOSA, 2019, grifo da autora).

Diante dessas perspectivas é possível identificar críticas em comum para com o feminismo. Esse feminismo que é chamado de hegemônico, civilizatório, ocidental ou europeu, e que não representam as mulheres em sua pluralidade e diversidade, sustenta as opressões de gênero, de raça e de classe através da invisibilização, da universalização e dos silenciamentos, sustentando também hierarquias Norte-Sul, através de propostas que ignoram

as vozes das mulheres das margens. As problematizações sobre essas questões são de fundamental importância, e os feminismos negros e decoloniais nos mostram o caminho através de suas perspectivas contra-hegemônicas.

3.2 Pontos de encontro entre os marcadores sociais e a necessidade de respostas estruturais

São diversos os desafios que estão postos na nossa sociedade e no mundo. As realidades são complexas, as identidades plurais, e há uma urgência na concretização de esforços e iniciativas que venham a erradicar as desigualdades sociais. São muitas as abordagens possíveis, e cada realidade demanda ações diferentes de acordo com as necessidades das comunidades e grupos locais.

É essencial que haja nas iniciativas, análises e problematizações o reconhecimento, através da interseccionalidade, das várias conexões entre os marcadores sociais. E para além disso, é fundamental que não haja hierarquização das opressões, como defende a escritora e ativista estadunidense Audre Lorde (2020).

Lorde, que teve um importante impacto no pensamento feminista negro, em seu texto “Não há hierarquia de opressões” afirma que:

Como negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de dois filhos, incluindo um garoto, e membro de um casal interracial, eu normalmente me vejo enquanto parte de algum grupo no qual a maioria me define como desviante, difícil, inferior ou simplesmente “errada” (LORDE, 2020).

Logo a frente, continua:

A partir da minha participação em todos esses grupos eu aprendi que a opressão e a intolerância em relação à diferença vem em todos os tamanhos e sexos e cores e sexualidades; e entre aqueles de nós que compartilham dos objetivos de liberação e um futuro viável para nossas crianças, não pode haver hierarquias de opressão (LORDE, 2020).

Em uma realidade de desigualdades e disputas de poder, a não hierarquização das opressões e desigualdades é essencial para o não apagamento de realidades e subestimação de desafios específicos a serem enfrentados para alcançarmos a justiça social.

Barreiras, desigualdades e opressões impostas às mulheres, nas esferas pública e privada, estas promovidas pelo sistema patriarcal. têm sido superadas graças ao movimento feminista com décadas de muita resistência e luta de mulheres das mais diversas realidades. No entanto, a resistência do sistema está sempre presente, em instituições ainda tomadas por homens e interesses capitalistas. As mulheres negras e pobres são as que mais sofrem com a falta de avanços, e quando há retrocessos são as primeiras a sentirem os impactos. A

intelectual feminista, professora e escritora bell hooks, afirma em seu livro *“Feminism Is For Everybody: Passionate Politics”* (2015) que:

A pobreza tornou-se uma questão central da mulher. As tentativas da supremacia branca capitalista e patriarcal de dismantelar o sistema de assistência social em nossa sociedade privarão as mulheres pobres e indigentes de acesso às necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida. De fato, um retorno às famílias patriarcais dominadas por homens, onde os homens são provedores, é a solução oferecida às mulheres por políticos conservadores que ignoram a realidade do desemprego em massa para mulheres e homens, e o fato de que os empregos simplesmente não existem e muitos homens não querem prover economicamente mulheres e crianças, mesmo que tenham salários (hooks, 2015b, p. 51, versão livre do autor).

No Brasil, por exemplo, isso tem ficado cada vez mais claro. O desmonte dos serviços e investimentos públicos para a assistência social, os ataques à educação, saúde e aos direitos conquistados têm se mostrado como um projeto perverso, em nome do acerto de contas da nação, cujo maior impacto se vê na experiência das mulheres, principalmente das mulheres negras, pobres e das periferias.

Nesse contexto de cortes de investimentos sociais, de ataques à educação e às universidades, e agravada crise econômica, como a que vivemos no Brasil atualmente, a violência se intensifica, e suas raízes estruturais ficam evidentes. As pesquisadoras e professoras Josimara A. Delgado, Márcia Tavares e Valéria Noronha, em texto intitulado *“Violências de gênero contra as mulheres, feminismos e Serviço Social: desafios políticos à categoria”* (2022), situam a violência como um:

...fenômeno inscrito nas tramas da sociedade capitalista, patriarcal e colonial, a qual revela estruturas de desigualdade que, interconectadas, produzem formas de violência dirigidas especialmente a alguns grupos sociais, como as mulheres, sobretudo as racializadas e pobres (DELGADO, TAVARES, NORONHA, 2022, p. 199).

Sobre os desafios impostos pelo capitalismo que precisamos enfrentar, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, no livro *“Feminismo para os 99%: um manifesto”* (2018), na 3ª tese, defendem a necessidade de um feminismo anticapitalista, e afirmam:

O feminismo que temos em mente reconhece que deve responder a uma crise de proporções monumentais: padrões de vida em queda livre e desastre ecológico iminente; guerras desenfreadas e desapropriação intensificada; migrações em massa enfrentadas com arame farpado; racismo e xenofobia encorajados; e revogação de direitos - tanto sociais como políticos - duramente conquistados (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2018, p. 41).

Mas a frente no livro, na 4ª tese do manifesto, as autoras nos explicam que:

O capitalismo produz tais crises periodicamente - e por motivos que não são acidentais. O sistema não apenas vive da exploração do trabalho assalariado; ele também vive à custa da natureza, dos bens públicos e do trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos e as comunidades (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2018, p. 45)

Na 5ª tese, as autoras afirmam que a opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social que visa o lucro; o que se alinha ao pensamento anteriormente mencionado de Silvia Federici (2017).

A professora, pesquisadora e escritora argentina Verónica Gago, em seu livro “A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo” (2020), ao abordar a greve através de uma perspectiva feminista faz interessantes apontamentos sobre as conexões das violências enfrentadas pelas mulheres, e como isso é estrutural. Gago (2020, p. 10) afirma que:

Como ferramenta da “greve”, começamos a conectar e cruzar de modo prático as violências que se entrelaçam com a violência machista: a violência econômica da diferença salarial e as horas de trabalho doméstico não reconhecido nem remunerado com o disciplinamento que se acopla à falta de autonomia econômica; a violência do despojo de serviços públicos com a sobrecarga de trabalho comunitário.

Mais a frente em sua escrita Gago nos explica que a greve vai muito além da questão trabalhista, e nomeia as estruturas de opressão. Segundo Gago (2020, p. 26, grifos da autora):

A greve transborda e integra a questão do trabalho também porque *paramos contra as estruturas* que possibilitam a valorização do capital. Essas estruturas (da família heteropatriarcal à maternidade obrigatória, da clandestinidade do aborto à educação sexual sexista) não são questões meramente *culturais ou ideológicas*. Respondem à própria imbricação entre patriarcado, colonialismo e capitalismo.

Veronica Gago (2020) fala em seu livro sobre a reconceitualização da violência machista e o quanto isso foi importante para o movimento feminista. Segundo a autora a definição foi pluralizada, sendo possível identificar e apontar o conjunto de violências relacionadas à violência contra a mulher e corpos feminizados, e assim melhor compreendê-la e o seu crescimento. Gago (2020, p. 72) afirma que “falar das violências a partir do feminicídio e do travestício⁸ posiciona assassinatos como ponto culminante da violência, mas põe um desafio: não devemos encerrá-los ali, em sua conta necropolítica”. Mais a frente a autora explica essa “pluralização” das violências:

Pluralizar não é apenas fazer uma quantificação, uma lista de violências. É algo muito mais denso: é um modo de cartografar sua *simultaneidade* e sua *inter-relação*, isto é, conectar os lares desestruturados às terras arrasadas pelo agronegócio, às diferenças salariais e ao trabalho doméstico invisibilizado; vincular a violência do ajuste neoliberal e a crise aos modos como esses são enfrentados a partir do protagonismo feminizado das economias populares, e relacionar tudo isso à exploração financeira pelo endividamento público e privado; vincular as formas de disciplinamento das desobediências nas mãos da repressão nua e crua do Estado e a perseguição aos movimentos de imigrantes à maneira como se encarregam as mulheres mais pobres, criminalizando economias de subsistência, e as mulheres que praticam o aborto à motivação racista de cada uma dessas violências (GAGO, 2020, p. 72).

⁸ O termo "travestício" apontado por Veronica Gago (2020) em seu texto é um termo recente, e a própria autora o contextualiza em nota de rodapé em seu livro. Este foi utilizado pela primeira vez após o travestício de Diana Sacayán, ativista e militante trans argentina.

A necessidade de mudanças reais e estruturais frente às desigualdades que enfrentamos na nossa sociedade e internacionalmente é urgente. No entanto, a complexidade dos entrelaçamentos entre as desigualdades estruturais e a falta de um compromisso revolucionário e anti-sistêmico tornam os esforços, sejam eles locais, regionais ou internacionais, não tão “eficientes” quanto seria necessário. Não se pode pensar apenas em reformas paliativas, quando o sistema todo precisa ser modificado. São notáveis os avanços nas pautas e agendas internacionais para as questões de gênero, como veremos mais à frente. Mas até onde são realmente palpáveis?

A historiadora, professora e pesquisadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti e o economista, professor e pesquisador Antonio Carlos da Silva, em texto intitulado “Pretérito mais que presente: A social democracia entre a aporia revolucionária e a poiesis reformista?” (2021), fazem relevantes afirmações que nos instigam a pensarmos essa questão:

Os últimos vinte e um anos foram de intensos debates e agendas específicas em prol do desenvolvimento e justiça sociais. Discursos internacionais, ratificação por parte de inúmeros países, avanços em termos de ciência e tecnologia configuraram uma matemática positiva pró-ativa. A difusão e a promoção de/para os Direitos Humanos impuseram uma linha tênue sobre a ética, a crise e a determinação de um presente com olhos no futuro em constante embate com o passado. No entanto, os “ranços” e as “crises” não deixam calar o ainda contínuo questionar e o processo mais intenso que se matiza desde a Revolução Industrial: desenvolvimento social ou crescimento econômico? (CAVALCANTI, SILVA, 2021, p. 26).

Mais a frente afirmam que:

Tudo isso vem coadunar com uma “espécie” de uma consciência universal acerca das desigualdades (consideradas aqui como uma das mais graves violações dos Direitos Humanos), da pobreza, da sustentabilidade e de uma crise substancial sem precedentes – incluindo impactos ambientais e humanos – e com forte tendência para planos, ações e projetos em prol da “erradicação” em esfera de política global e local (embora, sobretudo, em nível retórico) (CAVALCANTI, SILVA, 2021, p. 26).

Cavalcanti e Silva (2021) fazem contundente afirmação sobre o papel que o Estado tem nesses esforços, e o caminho que tem tomado diante das forças da estrutura capitalista:

Há certo consenso na abordagem sobre o “fim da pobreza”, apesar da relação antagônica público/privado: trata-se de uma decisão política (reforma) e ética (revolução). Tal relação é confirmada pelo papel paradoxal do Estado no atual estágio do sistema de reprodução social do capital, que de órgão regulamentador e mediador social, assume relevância como responsável pela simulação de uma Economia Política sem substância (leia-se Valor) e mantenedor de uma estabilidade efêmera das relações contratuais jurídicas desta mesma sociedade (2021 p. 27).

Em “*Feminist Theory: From Margin To Center*” (2015), no capítulo intitulado “*Feminist Revolution*” (Revolução Feminista), bell hooks defende a importância de se modificar a estrutura como um todo, e faz um alerta para a questão das reformas:

As reformas podem ser uma parte vital do movimento em direção à revolução, mas o importante são os tipos de reformas iniciadas. O foco feminista nas reformas para melhorar o status social das mulheres dentro da estrutura social existente permitiu

que homens e mulheres perdessem de vista a necessidade de transformação total da sociedade (hooks, 2015a, p. 160, tradução nossa).

É urgente e necessária a transformação das estruturas que operam e moldam as sociedades no mundo. A opressão das mulheres, através dos sistemas capitalista, patriarcal, racista e hetero-cis-normativo, em todas as esferas da sociedade, precisa ser erradicada. É preciso acabar com a dominação, a opressão e a violência contra mulheres através da erradicação desses sistemas. Para isso é necessário que haja um esforço conjunto tanto na micropolítica quanto na macropolítica, de desconstrução, de mudança de paradigma e de humanização. bell hooks (2019, p. 224) afirma que “o quanto somos capazes de vincular uma autoconscientização radical à luta coletiva para mudar e transformar o eu e a sociedade determinará o destino da revolução feminista”.

3.3 Vozes do Sul global: movimentos na América Latina

Pesquisar sobre movimentos na América Latina não é tarefa fácil. Os povos, as comunidades, as existências e as identidades são plurais. As realidades, as lutas e os desafios são complexos e profundos. Os feminismos da região também têm suas particularidades e pautas específicas. O desafio é instigante e necessário, pois precisamos conhecer e reconhecer os desafios e lutas da nossa região, principalmente as enfrentadas por mulheres e meninas.

A América Latina é uma região marcada pelo colonialismo, cujas sociedades sofrem com a exploração capitalista, com o machismo e racismo estruturais, dentre tantas outras violências e opressões. Reconhecer a pluralidade de identidades, movimentos e lutas na região é fundamental. Identidades amefricanas e ameríndias, como nos diz Lélia Gonzalez (2020a), lutam contra o silenciamento de suas vozes e de suas experiências de opressão, que o feminismo tido como hegemônico tende a menosprezar.

Nas leituras e pesquisas feitas para este trabalho me deparei com diversas perspectivas feministas, como o feminismo comunitário, o ecofeminismo, o movimento das mulheres quilombolas, das mulheres guardiãs de sementes. São perspectivas de resistência, anti sistêmicas, e que buscam alternativas frente às opressões e ao sistema que está posto, e que têm muito a nos mostrar e a contribuir para a transformação necessária frente às desigualdades e degradação do planeta.

Neste item, reconhecendo a impossibilidade de tempo de cobrir todas essas questões e esses feminismos acima mencionados, proponho ecoar, mesmo que pontualmente, as vozes de dois movimentos de mulheres de grande relevância para o nosso contexto na América Latina;

principalmente frente aos retrocessos promovidos pelo conservadorismo, aos ataques aos corpos das mulheres e à perversidade do capitalismo.

3.3.1 Mulheres Quilombolas no Brasil

Falar sobre mulheres quilombolas é falar sobre luta e resistência. Comunidades quilombolas enfrentam diariamente o racismo, o descaso e a violência do Estado, os interesses econômicos particulares, dentre outras questões, em busca da garantia de seus direitos resguardados pela Constituição, e pelo reconhecimento e proteção de seus territórios ancestrais.

O Coletivo de Mulheres da CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em texto intitulado “Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela” (2020) afirma que:

A luta pelo território cumpre um papel central na reivindicação de direitos dos povos quilombolas, pois do território depende o exercício de diversos direitos fundamentais, como o acesso à educação escolar quilombola, livre uso e preservação da sociobiodiversidade, o direito à produção agrícola tradicional e o direito à cultura etc. A liderança das mulheres quilombolas, por sua vez, é central na luta política pelo território, na medida em que sustenta, protege e desenvolve o principal elemento de sustentação do quilombo: a coletividade (p. 47).

No texto, o Coletivo denuncia a perseguição política, as ameaças de morte e os processos criminais ilegítimos enfrentados pelas mulheres quilombolas que assumem papéis de liderança na defesa dos direitos humanos quilombolas. Segundo o Coletivo, interesses econômicos e empreendimentos comprometem a autonomia e a sobrevivência das comunidades quilombolas (COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ, 2020).

Essa ofensiva contra os direitos e a vida das mulheres quilombolas, seja por meio de iniciativas do Estado, seja pelo interesse de expansão econômica de atores privados, é orquestrada por dois conjuntos de violações fundamentais de direitos dos povos quilombolas. O primeiro decorre da denegação do direito ao título definitivo de propriedade do território. O segundo refere-se ao descumprimento do direito à consulta de povos quilombolas, em desacordo com o compromisso assumido pelo Estado brasileiro na Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 169, de 1989 (COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ, 2020, p. 49).

Selma dos Santos Dealdina, militante e atual secretária executiva da Conaq, em texto intitulado “Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política” (2020) afirma que:

Os quilombos resistem há séculos à violência racista do Estado brasileiro e de agentes privados detentores do poder. A luta negra quilombola está representada nos quilombos que até hoje lutam por igualdade social, racial e de gênero. Acesso à terra, à água, à moradia, à educação, valorização da agricultura tradicional, proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e salvaguardas das sementes e do meio ambiente são algumas das pautas de luta dos quilombos (DEALDINA, 2020, p. 31-32).

Pensando no que já foi aqui mencionado sobre as problematizações ao que se tem por feminismo hegemônico e sobre a necessidade de se reconhecer a diversidade de realidades, é relevante trazer afirmação da educadora, pesquisadora e membro fundadora da Conaq Givânia Maria da Silva, que no texto “Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina” (2020) afirma que:

As questões relativas a mulheres quilombolas não estão contempladas pelo feminismo branco tampouco, em parte, pelo feminismo negro. Se considerarmos certas especificidades e suas relações com elementos simbólicos, como por exemplo os territórios, a cura, a relação com a sociobiodiversidade; a influência dos lugares, das regiões geográficas, dos biomas; a relação com a religião e aspectos culturais de forma mais ampla, vamos perceber que ainda há ausências de abordagens teóricas que aproximem as discussões correntes dos feminismos à realidade das mulheres quilombolas (SILVA, 2020, p. 55).

Outra questão importante a ser mencionada que contribui em grande medida para a invisibilização das realidades e desafios enfrentados pela população quilombola é a falta de dados e informações demográficas dessa população. No entanto, um importante passo foi dado visto que o censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizará pela primeira vez a população quilombola no país. Serão visitadas 5972 localidades quilombolas, de acordo com o portal Agência Brasil (INDIO DO BRASIL, 2022).

Ecoar vozes de mulheres quilombolas é urgente diante das constantes violações de direitos e violências que sofrem, pelo descaso do Estado brasileiro e por interesses escusos econômicos de indivíduos e corporações. É preciso que o Estado acolha as lutas das mulheres quilombolas, em sua diversidade, e garantir que ações sejam feitas para que seus territórios sejam reconhecidos, garantidos e protegidos, e que as violências e desigualdades sejam sanadas, garantindo seus direitos humanos e sua liberdade.

3.3.2 *Ni Una Menos*

Ni Una Menos é um coletivo e um movimento feminista com origem na Argentina, cuja influência está espalhada na América Latina, que tem movimentando pautas e agendas de grande importância em resposta aos feminicídios, violências e violações de direitos enfrentadas pelas mulheres. A primeira mobilização ocorreu em 2015 após o assassinato de uma adolescente grávida de 14 anos pelo namorado de 16 anos (MARCHÃO, 2017).

Na Argentina, nutriu-se da consigna *#NiUnaMenos*, convocadora de uma primeira e massiva mobilização em junho de 2015 contra feminicídios, que um ano depois cresceu ao calor de *¡Ni Una Menos! ¡Vivas y libres nos queremos!* [Nem Uma A Menos! Vivas e livres nos queremos!] (GAGO, 2020, p. 19)

Em 2016 a brutal violência e o feminicídio de uma jovem de 16 anos chocou o país e motivou a primeira greve nacional de mulheres contra a violência, o feminicídio e em defesa das vítimas (MARCHÃO, 2017). Já em 2017, a greve teve caráter internacional, tendo a adesão de mulheres em mais de 50 países (GONZALEZ, 2021).

A professora e ativista Veronica Gago, membro do coletivo *Ni Una Menos*, afirma em entrevista ao *NowThis News* que o movimento “conecta violência doméstica com a violência racista com a violência institucional com a violência no ambiente de trabalho”, estando sempre tentando convocar e mobilizar as pessoas (NOWTHIS NEWS, 2019). Gago afirma que a mobilização *Ni Una Menos* é parte da grande organização da Greve Internacional, Plurinacional de Mulheres, Lésbicas e Travestis (NOWTHIS NEWS, 2019).

O movimento esteve diretamente envolvido em grandes mobilizações em defesa do direito ao aborto na Argentina, intensificando os esforços da campanha nacional lançada anos antes, e concretizando o que ficou conhecida como maré verde.

A *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito* foi lançada na Argentina em 28 de maio de 2005, Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher, em resposta às legislações que penalizavam e condenavam mulheres que realizavam aborto. A campanha nacional, que se concretizou a partir de décadas de esforços e debates feministas sobre a questão, defendeu o direito ao aborto legal, seguro e gratuito, como causa justa para resgatar a dignidade da mulher e o seu direito para decidir sobre seus próprios corpos. (CAMPANHA NACIONAL POR EL DERECHO AL ABORTO LEGAL, SEGURO Y GRATUITO (2010).

A vitória feminista para a campanha para o direito ao aborto legal, seguro e gratuito na Argentina foi conquistada no dia 30 de dezembro de 2020, permitindo a interrupção voluntária da gravidez até a 14ª semana de gestação (G1, 2020). Segundo postagem no perfil do coletivo *Ni Una Menos* no *Instagram*, uma nova mobilização está convocada para o próximo dia 3 de junho. Sobre a mobilização o coletivo afirma que (NI UNA MENOS, 2022):

Este 3J voltamos às ruas e praças. Recriamos essa data durante a pandemia quando dissemos que “as redes feministas nos apoiam”.NiUnaMenos é uma força coletiva, uma ação sobre dores e vulnerabilidades. NiUnaMenos expressa nossa capacidade de organizar a raiva. Anos atrás inventamos formas de enfrentar a violência que não para e que, por conta de uma pandemia, se multiplicou. Queremos umas as outras com vidas dignas e livres, na rua, o lugar que escolhemos para encarnar nossas demandas e nossos desejos. Porque somos as netas de todas as bruxas que nunca puderam queimar (versão livre do autor).

4. ESFORÇOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

“HeForShe é sobre liberdade”

(Emma Watson, 2014)

4.1 O movimento global HeForShe

Em 20 de setembro de 2014 aconteceu na sede da Organização das Nações Unidas o lançamento oficial do movimento global de solidariedade HeForShe⁹. Segundo a plataforma do movimento, o “HeForShe é um convite para homens e pessoas de todos os gêneros se solidarizarem com as mulheres para criar uma força ousada, visível e unida pela igualdade de gênero” (HEFORSHE, 2022a, versão livre do autor). Na ocasião do lançamento, a atriz britânica e Embaixadora Global da Boa Vontade da ONU Mulheres Emma Watson discursou, e suas palavras encorajadoras se espalharam pelas redes sociais. A Embaixadora, sobre o propósito da campanha, afirmou que:

“Queremos acabar com a desigualdade de gênero e, para isso, precisamos de todos os envolvidos. Esta é a primeira campanha desse tipo na ONU. Queremos tentar galvanizar o maior número possível de homens e meninos para serem defensores da mudança. E não queremos apenas falar sobre isso, queremos ter certeza de que é tangível” (UNITED NATIONS, 2014, versão livre do autor).

No discurso, Watson trouxe em sua fala a importância dos homens se engajarem nos esforços para a promoção da igualdade de gênero:

“Como podemos promover a mudança no mundo quando apenas a metade se sente convidada ou se sente bem-vinda a participar da conversa? Homens - eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para estender seu convite formal. Igualdade de gênero é um problema seu também” (UNITED NATIONS, 2014, versão livre do autor).

A embaixadora defendeu a necessidade de uma mudança de mentalidade sobre papéis e estereótipos de gênero:

“Os homens também não têm os benefícios da igualdade. Não costumamos falar sobre homens sendo aprisionados por estereótipos de gênero, mas posso ver que eles são. E que quando forem livres, as coisas mudarão para as mulheres como uma consequência natural. Se os homens não precisam ser agressivos para serem aceitos, as mulheres não se sentirão obrigadas a serem submissas. Se os homens não tiverem que controlar, as mulheres não terão que ser controladas” (UNITED NATIONS, 2014, versão livre do autor).

Watson ainda apresenta definição de feminismo em seu discurso, e fala sobre a má popularidade e o desconforto causado pela palavra (UNITED NATIONS, 2014). Posteriormente, em entrevista para *Evening Standard*, afirmou que foi aconselhada a não usar o termo: “Fui encorajada a não usar a palavra feminismo porque as pessoas achavam que era

⁹ HeForShe em tradução livre significa “ele por ela”. No Brasil a campanha é conhecida por ElesPorElas - HeForShe.

alienante e separava e a ideia do discurso era incluir o maior número possível de pessoas” (DOCKTERMAN, 2015, versão livre do autor).

Watson finalizou seu discurso falando sobre o propósito unificador do movimento e da importância do engajamento dos homens nesta luta:

“Estamos lutando por uma palavra unificadora, mas a boa notícia é que temos um movimento unificador. Ele se chama HeForShe. Estou convidando você a dar um passo à frente, a se posicionar. E se perguntar se não eu, quem? Se não agora, quando?” (UNITED NATIONS, 2014, versão livre do autor).

A criadora do movimento global HeForShe, Elizabeth Nyamayaro (2015), ex-conselheira sênior da Subsecretária-Geral e Diretora Executiva da ONU Mulheres, atuando no momento como Conselheira Especial do Programa Alimentar Mundial, em apresentação feita no TED Talks em 2015, afirmou que:

...alcançar um mundo em que homens e mulheres sejam iguais não é só uma questão de convencer os homens sobre a causa. Queremos ver mudanças concretas, sistemáticas e estruturais que equalizem a realidade política, econômica e social de homens e mulheres. Estamos pedindo aos homens que tomem atitudes concretas, chamando-os a intervirem em nível pessoal, para que mudem de comportamento. Estamos pedindo a ajuda de governos, empresas, universidades, para que mudem suas políticas. Queremos que os líderes homens tornem-se exemplos e agentes de mudança dentro de suas próprias instituições (NYAMAYARO, 2015).

Em entrevista para a *Harper's BAZAAR UK*, Elizabeth Nyamayaro falou sobre o conceito da campanha e o que a inspirou na criação do HeForShe:

HeForShe foi inspirado pelo Ubuntu, que é uma antiga filosofia africana que reconhece a unidade de nossa humanidade. Ubuntu significa literalmente “Eu sou porque nós somos”. E essa verdade inescapável de que nossa humanidade nos une, nos conectando uns aos outros, não importa quem somos, de onde viemos e no que acreditamos. É também a compreensão de que, devido a essa interconexão, o que impacta um de nós acabará por impactar todos nós de várias maneiras. E esses foram os valores em que fui criada e então eu sabia que precisávamos encontrar uma maneira inclusiva de abordar a desigualdade de gênero, porque enquanto a busca da igualdade continuar sendo uma luta entre mulheres e homens, ninguém vence. Porque estamos todos juntos nessa. E assim com o apoio dos meus colegas acabamos criando o HeForShe e convidamos todos os gêneros, principalmente os homens, para serem aliados na criação de verdadeiras sociedades de igualdade (HARPER'S BAZZAR UK, 2021, versão livre do autor).

O movimento HeForShe também é uma concretização de esforços na ONU, após décadas de mobilizações em conferências, debates e iniciativas na organização, com produção de documentos, mapeando os desafios internacionais que devem ser enfrentados para se promover a igualdade de gênero. A própria ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas dedicada ao empoderamento de mulheres e à igualdade de gênero, responsável pela liderança do movimento e campanha, se concretiza como entidade após anos de esforços, dentro e fora da ONU, os quais valem a pena serem mencionados em breve retrospectiva.

4.1.1 Caminhos até o HeForShe

Um importante primeiro marco a ser destacado foi o estabelecimento da *Commission on the Status of Women* (Comissão Sobre o Status da Mulher - CSW, na sigla em inglês), que ocorreu na resolução adotada em 21 de junho de 1946 pelo Conselho Econômica e Social da ONU. A comissão é o principal corpo intergovernamental global exclusivamente dedicado à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres (UN WOMEN, 2022a), e em mais de 70 anos de liderou discussões sobre desigualdades e discriminações enfrentadas pelas mulheres e meninas, identificando desafios, estipulando padrões e políticas, promovendo ações para garantir direitos, e avaliando e discutindo o progresso nessas questões (UN WOMEN, 2022d).

Em 1975 organizado pela CSW foi realizada na Cidade do México, no México, a I Conferência Mundial da Mulher, no Ano Internacional da Mulher, contando com a participação de 133 delegações. Na ocasião foi definido um Plano Mundial de Ação a ser implementado contendo diretrizes para avançar na situação das mulheres até 1985 (ONU MULHERES, 2022; UN WOMEN, 2022e).

Pouco antes da II Conferência, em 1979, ocorreu a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, da sigla em inglês). A acadêmica feminista brasileira Silvia Pimentel, que presidiu a CEDAW entre 2011 e 2012, afirma sobre a convenção: “é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre direitos da mulher. São duas frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca por igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte” (PIMENTEL, 2013, p. 1).

Em 1980 foi realizada em Copenhague, na Dinamarca, a II Conferência Mundial da Mulher, para a Década da Mulher, trazendo como lema “Educação, Emprego e Saúde”, e contando com a participação de 145 Estados-membros. Na ocasião houve uma revisão sobre o progresso da implementação dos objetivos da primeira conferência, de 1975 (ONU MULHERES, 2022; UN WOMEN, 2022e)

Cinco anos depois, em 1985, foi realizada em Nairóbi no Quênia a III Conferência Mundial sobre a Mulher, com o objetivo de revisar os avanços até o momento e estabelecer medidas concretas para se alcançar os objetivos da Década da Mulher anteriormente acordados. Nesta conferência participaram 157 Estados-membros e mais de 1900 delegados (UN WOMEN, 2022e).

Em 1990 ocorreu em Beijing, na China, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O evento contou com a participação de 189 países, que aprovaram por unanimidade a

Declaração e Plataforma de Ação resultante da conferência, representando um importante passo na agenda global, visto que o documento inclui áreas de grande relevância para a promoção da igualdade de gênero. As 12 áreas incluem temas como: pobreza; educação e capacitação; saúde; violência contra as mulheres; mulheres e conflitos armados; economia; poder e na tomada de decisão; mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; Direitos Humanos das mulheres; infância (UN WOMEN 2022c).

Segundo a UN WOMEN, a “conferência de Pequim baseou-se nos acordos políticos alcançados nas três conferências globais anteriores sobre as mulheres e consolidou cinco décadas de avanços jurídicos destinados a garantir a igualdade das mulheres com os homens na lei e na prática” (UN WOMEN, 2022e, versão livre do autor). Em, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020 ocorreram eventos de revisão, discussão e acompanhamento dos avanços da Declaração de Beijing aprovada na IV Conferência (UN WOMEN 2022e).

Em 2010, após anos de esforços e desafios, a Organização das Nações Unidas criou a ONU Mulheres, entidade para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, para cumprir diversas funções, que incluem: apoiar corpos inter-governamentais na formulação de políticas, padrões globais e normas; auxiliar os Estados-membros a implementar esses padrões, estando disponível para prover apoio financeiro e técnico aos países que solicitarem, facilitando também parcerias com a sociedade civil; liderar e coordenar os esforços do sistema ONU nas ações para a igualdade de gênero; e promover responsabilização, através de monitoramento dos progressos em todo o sistema ONU (UN WOMEN, 2022a).

Segundo informações contidas no *site* oficial da entidade, a ONU Mulheres faz parte do processo da agenda de reforma da ONU, combinando os esforços e partes do sistema ONU: Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW, da sigla em inglês); Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres (INSTRAW, da sigla em inglês); Escritório do Assessor Especial sobre Questões de Gênero e Avanço das Mulheres (OSAGI, da sigla em inglês); Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM, da sigla em inglês) (UN WOMEN, 2022a).

Segundo a ONU Mulheres, em sua plataforma internacional, documentos e acordos internacionais importantes guiam e direcionam seu trabalho: *UN Women's Strategic Plan* (Plano Estratégico da ONU Mulheres), atualmente com objetivos para o período entre 2022-2025; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o protocolo adicional; Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação de 1995, e suas revisões quinquenais que aconteceram entre os anos 2000 e 2020; a Resolução

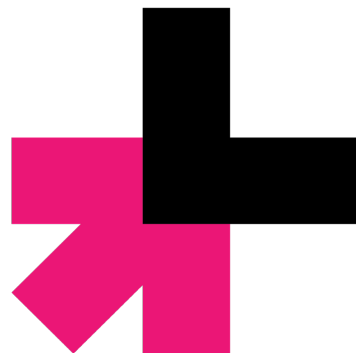
1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança de 2000, somada as resoluções adicionais 1820, 1888, 1889, 1960, 2106, 2122, 2242, 2467 e 2493; e a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UN WOMEN, 2022c).

4.1.2 Estratégias de identidade e ação do movimento HeForShe

Para o movimento foi criada uma logo que representa a união dos tradicionais ícones de gênero (binário) (masculino e feminino) com o intuito de representar nossa humanidade compartilhada. Segundo a página oficial do movimento, seu formato dinâmico e seu contraste (magenta e preto/branco) “nos lembra do que é possível quando indivíduos únicos se unem para o benefício de todos” (HEFORSHE, 2022b, versão livre do autor). Outro detalhe interessante é a cor que foi escolhida para a logo, o HeForShe Magenta, e o símbolo por trás da escolha.

As Nações Unidas trabalharam com o Pantone Color Institute para encontrar uma cor que expressasse a paixão e entusiasmo do HeForShe. Brilhante e ousada, magenta é criada pela união de ambas as extremidades do espectro de cores, tornando-a a cor ideal para representar o movimento de solidariedade pela igualdade de gênero. (HEFORSHE, 2022b, versão livre do autor).

Figura 1 - Logo do movimento global HeForShe



HeForShe
UN Women Solidarity Movement
for Gender Equality

Fonte: Wikimedia Commons (2014)

Segundo a embaixadora do movimento, Emma Watson, (ONU MULHERES, 2016) “...não somos só uma campanha educacional ou de conscientização. (...) Temos uma missão.

Estamos nos esforçando para coletar, registrar e conhecer pessoas que agem a favor da igualdade. Esse é nosso objetivo principal”.

O movimento que completará sete anos no próximo dia 20 de setembro de 2022 já concretizou grandes números relacionados ao engajamento com a causa. Em consulta feita no *site* em outubro de 2021, haviam sido contabilizados mais de 2.26 milhões de compromissos firmados para a causa da igualdade de gênero, alcançando também mais de 1.3 bilhão de menções nas redes sociais e mais de 1000 eventos HeForShe - estes dados não estão mais disponíveis no *site* (HEFORSHE, 2022a). Em acesso mais recente, em junho de 2022 estão descritos os números de: 2 milhões de ativistas na comunidade, 3 bilhões de conversas nas redes sociais todos os anos, e 600 milhões de cidadãos representados pelos parceiros globais da campanha (HEFORSHE, 2022a).

Em consulta feita para esta pesquisa em outubro de 2021, qualquer pessoa poderia firmar seu comprometimento simbólico no *site* do movimento, que atualmente está disponível em 10 idiomas, incluindo o português. No ato, que levava apenas 10 segundos, era preciso informar nome, sobrenome, endereço de e-mail, e país (para contabilização no mapa interativo) e clicar “eu me comprometo”. Na janela para comprometimento lia-se: “Eu sou um de milhões... que acreditam que todos nascem livres e iguais. Eu tomarei atitude contra: Preconceito de Gênero, Discriminação e Violência para trazer os benefícios da igualdade para todos nós” (versão livre do autor) (HEFORSHE, 2021a). Em acesso mais recente no *site* oficial do movimento, em junho de 2022, a função não estava mais disponível. Não é possível afirmar se houve uma suspensão temporária ou encerramento definitivo da estratégia da formalização dos compromissos.

Importante apontar as constantes mudanças no *site* do movimento, percebidas desde o desenvolvimento do projeto desta pesquisa, como um desafio para a pesquisa em si, principalmente diante da possibilidade de não serem encontradas posteriormente as informações descritas neste trabalho, como as que foram apontadas acima.

Atualmente, substituindo a proposta inicial do compromisso simbólico, há um *link* de *Join Us* (junte-se a nós, em tradução livre), indicando todas as redes sociais do movimento, e há também a possibilidade de se inscrever à *newsletter* mensal do movimento através de cadastro com *e-mail*. (HEFORSHE, 2022a)

Para além das alterações de *layout* e inclusão de novas informações perceptíveis com o passar dos anos, houve uma importante modificação no *site* do movimento ocorrida em 2016. Emma Watson (ONU MULHERES, 2016) em entrevista concedida sobre as mudanças feitas no *site*, após o primeiro ano do movimento, afirmou que em seu discurso no lançamento do

HeForShe, havia explicado que gênero não é binário e sim um espectro, existindo pessoas em todos os pontos do espectro; e que no entanto o *site* do HeForShe não refletia isso.

Com a modificação feita posteriormente, em 2016, qualquer pessoa que quisesse firmar seu compromisso com o movimento, poderia fazê-lo sem ter que se inscrever como homem ou mulher, podendo a pessoa escolher como melhor se identifica. Segundo Watson (ONU MULHERES, 2016), a proposta é que o *site* seja inclusivo e empoderador. Em consulta feita no *site* em outubro de 2021, estava dispensada a declaração do gênero no cadastro. Como foi dito anteriormente, a estratégia não está sendo implementada no momento.

Sobre esse alinhamento de postura em relação ao gênero, é perceptível que houve também uma adaptação mais recente ao discurso sobre o propósito do movimento, passando de “convite à homens e meninos” para “convite para homens e pessoas de todos os gêneros”, para se juntarem ao HeForShe e à luta por igualdade de gênero.

No *site* oficial do movimento estão disponibilizados *action kits* para eventos e iniciativas inspiradas no HeForShe. São disponibilizados kits em duas categorias, sendo para Indivíduos (indivíduos e estudantes/universidades) e Organizações (companhias e sociedade civil), contendo dicas e direcionamentos para ação (HEFORSHE, 2022b).

Sobre as estratégias de engajamento e ação do HeForShe, merece destaque o *The Barbershop Toolbox* (A caixa de ferramentas da barbearia, em tradução livre). A estratégia tem como objetivo engajar e motivar homens a discutirem e refletirem, com outros homens, sobre temas importantes para a igualdade de gênero, como privilégios, comportamentos e empoderamento feminino, através eventos, rodas de conversa, *workshops*, e encorajar o comprometimento de homens com a causa (HEFORSHE, 2022d, 2017).

O conceito de “barbearia” foi desenvolvido em conjunto pelos governos da Islândia e do Suriname, e teve sua primeira implementação em janeiro de 2015, em evento que ocorreu na ONU com mais de 500 participantes. A estratégia “caixa de ferramentas” foi produzida pelo Comitê Nacional da ONU Mulheres Islândia para o Ministério das Relações Exteriores da Islândia, como parte de um dos compromissos da Islândia como integrante do *IMPACT HeForShe*, contendo atividades que foram adaptadas de vários especialistas da área e de organizações (HEFORSHE, 2017).

Figura 2 - *The Barbershop Toolbox*

Fonte: HeForShe no *Facebook* (2017d)

A estratégia *The Barbershop Toolbox* inclui sete “ferramentas” (propostas de evento), no documento em inglês disponibilizado no *site* do movimento, com: objetivos definidos; instruções para organizadores, facilitadores; e sobre como melhor colocar as propostas em prática as atividades; estimativas de tempo; referências; além de modelos de logo, *kits* e materiais de divulgação de. As ferramentas/propostas¹⁰ de evento são: #01 Engajamento da liderança na igualdade de gênero; #02 Aprenda com a comunidade: evento de alto nível; #03 O que é gênero?; #04 Aja como um homem, aja como uma mulher; #05 O que é violência?; #06 Seja a mudança - Assuma um compromisso; #07 Cabine de fotos. As ferramentas #01 e #02 são do tipo sessões de liderança; as #03, #04 e #05 são do tipo oficina; e #06 e #07 são do tipo “aumentando o engajamento” (HEFORSHE, 2017).

Sobre a aliança e a solidariedade de homens e meninos, nas redes sociais do movimento HeForShe são compartilhadas imagens com mensagens simples, mas de importante reflexão, sobre esse engajamento em apoio às mulheres nas lutas pela igualdade de gênero. Na página do movimento no *Instagram*, a respeito de solidariedade e aliança, foi publicada uma imagem com a mensagem “*Standing with. Not speaking for.*” (Estar ao lado/Estar com. Não falar por., em tradução livre). Essa frase é de fundamental importância sobre o posicionamento adequado dos homens e meninos na luta e esforços para a igualdade de gênero. A afirmação nos lembra que o protagonismo de fala nas lutas pela igualdade de gênero deve ser das mulheres e meninas, pois são as que mais sofrem com o machismo e com as opressões e violências promovidas pelo sistema patriarcal. O papel dos homens e meninos,

¹⁰ Tradução livre dos títulos das “ferramentas” e propostas de evento. Para mais detalhes acesse: <<https://www.heforshe.org/en/barbershop>>

como verdadeiros aliados na luta, é a de estar ao lado, estar com as mulheres e meninas, e não o de falar por elas, “tomando o microfone” e as silenciando.

Figura 3 - *Standing with. Not speaking for.*



Fonte: HeForShe no *Instagram* (2021b)

A respeito de aliança, a mensagem “*Ally is a verb*” (Aliado é um verbo, em tradução livre), também publicada na página do movimento no *Instagram*, fala sobre a necessidade de um comprometimento verdadeiro dos homens e meninos com os esforços para a igualdade de gênero; não sendo apenas algo pontual, ou no discurso, mas envolvendo ações concretas para a promoção da igualdade de gênero. Pode-se interpretar essa mensagem, pensando na famosa frase de Angela Davis, “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, como um chamado para que homens e meninos sejam antimachistas.

Figura 4 - *Ally is a verb*



Fonte: HeForShe no *Instagram* (2021a)

Emma Watson (ONU MULHERES, 2016) explica que o HeForShe não tem o objetivo de prescrever a ninguém a melhor maneira de agir e implantar mudanças em seu país, cidade ou escola. Watson (ONU MULHERES, 2016) afirma que coisas incríveis acontecem quando pessoas encontram e implementam soluções organicamente para suas realidades; o objetivo do *site* do HeForShe é ser uma plataforma de inspiração.

Segundo a ONU Mulheres, o movimento HeForShe tem como princípios base: a atenção, que envolve a educação, sensibilização e conscientização; a argumentação, que está relacionada ao impacto através de políticas e planejamento; e a ação, através de captação de recursos e outras ações (ONU MULHERES, 2015b). Uma das grandes ações do HeForShe está concretizada na iniciativa piloto *IMPACT 10x10x10*, posteriormente conhecida como *IMPACT*, que busca através do engajamento e mobilização de lideranças nos governos, nas empresas e nas universidades inspirar a mudança através o exemplo, para alcançar a paridade de gênero. A Universidade de São Paulo (USP) foi uma das 10 universidades selecionadas na primeira fase da iniciativa, tendo como reitor da universidade na época Marco Antonio Zago, (HEFORSHE, 2016b). A parceria resultou na criação em 2016 do Escritório USP Mulheres, que atua na implementação de iniciativas, pesquisas e projetos para a igualdade de gênero (USP MULHERES, 2022). Estão disponibilizados no *site* oficial do movimento diversos relatórios de impacto dos participantes da iniciativa (HEFORSHE, 2022c).

No Brasil, para além da criação da iniciativa acima mencionada, o movimento ElesPorElas - HeForShe, representação brasileira do movimento, promoveu outras iniciativas interessantes que valem ser mencionadas. Em 2015 foi criado o Comitê Nacional Impulsor Brasil ElesPorElas (HeForShe), liderado pela ONU Mulheres, para sensibilização da sociedade, promoção de ações para a igualdade de gênero e engajamento com o movimento global no Brasil. O Comitê foi lançado tendo a adesão de representantes de empresas, universidades, governos, sociedade civil, homens públicos e mídia (ONU MULHERES, 2015a)¹¹.

Em 2016, a ONU Mulheres em parceria com a iniciativa PapodeHomem produziu o documentário “Precisamos falar com os homens?”, tendo como proposta promover reflexões importantes sobre masculinidades, violência, desigualdade de gênero e outros temas. O documentário se concretizou através de pesquisa quantitativa e qualitativa feita com mais de 20.000 pessoas, pelo PapodeHomem e parceiros do projeto. Diversos dados, reflexões e depoimentos são apresentados no documentário (PAPODEHOMEM, 2016). Em 2019, a

¹¹ Mais informações sobre a iniciativa e parceiros em: <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/comitebrasil/>
Acesso: 30/07/2022

iniciativa PapodeHomem lançou seu segundo documentário, intitulado “O silêncio dos homens”, projeto muito maior e que também foi fruto de pesquisa, com mais de 40,000 pessoas, e teve apoio institucional da ONU Mulheres e da campanha ElesPorElas - HeForShe (PAPODEHOMEM, 2019).

No Brasil, a ONU Mulheres e o movimento ElesPorElas - HeForShe promoveram também eventos presenciais de distintas modalidades que valem ser mencionados. Em março de 2017, chegou também à São Paulo a segunda edição da “Semana de Arte HeForShe”. O evento, que ocorreu também em outras seis cidades, teve o intuito de fortalecer a representação das mulheres nas artes e promover reflexões importantes sobre a igualdade de gênero (ONU MULHERES 2017). No mesmo ano, em maio, em parceria com o Instituto Faz Sport e com apresentação feita pelo canal GNT, foi realizada a #CorridaElesPorElas (HeForShe) no Rio de Janeiro, com o intuito de unir todos e todas, através do esporte, para a causa da igualdade de gênero (GNT, 2017). Outro evento interessante foi a Caça aos Livros ElesPorElas HeForShe que aconteceu em uma estação de metrô São Paulo em maio de 2018. Concretizada através de parceria entre ONU Mulheres e Metrô de São Paulo, com o apoio de empresas, a iniciativa, inspirada no clube de leitura “*Our Shared Shelf*” (Nossa Estante Compartilhada, em tradução livre) da Emma Watson, teve como objetivo engajar e incentivar jovens na leitura de autoras mulheres que escrevem sobre temas como a igualdade de gênero e marcadores como raça e etnia (ONU MULHERES, 2018).

O movimento HeForShe tem forte presença em suas redes sociais, como *Facebook* (+541 mil seguidores)¹², *Instagram* (+266 mil seguidores)¹³ e *Twitter* (+342 mil seguidores)¹⁴, promovendo campanhas virtuais, incentivando a organização de iniciativas locais e compromissos pessoais públicos e a reflexão e conscientização de homens e meninos sobre questões caras à igualdade de gênero, gerando engajamento e ações para a igualdade. A participação de aliados se dá através do compartilhamento de fotos em apoio ao movimento e à igualdade de gênero e com o uso de *hashtags*. As mais recentes campanhas são *#YearOfMaleAllyship* e *#HeForSheAtHome*.

Lançada em 1º de março de 2020, a campanha *#YearOfMaleAllyship* (*#AnoDoAliadoMasculino*, em tradução livre) tem como objetivo incentivar e normalizar o

¹² Página oficial em inglês: <<https://www.facebook.com/HeForShe>>. Acesso em: 26/06/2022

¹³ Página oficial em inglês: <<https://www.instagram.com/heforshe/>>. Acesso em: 26/06/2022

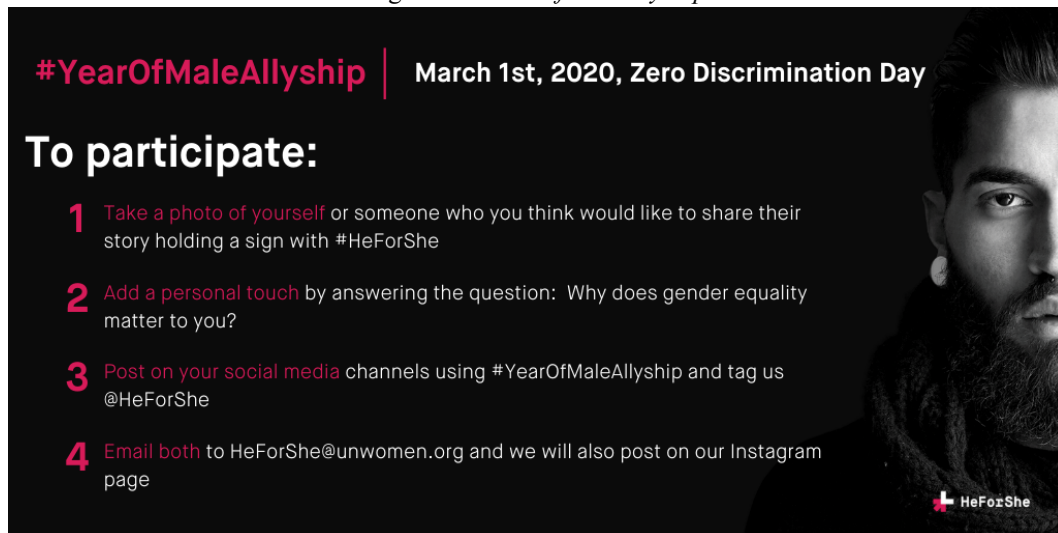
¹⁴ Página oficial em inglês: <<https://twitter.com/HeForShe>>. Acesso em: 26/06/2022

¹⁵ A representação do movimento no Brasil, ElesPorElas - HeForShe Brasil, também possui perfis nas redes sociais mencionadas. Em consulta feita em agosto de 2022 nessas páginas, nota-se que não há novas publicações desde 24 de fevereiro de 2022.

apoio e a aliança, publicamente e abertamente, dos homens com as mulheres para com a igualdade (HEFORSHE, 2020a). Segundo o HeForShe, aliados do sexo masculino são:

...são aqueles homens comprometidos com a construção de relações positivas com as mulheres, levando em consideração as desigualdades presentes no mundo de hoje e realizando ações cotidianas para enfrentá-las. Pode ser agindo como mentor de uma colega, chamando a atenção para linguagem sexista ou questionando estereótipos de gênero. Os aliados se esforçam ativamente não apenas para agir por si próprios, mas também para inspirar e encorajar outros a fazerem o mesmo! (HEFORSHE, 2020a, sem paginação, versão livre do autor).

Figura 5 - #YearOfMaleAllyship



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2020c)

Na figura acima, disponível na página do HeForShe no *Facebook*, estão descritas as orientações sobre como participar da campanha¹⁶. Através da campanha, o HeForShe propõe “estimular ideias saudáveis que levem em consideração o gênero em todas as suas formas. Uma vez que tenhamos realmente superado isso como sociedade, todos podemos ser livres para sermos nós mesmos” (HEFORSHE, 2020a, versão livre do autor). Orientações sobre como participar da campanha estão descritas no *site*.

Em abril de 2020, no início da pandemia de Covid-19, foi lançada a campanha *#HeForSheAtHome* (*#HeForSheEmCasa*, em tradução livre). Diante do avanço do coronavírus no mundo, governos locais passaram a implementar medidas e normas de contenção para frear a disseminação do vírus. Com as restrições e decretos para distanciamento e isolamento social, as demandas do lar ficaram cada vez mais intensas, intensificando a já desigual divisão de tarefas e responsabilidades (HEFORSHE, 2020b).

¹⁶ Descrição e tradução dos passos contidos na imagem: Para participar 1 Tire uma foto sua ou de um aliado masculino que você acha que gostaria de compartilhar sua história segurando uma placa com #HeForShe; 2 Dê um toque pessoal respondendo à pergunta: Por que a igualdade de gênero é importante para você?; 3 Poste em seus canais de mídia social usando #YearOfMaleAllyship e nos marque @HeForShe; 4 Envie um e-mail para HeForShe@unwomen.org e também postaremos em nossa página do Instagram (versão livre do autor).

Figura 6 - #HeForSheAtHome



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2020a)

Na figura acima, disponível na página do HeForShe no *Facebook*, é dito: “HeForShe está convocando todos os homens. Mostre a nós como você é #HeForSheEmCasa” (versão livre do autor. A campanha #HeForSheAtHome objetiva encorajar os homens a fazerem a sua parte diante do desigual fardo assumido pelas mulheres no cuidado e na manutenção dos lares. O HeForShe também destacou o importante papel das mulheres nos setores da saúde e social, tão essenciais frente aos desafios intensificados pela pandemia (HEFORSHE, 2020b). Como estratégia de engajamento, segundo o HeForShe:

Seja aprendendo a usar aquele novo aspirador de pó, ou a brincadeira que você faz ao lavar a louça, queremos ouvir suas histórias. Ao compartilhar essas histórias de modelos masculinos positivos ao redor do mundo, esperamos inspirar muitos a fazerem o mesmo (HEFORSHE, 2020b, versão livre do autor).

Em relação aos eventos HeForShe, no último dia 23 de setembro de 2021, ocorreu virtualmente o *HeForShe Summit 2021*. Transmitido através da plataforma YouTube, o evento realizou-se através de painéis previamente gravados com falas e diálogos, de representantes da ONU, do movimento e parceiros, sobre os desafios e barreiras a serem enfrentadas, e ações necessárias rumo à igualdade de gênero. No evento, os parceiros e parceiras compartilharam percepções, ações e engajamentos em suas empresas e organizações para a promoção da igualdade. Foram enfatizadas nas declarações a necessidade de se mudar a cultura dentro das organizações, contra o preconceito e a desigualdade de oportunidades. O evento, que teve pouco mais de 1 hora e 46 minutos de duração, teve mais de 300 telespectadores assistindo ao vivo, segundo indicador observado em tempo real na tela da plataforma (HEFORSHE, 2021b).

Observando as falas e declarações nos painéis, destaco que não houveram menções específicas sobre a conexão das barreiras e desigualdade de gênero às questões de raça,

sexualidade, identidade de gênero (sobre a inclusão de mulheres trans), deficiências, dentre outras questões; e sobre a necessidade de ações integradas para resolver essas desigualdades conjuntamente. Ademais, não foi debatida a necessidade de medidas e mudanças estruturais nas sociedades para sanar estas desigualdades e barreiras. Nessa crítica, me amparo na fala de Françoise Vergès (2020), que defende a necessidade de se ir além de mudanças de posturas e comportamentos, para a igualdade de gênero, apesar de sua importância.

É relevante inclusive mencionar que houve um foco muito maior em representantes, perspectivas e falas de indivíduos do Norte, sejam de empresas e/ou organizações. Não houveram depoimentos de ativistas e de organizações *grassroots* (organizações de base) na programação (HEFORSHE, 2021b). A desproporção entre vozes do Norte e do Sul no evento são problemáticas, visto que este é, ou deve ser, um movimento global e plural. E a falta de um protagonismo de depoimentos e propostas de ativistas e mobilizadores locais falha com os indivíduos apoiadores da causa, que se mobilizam em suas comunidades e têm muito a contribuir com os debates através de suas perspectivas e propostas de mudanças, inclusive para o próprio movimento.

No dia 8 de março de 2021, o movimento convocou líderes globais para se juntarem à nova iniciativa *HeForShe Alliance* (Aliança HeForShe, em tradução livre). Segundo o movimento, esta é “uma oportunidade única para organizações e instituições de todo o mundo se juntarem a uma rede de 12-14 líderes da indústria, fazer parceria com chefes de estado e, juntos, criar mudanças duradouras” (HEFORSHE, 2021d, versão livre do autor). A iniciativa foi oficialmente lançada no *HeForShe Summit 2021*, apresentando os novos membros, de empresas, organizações sem fins lucrativos e da academia (HEFORSHE, 2021b).

4.1.3 Engajando homens na luta por igualdade

Como a proposta do movimento global HeForShe é engajar homens e meninos nos esforços para a igualdade de gênero, é interessante trazer outras perspectivas que abordam essa questão, enriquecendo assim a reflexão sobre a importância desse engajamento na luta pela igualdade.

Michael Kaufman, que é autor, educador e co fundador da *White Ribbon Campaign*¹⁷, em entrevista para o *European Institute for Gender Equality EIGE* (2013), quando perguntado

¹⁷ A campanha *White Ribbon* foi lançada em 1991 no Canadá e desde então já foi organizada em mais de 60 países. Segundo informações no site oficial, é o maior movimento do mundo de homens e meninos, cujo objetivo é acabar com a violência contra meninas e mulheres, promover uma nova visão de masculinidade, promover a igualdade de gênero e relações saudáveis. A campanha pede que homens usem laços brancos com um sinal de comprometimento a nunca cometer, tolerar ou permanecer em silêncio sobre todas as formas de violência de gênero. Mais informações em: <https://www.whiteribbon.ca/about.html>

sobre a razão da importância do engajamento de homens no trabalho para a igualdade de gênero, destaca três razões. Primeiramente, Kaufman afirma que gênero é sobre relações de poder, auto definições e experiências de gênero - defendendo que homens também fazem parte da noção de gênero, não sendo apenas sobre mulheres. Em seguida, Kaufman defende que outra razão para o engajamento dos homens está relacionada com a desigualdade de poder:

...os homens ainda controlam os parlamentos, os homens ainda controlam a mídia, os homens ainda controlam nossas instituições religiosas, nossos negócios. Assim, os homens ainda estão no poder e, no entanto, queremos ser capazes de mudar essas instituições, queremos ser capazes de mudar a sociedade. Bem, parte dessa mudança tem que ser alcançar esses homens, pressionar esses homens no poder, trazê-los como positivos para a mudança. E, portanto, envolver os homens no nível comunitário nas famílias e nas instituições de poder faz parte de nossas estratégias para promover a igualdade de gênero (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY EIGE, 2013, versão livre do autor).

Como uma terceira razão, Kaufman defende que engajar homens “é bom para os homens também”, e destaca que

...apesar do poder desigual que os homens tiveram, apesar dos privilégios que demos aos homens e meninos apenas pelo fato de serem homens, apesar dessas coisas, as maneiras reais que definimos o poder dos homens realmente trazem um custo terrível para os próprios homens (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY EIGE, 2013, versão livre do autor).

Kaufman aponta sobre essa questão que homens morrem mais jovens, são mais propensos a terem vícios em drogas e álcool, são menos propensos a cuidarem de sua saúde, dentre outros, e faz um paralelo com a construção da masculinidade que impõe a noção de ser forte, independente, invencível (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY EIGE, 2013).

A construção dessa masculinidade, que é opressora e violenta, que Kaufman nos fala é fruto da cultura e do sistema patriarcal. Como aborda a escritora e professora estadunidense bell hooks, em seu livro *“The Will To Change - Men, Masculinity, and Love”* (2004) (a vontade de mudar - homens, masculinidade e amor):

Patriarcado é um sistema político-social que insiste que os homens são inerentemente dominantes, superiores a tudo e todos considerados fracos, especialmente as mulheres, e dotados do direito de dominar e governar os fracos e manter esse domínio através de várias formas de terrorismo psicológico. e violência (hooks, 2004, p. 18, versão livre do autor).

Em seu livro, hooks nos apresenta relevantes reflexões, e fala sobre a necessidade de um engajamento conjunto de mulheres e homens para a superação do patriarcado e para a igualdade de gênero. Em uma passagem hooks faz interessante afirmação sobre a questão:

Precisamos destacar o papel que as mulheres desempenham na perpetuação e sustentação da cultura patriarcal para que reconheçamos o patriarcado como um

sistema que mulheres e homens apoiam igualmente, mesmo que os homens recebam mais recompensas desse sistema. Desmantelar e mudar a cultura patriarcal é um trabalho que homens e mulheres devem fazer juntos (hooks, 2004, p. 24, versão livre do autor).

Sobre a cultura patriarcal e sobre as barreiras que precisam ser enfrentadas para que homens reconheçam a importância do movimento feminista, e se engajem nos esforços para o fim do patriarcado, hooks afirma que:

A cultura patriarcal é o sistema no qual eles nasceram e foram socializados para aceitar, mas em todas as áreas de suas vidas a maioria dos homens se rebelaram de pequenas maneiras contra o patriarcado, resistiram à fidelidade absoluta ao pensamento e à prática patriarcais. A maioria dos homens está claramente disposta a resistir ao patriarcado quando ele interfere no desejo individual, mas eles não estão dispostos a abraçar o feminismo como um movimento que desafiaria, mudaria e, finalmente, acabaria com o patriarcado (hooks, 2004, p. 108, versão livre do autor).

A autora destaca o impacto positivo que o feminismo pode promover nas pessoas e na construção do que chama de “masculinidade feminista” afirmando que:

O pensamento feminista ensina a nos todos, especialmente aos homens, como amar a justiça e a liberdade de maneiras que promovam e afirmem a vida. Claramente precisamos de novas estratégias, novas teorias, diretrizes que nos mostrem como criar um mundo onde a masculinidade feminista prospere (hooks, 2004, p. 111, versão livre do autor).

Os estudos, debates e iniciativas sobre a necessidade de repensarmos as masculinidades tem se expandido bastante, na academia, nas redes sociais e nos movimentos. Movimentos como o HeForShe, da ONU Mulheres, e a campanha *White Ribbon*, acima mencionada, trabalham com essas questões na prática. Para bell hooks (2004), o feminismo deve exercer um importante papel neste debate e na desconstrução do que chama de “masculinidade patriarcal”.

Sem dúvida, um dos primeiros atos revolucionários do feminismo visionário deve ser restaurar o homem e a masculinidade como uma categoria biológica ética divorciada do modelo dominador. É por isso que o termo masculinidade patriarcal é tão importante, pois identifica a diferença masculina como sendo sempre e apenas sobre os direitos superiores dos homens de dominar, sejam suas subordinadas mulheres ou qualquer outro grupo considerado mais fraco, por qualquer meio necessário. Rejeitar este modelo por uma masculinidade feminista significa que devemos definir a masculinidade como um estado de ser e não como performance (hooks, 2004, p. 114, versão livre do autor).

hooks (2004) nos alerta sobre a necessidade de eliminar o modelo dominador patriarcal que é base de nossa cultura:

Antes que as realidades dos homens possam ser transformadas, o modelo dominador deve ser eliminado como a ideologia subjacente na qual baseamos nossa cultura. Já vemos que dentro da cultura patriarcal os homens podem ser mais emocionais, podem ser pais, podem romper com papéis sexistas, mas enquanto os princípios subjacentes estiverem em vigor, os homens nunca poderão ser verdadeiramente livres (hooks, 2004, p. 116, versão livre do autor).

hooks apresenta a “masculinidade feminista” como uma alternativa positiva à “masculinidade patriarcal”, tão nociva para os homens e para a sociedade.

A masculinidade feminista pressupõe que basta que o homem seja para ter valor, que não precise “fazer”, “realizar”, ser afirmado e amado. Em vez de definir força como “poder sobre”, a masculinidade feminista define força como a capacidade de ser responsável por si mesmo e pelos outros. Essa força é uma característica que machos e fêmeas precisam possuir (hooks, 2004, p. 117, versão livre do autor).

Mais a frente em seu texto, bell hooks (2004, p. 121, versão livre do autor) afirma que “a masculinidade feminista diz aos homens que eles se tornam mais reais através do ato de se conectar com os outros, através da construção da comunidade”. Mais a frente a autora afirma que “a masculinidade feminista oferece aos homens uma maneira de se reconectar com a individualidade, revelando a bondade essencial da masculinidade e permitindo que todos, homens e mulheres, encontrem glória na masculinidade amorosa” (hooks, 2004, p. 124, versão livre do autor).

A noção de masculinidade feminista trazida por bell hooks nos faz refletir sobre possibilidades de superação das violências, sobre relações saudáveis e amorosas, e sobre conexão. Relembrando as características de masculinidade descritas por Kaufman (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY EIGE, 2013), como de ser forte, independente, invencível, a alternativa feminista da masculinidade parece ser justamente o caminho a ser almejado para a os esforços para a igualdade de gênero. Esse é um caminho que precisa ser percorrido pelos homens também.

bell hooks em seu livro “Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” (2018) nos mostra os caminhos que devemos seguir rumo a essa “masculinidade feminista”:

Culturas de dominação atacam a autoestima, substituindo-a por uma noção de que obtemos nosso senso de ser a partir do domínio do outro. Para mudar isso, homens devem criticar e desafiar a dominação masculina sobre o planeta, sobre homens menos poderosos e sobre mulheres e crianças. Mas devem também ter uma visão clara do que é masculinidade feminista. Como você pode se tornar o que você não consegue imaginar? E essa visão ainda precisa ser totalmente esclarecida por pensadores feministas, homens e mulheres” (hooks, 2018, p. 106-107).

O esforço, reflexão e desconstrução, pelos homens, dessa masculinidade nociva para uma masculinidade feminista, deve também se direcionar para a visão que se tem do movimento feminista, muito influenciada pelo anti-feminismo. Os homens precisam se engajar positivamente e se posicionarem como aliados na luta feminista pela igualdade de gênero. hooks em “*Feminist theory: from margin to center*” (2015a) faz relevante afirmação sobre a questão:

O feminismo definido como um movimento para acabar com a opressão sexista permite que mulheres e homens, meninas e meninos, participem igualmente na luta revolucionária. Até agora, o movimento feminista contemporâneo foi gerado

principalmente pelos esforços das mulheres - os homens raramente participaram. Essa falta de participação não é apenas uma consequência do antifeminismo. Ao tornar a liberação das mulheres sinônimo de mulheres ganhando igualdade social com os homens, as feministas liberais efetivamente criaram uma situação na qual elas, não os homens, designaram o movimento feminista como “trabalho de mulher” (hooks, 2015a, p. 68, versão livre do autor).

Sobre o impacto negativo do sexismo e do patriarcado na vida de homens, hooks (2015) fala sobre como isso pode ser um estímulo à mudança e ao engajamento dos homens no feminismo.

Os homens não são explorados ou oprimidos pelo sexismo, mas há maneiras pelas quais eles sofrem como resultado disso. Este sofrimento não pode ser ignorado. Embora de forma alguma diminua a gravidade do abuso e opressão masculinos sobre as mulheres, ou negue a responsabilidade masculina por ações de exploração, a dor que os homens experimentam pode servir como um catalisador chamando a atenção para a necessidade de mudança (hooks, 2015a, p. 73, versão livre do autor).

A respeito do engajamento de homens no movimento feminista, hooks (2015) chama a atenção para algo muito importante: apoio não é o mesmo que ação. Para a autora:

Os homens que defendem o feminismo como um movimento para acabar com a opressão sexista devem se tornar mais vocais e públicos em sua oposição ao sexismo e à opressão sexista. Até que os homens compartilhem a mesma responsabilidade de lutar para acabar com o sexismo, o movimento feminista refletirá as próprias contradições sexistas que desejamos erradicar (hooks, 2015, p. 83a, versão livre do autor).

bell hooks (2015a, p. 83, versão livre do autor) mais a frente em seu texto defende que “quando os homens mostram vontade de assumir igual responsabilidade na luta feminista, realizando quaisquer tarefas que sejam necessárias, as mulheres devem afirmar seu trabalho revolucionário reconhecendo-as como companheiros de luta”. Como afirma a autora, em um de seus mais famosos livros, “feminismo é para todo mundo” (hooks, 2018).

No Brasil existem interessantes iniciativas que colocam em prática essas ideias, trazendo homens e meninos para as discussões necessárias para a igualdade de gênero, combatendo o machismo e a desigualdade. O Instituto Papai, fundado em 1997, na cidade do Recife em Pernambuco, traz através de suas campanhas, ações político pedagógicas e projetos, atuam para promover cidadania com justiça social (INSTITUTO PAPAÍ, 2022b). No *site*, sobre o propósito do instituto, afirma-se que:

Nossas ações visam romper barreiras individuais, simbólicas, culturais e institucionais que criam obstáculos, orientados por uma ordem heteropatriarcal de masculinidade, e impedem a maior participação masculina no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos e, conseqüentemente, geram obstáculos à uma transformação simbólica, política e de prática mais profunda (INSTITUTO PAPAÍ, 2022b).

Segundo informações no *site* do Instituto Papai, diversas campanhas já foram realizadas, abordando questões como: paternidade; violência contra a mulher; licença

paternidade; direito do pai ser acompanhante durante o pré-parto, parto e pós-parto; diversidade e combate à homofobia (INSTITUTO PAPAI, 2022a).

Também fundada em 1997, em Brasília, a organização não-governamental Promundo promove programas, campanhas, grupos educativos e diálogo com instituições e governos, abrangendo áreas como paternidade e cuidado, conflito e segurança, justiça econômica, prevenção de violência, jovens e equidade e pesquisa para ação. A organização que começou suas atividades no Brasil, tem representações e suas metodologias implementadas em outros países também (PROMUNDO, 2022a, 2022b).

Em seu *site* oficial, a Promundo (2022b) defende que é estratégico para se alcançar a equidade de gênero o trabalho com homens e meninos.

Para que o empoderamento das mulheres continue avançando, homens e meninos precisam tornar-se aliados no processo, conscientizando-se de que também são beneficiados quando normas prejudiciais de gênero são questionadas. Nossas pesquisas, programas e ações para influenciar políticas públicas (advocacy) mostram que a promoção de noções positivas sobre o que significa ser homem ou mulher proporciona melhorias para suas vidas (PROMUNDO, 2022b).

Organizações como o Instituto Papai e Promundo, ambos fundados em 1997, nos mostram que não é algo novo a urgência de se incluírem homens e meninos nos esforços para a igualdade de gênero e no questionamento de paternidades e masculinidades patriarcais.

A professora, pesquisadora e coordenadora de projetos e iniciativas focadas em temas como masculinidades, paternidades e igualdade de gênero, Tatiana Moura, em texto intitulado “Masculinidades” (2019) afirma que as análises iniciais sobre o tema tiveram como objeto central “a crítica às estruturas rígidas do poder patriarcal, problematizando esta construção social enquanto a fonte da opressão, obstáculo à liberdade de escolha e emancipação das mulheres” (n.p.). A pesquisadora nos conta que com a evolução e ampliação do tema da masculinidade, foram reconhecidos também os impactos negativos que essa construção patriarcal causa nos homens, passando ainda a incluir na análise outros marcadores sociais (MOURA, 2019).

Moura (2019) afirma que essa evolução no tema promoveu uma mudança no movimento pela igualdade de gênero, considerando homens enquanto aliados na luta.

Estas abordagens marcaram um ponto de viragem no movimento de luta pela igualdade de gênero, deixando de considerar os homens apenas como agressores e/ou estando num campo diametralmente oposto ao das mulheres, para se passar a considerar os homens enquanto aliados que também são atores vulneráveis e prejudicados pelos papéis de gênero rígidos e que, portanto, também podem contribuir para a mudança. Tornou-se claro que os homens devem também fazer parte da solução, abrindo espaço a novas análises, representações e considerando masculinidades multifacetadas (MOURA, 2019, n.p.).

Elizabeth Nyamayaro (HARPER’S BAZAAR UK, 2021), em entrevista anteriormente mencionada, fala sobre a reação negativa que a proposta do HeForShe teve ao engajar homens em uma campanha por igualdade de gênero:

(...) Eu sei que existe essa conversa de por que estamos engajando homens. Mas no final das contas, por que estamos colocando toda a responsabilidade na mulher? Você sabe, para dizer “não me estupre”, os homens deveriam apenas saber que não devem estuprar uma mulher. Mas ele não vai saber disso a menos que o envolvamos em uma conversa e ele entenda que o impacto de suas ações não é apenas na mulher, mas na sociedade como um todo, porque quando as mulheres são feridas, a sociedade é ferida (...) (HARPER’S BAZAAR UK, 2021, versão livre do autor).

Nyamayaro finaliza: “Se os homens são parte do problema, eles têm que fazer parte da solução” (HARPER’S BAZAAR UK, 2021, versão livre do autor).

Edward Wageni, o atual líder global do HeForShe, em participação no *podcast Cry Like a Boy* (Chore como um menino) (2021), no episódio “*The challenges of men working with men*”¹⁸ (Os desafios de homens trabalhando com homens) afirma, sobre o HeForShe, que houve um reconhecimento pela ONU Mulheres da necessidade do engajamento de homens, visto que os homens estão nas posições de poder e decisão em empresas, líderes de governos, comunidades. E afirma sobre o reconhecimento “se a igualdade de gênero era para ser alcançada, então precisava haver um engajamento de homens e meninos” (CRY LIKE A BOY, 2021).

Na entrevista Wageni fala sobre os desafios de se trabalhar com homens, apontando que existem homens interessados em promover a igualdade de gênero, mas não sabem o que fazer e por onde começar. Sobre isso, comenta sobre a estratégia do *Barbershop* do HeForShe, anteriormente abordada aqui, que auxilia neste processo de primeiros passos. E também aponta que alguns homens sentem que questões de igualdade de gênero são questões de mulheres, e não querem estar associados a essas questões (CRY LIKE A BOY, 2021).

Em texto publicado no *site* do HeForShe “*Masculinities, Patriarchy and Climate Change*” (Masculinidades, Patriarcado e Mudança Climática), Wageni (2022), que possui experiência em trabalho de mudança climática e é especialista em igualdade de gênero, traz relevantes reflexões sobre a conexão entre essas questões:

Homens e meninos impactam e são impactados pelas mudanças climáticas de uma forma de gênero que é diferente do impacto sobre mulheres e meninas. É importante compreender os múltiplos papéis de homens e meninos nos sistemas patriarcais que contribuem para as mudanças climáticas e, por meio disso, identificar oportunidades para que eles atuem como agentes de mudanças positivas em aliança com as mulheres. É do interesse deles também (WAGENI, 2022, versão livre do autor).

¹⁸ <https://open.spotify.com/episode/2Pk9vOQOV9YPHj1nhaWten?si=c67a49bf31bf419c>

Wageni (2022) fala sobre mudanças estruturais, real engajamento de homens e meninas e uma mudança de paradigma sobre a maneira como se encara as questões do clima:

Trabalhar com homens e meninas para desafiar as masculinidades patriarcais nesses setores envolverá confrontar as operações do poder patriarcal nos níveis individual, institucional e ideológico, alterando o comportamento, os sistemas e o modo de vida para proteger famílias e economias e ser responsabilizado por isso. Devemos identificar as barreiras estruturais e sistêmicas às mudanças climáticas equitativas e garantir que a voz e a representação das mulheres sejam centrais para os resultados das mudanças climáticas. Isso exigirá uma mudança de mentalidade para ver a questão das mudanças climáticas, não apenas como uma questão de carbono, mas como uma questão de justiça e poder e os direitos e recursos (humanos e financeiros) que garantem que as mulheres e os vulneráveis sejam equipados para resolver os problemas de mudança climática que os impactam (WAGENI, 2022, versão livre do autor).

É de grande importância reconhecer a conexão entre os desafios da desigualdade de gênero e da crise ambiental, na qual estamos enfrentando ao redor do mundo. A perspectiva ecofeminista faz essa associação entre a opressão das mulheres e da natureza. Sobre o ecofeminismo, a psicóloga social, escritora e ativista Elizabeth Peredo Beltrán, em texto presente no livro “Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização” (2019), afirma que esta perspectiva “procura explicar e transformar o sistema de dominação e violência atual com foco na crítica do patriarcado e da superexploração da natureza, entendidas como parte do mesmo fenômeno” (p. 113). Beltrán (2019, p. 113) aponta que esta vertente do feminismo relaciona duas correntes de pensamento que questionam “os pilares econômicos e culturais mais influentes da opressão e da crise do mundo contemporâneo: a relação de domínio do ser humano sobre a natureza e a relação de poder desigual e violenta do patriarcado, do homem sobre a mulher”. Como será abordado mais à frente, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, há o reconhecimento na Agenda 2030 da associação entre essas questões de gênero e ambientais, na associação e indivisibilidade dos 17 objetivos.

4.1.4 Analisando o movimento

Segundo Wageni (CRY LIKE A BOY, 2021), a iniciativa HeForShe está presente onde há representações físicas da ONU Mulheres, no entanto, mobilizações pela campanha têm sido feitas por pessoas mesmo sem a representação física da entidade, o que mostra a concretização do objetivo, a qual o movimento se propõe, de inspirar localmente indivíduos e grupos. Esse engajamento local e orgânico, como define Emma Watson (ONU MULHERES, 2016), é positivo pois possibilita adaptações às realidades e maior liberdade para criar estratégias específicas de luta para a igualdade de gênero.

A possibilidade de adaptações locais é um ponto bastante positivo pois permite a ampliação e o aprofundamento de certos temas e questões específicas que cada realidade apresenta às mulheres locais. Fotos de iniciativas independentes e ou inspiradas no movimento são frequentemente compartilhadas pelo HeForShe e podem ser encontradas em suas páginas oficiais nas redes sociais.

A presença do HeForShe nas redes sociais, através de postagens e campanhas para a igualdade, é uma importante estratégia de engajamento de jovens para a mudança. Inclusive a escolha da jovem atriz Emma Watson como embaixadora do movimento, segundo Wageni (CRY LIKE A BOY, 2021), teve como objetivo este foco na juventude e na próxima geração, e como foi mencionado anteriormente, seu discurso viralizou nas redes, espalhando uma mensagem de impacto.

Emma Watson sofreu críticas por ter sido escolhida para ser embaixadora do movimento, diante de seus privilégios de raça e classe, e também sofreu assédio online após a repercussão de seu discurso (OSBORNE-CROWLEY, 2015). Sobre seus privilégios, a Watson afirmou que:

Fui incrivelmente privilegiada e não fui limitada porque sou uma garota. Certamente, portanto, é minha responsabilidade garantir que outras mulheres tenham acesso aos mesmos privilégios que eu. Certamente, seria ruim se eu não estivesse fazendo isso, garantindo que o que tive a sorte de receber na minha vida seja estendido aos outros (OSBORNE-CROWLEY, 2015, versão livre do autor).

Watson foi chamada de “feminista branca” por ativistas devido a sua não percepção para além das questões de gênero. Inclusive é relevante apontar que em seu discurso no lançamento do movimento não há recortes de raça e etnia, questões essas de grande relevância também para a promoção da igualdade de gênero. As críticas que recebeu posteriormente a motivaram a questionar seus privilégios e se engajar em compreender outras realidades e desafios enfrentados por mulheres em sua diversidade, incluindo promover leituras sobre questões caras ao feminismo em seu projeto de clube do livro *Our Shared Shelf* (CANTY, 2018). Em entrevista Watson sobre seu engajamento com o feminismo afirmou que:

Desde então, aprendi que ser feminista é mais do que uma única escolha ou decisão. É uma interrogação de si mesmo. Toda vez que acho que descasquei todas as camadas, há outra camada para descascar. Mas também entendo que as jornadas mais difíceis costumam ser as que mais valem a pena. E que esse processo não pode ser feito no ritmo ou velocidade de outra pessoa (CANTY, 2018, versão livre do autor).

Elizabeth Nyamayaro, em entrevista concedida ao *France 24* em 2019, afirma que no contexto do lançamento do movimento HeForShe estava acontecendo *online* uma campanha viral anti-feminista; e aponta que jovens mulheres estavam vendo suas mães indo para o

trabalho, estando inseridas no mercado, e por isso questionavam a relevância e o porquê do movimento feminista. Posteriormente, segundo Nyamayaro, com a disseminação de conversas sobre questões como a desigualdade salarial de gênero e o teto de vidro, que impede mulheres de avançar para cargos mais elevados nas organizações, e ainda com o impacto do discurso de Emma Watson na ONU, houve uma mudança de mentalidade (FRANCE 24, 2019).

Sobre o discurso de Watson, é relevante apontar que a recomendação da ONU para que a embaixadora não fizesse menção à palavra “feminismo” pode também ser remetida às desinformações ainda amplamente disseminadas sobre o movimento feminista, sobre seus posicionamentos e pautas na e para a sociedade. Vale lembrar que ainda hoje existem associações entre feminismo e “ódio aos homens” (*man-hating*), e também à falsa afirmação de que o “feminismo é o contrário do machismo” - como uma defesa da superioridade das mulheres sobre os homens por “mulheres raivosas”.

No contexto dos esforços e movimentos para a igualdade de gênero, especialmente no Norte, estão também duas grandes campanhas *#MeToo* e *#TimesUp*. O movimento “*me too.*”¹⁹(“eu também.”, em tradução livre) foi fundado em 2016 pela ativista e sobrevivente de violência sexual Tarana Burke. O movimento se global após a viralização em 2017 da *hashtag* *#MeToo*, onde mulheres sobreviventes de violência sexual compartilharam suas experiências nas redes sociais (ME TOO.. 2022). Sobre o propósito atual do movimento, está descrito no *site* que:

...nosso trabalho continua a se concentrar em ajudar um espectro crescente de sobreviventes – jovens, queer, trans, deficientes, mulheres e meninas negras e todas as comunidades de cor. Estamos aqui para ajudar cada indivíduo a encontrar o ponto de entrada certo para sua jornada de cura única. Mas também estamos galvanizando uma ampla base de sobreviventes e trabalhando para interromper os sistemas que permitem que a violência sexual prolifere em nosso mundo. Isso inclui insistir na responsabilização por parte dos perpetradores, juntamente com a implementação de estratégias para sustentar mudanças sistêmicas de longo prazo. Para que um dia, ninguém nunca mais tenha que dizer “eu também” (ME TOO.. 2022, versão livre do autor).

O movimento *TIME’S UP*²⁰ (“acabou o tempo”, em tradução livre) surgiu em 2017, e é publicamente lançado em 1º de janeiro de 2018 com a publicação de uma carta aberta, assinada por mais de 300 mulheres do entretenimento, no *New York Times*, ganhando visibilidade internacional com a ação (TIME’S UP NOW, 2019). Contra o medo de assédio e violência sexual, o movimento defende que:

Ao ajudar a mudar a cultura, as empresas e as leis, a TIME’S UP Now visa criar uma sociedade livre de discriminação de gênero no local de trabalho e além. Queremos que todas as pessoas – de raça, etnia, religião, sexualidade, identidade de

¹⁹ Mais informações em: <https://metoomvmt.org/>

²⁰ Mais informações em: <https://timesupnow.org/>

gênero e nível de renda – estejam seguras no trabalho e tenham oportunidades iguais de sucesso econômico e segurança (TIME'S UP NOW, 2022, versão livre do autor).

Tendo como base as propostas desses movimentos brevemente apresentadas acima, é possível afirmar que as campanhas “*me too.*” e *TIME'S UP* possuem uma visão mais interseccional que o HeForShe, visto que consideram em suas propostas, explicitamente, outros marcadores sociais; marcadores estes que podem inclusive intensificar, invisibilizar e tornar mais difícil a denúncia, o acolhimento e a reparação para as vítimas dessas violências às quais estes movimentos propõem lutar contra.

Sobre a configuração do movimento HeForShe, aponto que este tem uma postura diferente de um movimento social “tradicional”, ou mesmo do movimento feminista organizado, pois não há uma postura reivindicativa ou de pressão. As ações não envolvem petições específicas, protestos ou demonstrações em órgãos públicos, por exemplo. O movimento possui caráter mais educativo, de conscientização, e de mudança de comportamento individual e/ou de grupos; mesmo que representantes do movimento defendam que as propostas do HeForShe vão além. Quando há o engajamento de empresas, organizações e lideranças políticas, ocorre por meio de engajamento voluntário e/ou parcerias, como a iniciativa Impacto 10x10x10, por exemplo.

Através de consulta na página oficial do movimento no *Facebook*, puderam ser identificadas as campanhas promovidas ou apoiadas pelo HeForShe. Campanhas como: *#BringBackOurGirls* (*#TragamDeVoltaNossasMeninas*, em tradução livre - campanha pelo resgate das 276 meninas sequestradas pelo grupo extremista *Boko Haram*) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2014); *#LoveWins* (*#AmorVence*, em tradução livre, campanha pela igualdade matrimonial e contra a homofobia) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2015b), *#16Days* (*#16Dias*, em tradução livre, campanha de incentivo ao ativismo e conscientização contra a violência de gênero) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2015a); *#MeToo* (*#EuTambém*, em tradução livre, movimento contra o assédio e abuso sexual) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2017b); *#EqualPayDay* (*#DiaDoPagamentoIguatário*, em tradução livre, campanha contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2018a); “*End Racial Discrimination*” (Acabe com a discriminação racial, em tradução livre) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2020d); *#InternationalMensDay* (*#DiaInternacionalDosHomens*, em tradução livre, campanha com foco em saúde mental) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2020b); e *#EarthMonth* (*#MêsDaTerra*, em tradução livre, campanha de conscientização sobre justiça climática) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2022b), foram/são apoiadas pelo movimento HeForShe em suas redes sociais.

Especificamente sobre o “mee too.”, em dezembro de 2017 o movimento HeForShe convocou homens ao redor do mundo a quebrarem o silêncio e a se comprometerem publicamente nas redes sociais contra o assédio sexual, através da gravação e publicação de um vídeo curto em suas redes sociais. Junto à postagem do vídeo, outros três amigos deveriam ser convidados a se comprometerem publicamente também, tendo posta a questão “*Are you #HeForShe?*” (Você é #HeForShe?, em tradução livre). Esta ação HeForShe, para a comemoração da Dia Internacional da Solidariedade Humana das Nações Unidas, aconteceu no contexto da viralização nas redes sociais das denúncias de violência sexual mobilizadas pela *hashtag* #MeToo (UN WOMEN, 2017). A aproximação com este movimento é pontual e de apoio.

A presença do movimento HeForShe nas redes sociais se insere na estratégia bastante usada por diversos movimentos sociais da atualidade, que com a expansão do acesso à internet no mundo, e diante da facilidade de compartilhamento de ideias, informações e conteúdos nas redes sociais, amplifica sua mensagem para alcançar mais pessoas.

A professora e pesquisadora Cristiane Costa, tem texto intitulado “Rede”, no livro “Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade” (2018), faz afirmações relevantes para pensarmos a estratégia de engajamento online do movimento HeForShe. Sobre as linguagens do feminismo na rede, a pesquisadora afirma que:

...exploração metódica da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede. É descoberta aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro (COSTA, 2018, p. 46).

A autora em seu texto fala sobre o potencial das redes na amplificação do alcance das mais diversas vozes e pautas feministas.

No caso da diversidade de feminismos que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostraram ainda uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições identitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres. Talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso (COSTA, 2018, p. 47).

Como pôde ser identificado, o movimento HeForShe utiliza da estratégia das *hashtags* em suas campanhas, ampliando seu alcance. Segundo Costa (2018), o uso desse recurso tem sido uma estratégia do movimento feminista atual.

Os movimentos feministas descobriram o poder das *hashtags* em 2014. O uso inicial da *hashtag* estava associado à publicidade, que percebeu imediatamente seu potencial de organização e distribuição de conteúdo. Não é à toa que a *hashtag*, tão afeita às campanhas publicitárias, foi eleita como principal ferramenta política do feminismo (COSTA, 2018, p. 47, grifos meus).

Na página oficial no *Facebook* foram lançadas várias campanhas do HeForShe para mobilização, conscientização e engajamento para a igualdade de gênero. Campanhas essas como: *What is your impact? #GlobalImpact* (Qual é o seu impacto? #ImpactoGlobal, em tradução livre) campanha para compartilhamento de depoimentos sobre ações HeForShe para a igualdade de gênero (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2016d).

Figura 7 - *What is your impact? #GlobalImpact*



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2016d)

A campanha *How do you live #BeyondLabels?* (Como você vive #AlémDosRótulos?, em tradução livre) teve como objetivo a conscientização sobre os papéis/rótulos de gênero que afetam todos nós (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2016c).

Figura 8 - *How do you live #BeyondLabels?*



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2016c)

Já a campanha *#ShiftYourPerspective* (#MudeSuaPerspectiva, em tradução livre), teve como objetivo a desconstrução de papéis de gênero, que impõem normas sociais que limitam

as pessoas a exercerem determinadas atividades relacionadas ao trabalho, *hobbies* e atividades do dia-a-dia (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2016e, 2016f).

Figura 9 - #ShiftYourPerspective



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2016e)

Em #BeingHuman *What does it mean to be human?* (#SendoHumano O que significa ser humano?, em tradução livre) o HeForShe buscou enfatizar a importância do reconhecimento da humanidade compartilhada nas pessoas, abordando questões de sentimentos e anseios (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2016a, 2016b).

Figura 10 - #BeingHuman *What does it mean to be human?*



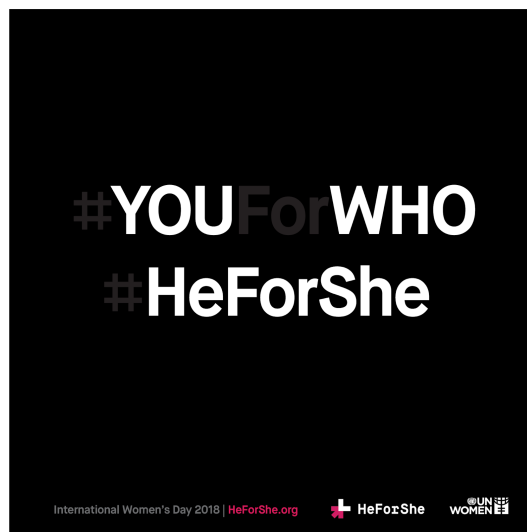
Fonte: HeForShe no *Facebook* (2016b)

Em #CountMeIn (#ConteComigo, em tradução livre) o HeForShe buscou engajar ativistas e apoiadores a inspirarem novos compromissos para o movimento pela igualdade de gênero (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2017a).

Figura 11 - *I am HeForShe you can #CountMeIn*

Fonte: HeForShe no *Facebook* (2017a)

Em *Who are you #HeForShe for? #YouForWho* (Por quem você é #HeForShe? #VocêPorQuem, em tradução livre) , o HeForShe teve como objetivo não apenas engajar pessoas com a causa da igualdade de gênero, mas também de compartilharem quem as inspiram e por quem lutam pela causa (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2018b).

Figura 12 - *Who are you #HeForShe for? #YouForWho*

Fonte: HeForShe no *Facebook* (2018b)

A campanha *Breaking gender stereotypes* (Quebrando estereótipos de gênero, em tradução livre), teve como objetivo conscientizar as pessoas a desafiarem os estereótipos de gênero, questionando o que é “apropriado” ou esperado para homens e mulheres. Na imagem abaixo lê-se “homens devem ser fortes” (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2019).

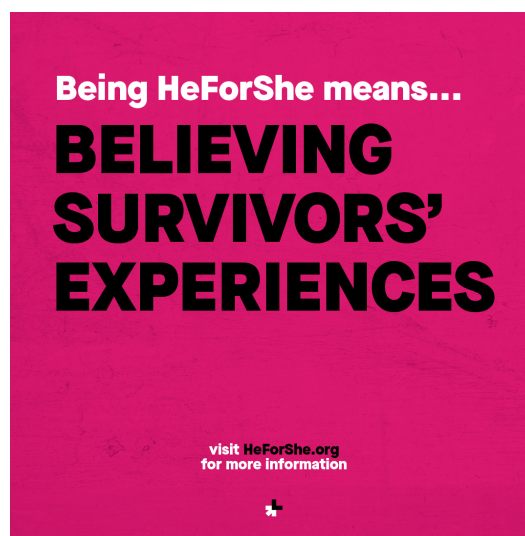
Figura 13 - *Breaking gender stereotypes*



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2019)

A campanha *#BeingHeForShe means...* (*#SerHeForShe* significa..., em tradução livre) incluiu mensagens sobre ser HeForShe se posicionando como aliados das mulheres contra a violência e a desigualdade. Na figura lê-se “ser HeForShe significa... acreditar nas experiências dos sobreviventes” (violência sexual) (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2022a).

Figura 14 - *#BeingHeForShe means...*



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2022a)

Outras iniciativas oficiais interessantes de conscientização e engajamento, nos mais diversos setores, lideradas pelo HeForShe incluem: o *HeForShe #GetFree University Tour* (Passeio Universitário Gratuito HeForShe) (UN WOMEN, 2015); o lançamento do boneco HeForShe (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2017c); o *HeForShe Arts Week* (Semana de Arte

HeForShe) (HEFORSHE, 2016c); e o *#HeForSheBaton* (#BastãoHeForShe) (HEFORSHE, 2019).

Figura 15 - *HeForShe #GetFree University Tour*

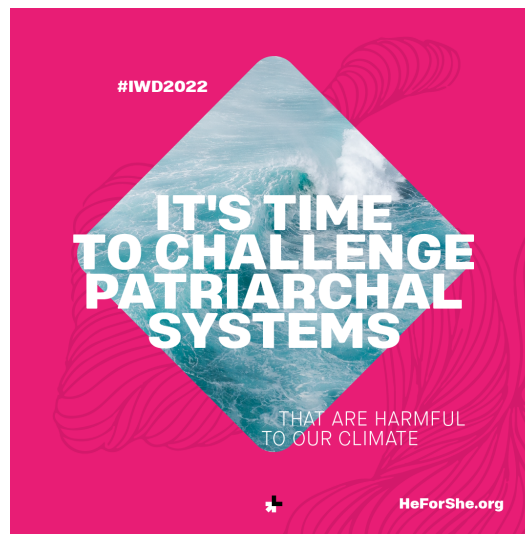


Fonte: UN Women (2015)

Como é de se esperar para uma campanha da ONU, o movimento HeForShe tem um discurso “*soft*” e palatável, ou seja, não-revolucionário, inclusive para maior adesão de seus apoiadores e de seu público alvo. Afirmando isso pois não há uma crítica forte e consistente às estruturas de opressão, no caso da desigualdade de gênero, o patriarcado – ou à sua raiz, como nos mostra Silvia Federici, o capitalismo (FEDERICI, 2017). As campanhas virtuais e as iniciativas não-virtuais oficiais, tem um caráter mais de conscientização, reflexão, engajamento e incentivo a mobilizar homens publicamente a favor da causa da igualdade de gênero. É notável o sucesso contabilizado pela campanha, cujos dados foram mencionados anteriormente, em relação aos engajamentos, às conversas online geradas com as *hashtags* e aos números de seguidores nas redes sociais.

A menção ao patriarcado em algumas falas e textos parece ser algo mais recente, como pode ser visto no texto de Wageni (2022). Em publicação feita pelo HeForShe em sua página no *Facebook* em março de 2022 lê-se “É hora de desafiar os sistemas do patriarcado que são prejudiciais ao nosso clima” (HEFORSHE NO FACEBOOK, 2022c, versão livre do autor). Essa menção não é comum no início da campanha.

Figura 16 - *It's time to challenge patriarchal systems*



Fonte: HeForShe no *Facebook* (2022c)

Há superficialidade na abordagem do movimento HeForShe em posicionamentos e estratégias de conscientização. No *kit* de ação *The Barbershop Toolbox* (2017), por exemplo, não há um maior desenvolvimento sobre o caráter estrutural da desigualdade de gênero, apontando explicitamente o patriarcado como uma questão a ser superada. Em uma das questões propostas para reflexão (p. 39) há uma pergunta sobre os desafios extras que um homem ou mulher pode enfrentar dependendo da raça, classe social ou religião. No entanto, não há menção às estruturas, ou suas conexões, que tornam esses marcadores em desigualdades. Sobre a questão, acredito ser válido trazer o pensamento de Françoise Vergès, cujas críticas feitas em seu livro “Feminismo Decolonial” (2020) nos mostram a necessidade de ir além no discurso e na luta contra a desigualdade de gênero.

O capitalismo não hesita em adotar o feminismo corporativo (aquele que exige que as pessoas se integrem a seu mundo) ou o discurso de direitos das mulheres segundo o qual as desigualdades entre homens e mulheres são uma questão de mentalidade, de falta de educação, e não de estruturas opressivas. Não que a transformação de mentalidade e uma educação antirracista e antissexista sejam questões a se negligenciar, longe disso. No entanto, devemos chamar a atenção para a insistência em não se admitir que estamos falando em estruturas, que o capitalismo racial desmorona sem o racismo, e com ele um mundo inteiro construído sobre a invisibilização, a exploração e a expropriação (VERGÈS, 2020, p. 91-92).

Mais a frente a autora afirma que:

Essa ideia de que o mundo se transformaria se mudássemos de mentalidade, se aprendéssemos a aceitar as diferenças, baseia-se em uma concepção idealista das relações de poder. Mas essa ideia é sedutora porque nos impede de agir em relação a essas estruturas (VERGÈS, 2020, p. 92).

Para mudanças estruturais efetivas é necessário que homens e meninas tenham a responsabilidade ética de ir além de um compromisso simbólico e de ações pontuais. O

engajamento político, social e reivindicativo, característico do feminismo, e de movimentos sociais em geral, é essencial para essas mudanças para a igualdade de gênero. Como dito anteriormente, o discurso e o posicionamento do movimento HeForShe sobre a conexão do marcador de gênero com outros marcadores (raça, etnia, classe, identidade, sexualidade, etc.) não é claro, forte ou consistente. Por isso, não posso afirmar que o movimento tenha uma perspectiva interseccional sobre a pluralidade de identidades e realidades das mulheres, para além do gênero, o que pode configurar certa universalidade nas vivências e experiências das mulheres pela campanha, o que é bastante problemático. Vergès (2020), em apontamento útil para se problematizar esse engajamento, digamos, “simbólico” de homens e meninos, e ainda somado a uma falta de compromisso interseccional, ao não reconhecer a conexão com outros marcadores, afirma:

O feminismo inclusivo desejado em *Sejamos todos feministas*²¹ se revela inatingível, já que as mulheres como um todo não são iguais e os homens como um todo não são iguais; assim, as mulheres deveriam aspirar a conquista da igualdade em relação a quais homens? O racismo e a divisão em classes sociais, na medida em que se combinam, também se opõem (VERGÈS, 2020, p. 93, grifo da autora).

O reconhecimento de gênero como um espectro, e não binário, está presente no discurso de Emma Watson, na ocasião do lançamento do movimento, e em posicionamentos da campanha. Em vídeo lançado sobre a iniciativa Impacto 10x10x10 é dito:

É hora de vermos o gênero não como duas forças opostas, mas como um espectro. Se pararmos de definir uns aos outros pelo que não somos e começarmos a nos definir pelo que somos, todos podemos ser livres (HEFORSHE, 2016a, versão livre do autor).

Ao acompanhar os discursos e falas do *Summit 2021*, anteriormente mencionado, é perceptível que ainda há uma visão predominantemente binária, cisgênera, heterocentrada e branca da desigualdade de gênero nas falas apresentadas no evento.

O movimento HeForShe reconhece pautas LGBTQIAP+ e se posiciona em épocas esperadas, como o mês do orgulho (junho), mas não apresenta especificamente estratégias de conscientização sobre mulheres lésbicas, mulheres trans e travestis.

Relevante à essas questões, é válido mencionar que em abril de 2022 foi lançada campanha conjunta entre ONU Mulheres, a campanha da ONU *Free & Equal* e o Escritório do Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos focada em defesa às mulheres LGBTQIAP+ intitulada *#ALLwomen* (*#TODASasmulheres*, versão livre do autor). No *site* dessa campanha está descrito: “Se posicione em solidariedade com *#ALLwomen* - não importa quem são ou quem amam!” (versão livre do autor) e são disponibilizadas imagens

²¹ Livro da escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie lançado no Brasil em 2015.

para compartilhamento, informações e fatos importantes para conscientização (incluindo um link com uma ficha de informações) e dicas de como agir em prol da causa, e a opção de se inscrever na causa, fornecendo nome e *e-mail* (UN FREE & EQUAL, 2022b). Em declaração contida no *site* afirma-se:

Cada mulher e menina é única: uma combinação única de sua personalidade, história, idioma, etnia, idade, cultura, as pessoas que conheceu, os lugares onde esteve e as experiências que teve. A verdadeira igualdade de gênero só pode ser alcançada se respeitarmos, valorizarmos e celebrarmos a imensa diversidade das mulheres e garantirmos que todas as mulheres e meninas sejam livres para serem elas mesmas e realizarem todo o seu potencial (UN FREE & EQUAL, 2022b, versão livre do autor).

Figura 17 - #Allwomen - Todas as mulheres LGBTQ+ são mulheres



Fonte:UN Free & Equal (2022b)

Essa campanha na qual a ONU Mulheres faz parte é de grande importância para o reconhecimento das mulheres em sua diversidade, no entanto, seria interessante ver um posicionamento mais consistente e contínuo sobre as pautas das mulheres LGBTQIAP+ no movimento HeForShe.

Sobre a questão do “feminismo”, percebe-se também, em movimento mais recente, que a ONU Mulheres tem utilizado mais abertamente o termo. Em publicação recente em sua página oficial no *Instagram* é dito: “Use the *F-word* if you believe in equal rights and opportunities” (Use a palavra F se você acredita em igualdade de direitos e oportunidades, versão livre do autor) (UN WOMEN NO INSTAGRAM, 2022). A publicação faz referência ao uso da expressão “*F-word*”, que indica uma palavra específica em inglês que começa com a letra F de caráter obscuro. Como mencionado anteriormente, a palavra “feminismo” ainda é controversa e pode remeter à várias informações falsas disseminadas por grupos contra os

esforços do movimento feminista para a igualdade de gênero e justiça social; por isso a referência à “palavra F”.

As temáticas que puderam ser identificadas nas campanhas virtuais do HeForShe contemplam importantes pautas feministas, como a do combate ao assédio e à violência contra a mulher; da defesa ao salário igual para trabalho igual, à oportunidades igualitárias de educação e atuação na sociedade; também em relação à desconstrução dos papéis e estereótipos de gênero; da questão divisão de tarefas; e mais recentemente, abordando questões de justiça climática. No entanto, questões de grande relevância para o movimento feminista, como os direitos reprodutivos, relacionados ao aborto legal, gratuito e seguro; às discussões sobre o trabalho doméstico não remunerado; dentre outras políticas sociais relacionadas às necessidades das mulheres, em sua diversidade, não são mencionadas ou abordadas.

4.2 O movimento global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 os 193 Estados-membros da ONU se juntaram na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável para adotar a nova agenda global intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A agenda, também conhecida como Objetivos Globais, consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas associadas e indivisíveis que deverão ser cumpridas coletivamente até o ano de 2030 (UNITED NATIONS, 2022c).

Figura 18 - *Sustainable Development Goals*



Fonte: Wikipedia Commons (2015)

Representados na imagem acima estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 Erradicação da pobreza; 2 Fome zero e agricultura sustentável; 3 Saúde e bem-estar; 4 Educação de qualidade; 5 Igualdade de gênero; 6 Água potável e saneamento; 7 Energia limpa e acessível; 8 Trabalho decente e crescimento econômico; 9 Indústria, inovação e infraestrutura; 10 Redução das desigualdades; 11 Cidades e comunidades sustentáveis; 12 Consumo e produção responsáveis; 13 Ação contra a mudança global do clima; 14 Vida na água; 15 Vida terrestre; 16 Paz, justiça e instituições eficazes; 17 Parcerias e meios de implementação.

Muito mais abrangente e abarcando novas questões, a Agenda 2030 substituiu a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e entrou em vigor em janeiro de 2016 com o compromisso de não deixar ninguém para trás (UNITED NATIONS, 2022c).

Nesta pesquisa, com ênfase na igualdade de gênero, o destaque vai para o Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2022). Neste Objetivo estão descritas as seguintes metas:

Quadro 1 - Objetivo 5: Igualdade de Gênero

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Fonte dos dados: Nações Unidas no Brasil (2022)

De acordo com o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, em *site* sobre os ODS, a Agenda 2030 proporciona um plano para a paz e prosperidade para pessoas e para o planeta, e representa um chamado para mobilização e ação de todos os países para uma parceria global (UNITED NATIONS, 2022c). A Agenda reconhece que estratégias para erradicar a pobreza e outras privações devem estar conectadas às estratégias para melhorar a educação e saúde, e impulsionar o crescimento econômico,

pensando também na preservação do planeta e nas mudanças climáticas (UNITED NATIONS, 2022c).

Na Resolução aprovada na ocasião afirma-se que a nova agenda se apoiará nas conquistas da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e propõe solucionar os desafios não resolvidos (UNITED NATIONS, 2015a). E ainda:

Deliberamos, entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e garantir a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Deliberamos também criar condições para um crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, levando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (UNITED NATIONS, 2015a, p. 3, versão livre do autor).

Está descrito no documento que os objetivos e metas da Agenda 2030 são resultado de mais de dois anos de consulta pública intensiva e engajamento com a sociedade civil e partes interessadas ao redor do mundo, prestando atenção às vozes dos mais pobres e vulneráveis (UNITED NATIONS, 2015a).

Os caminhos que levaram à concretização do que hoje temos por Agenda 2030 e os 17 Objetivos Globais foram de muita mobilização e negociações em diversos eventos internacionais, em diversas áreas, organizados pelas Nações Unidas. A página dos ODS no *site* do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais destaca alguns marcos que foram criando condições para o avanço da pauta do desenvolvimento na agenda internacional (UNITED NATIONS, 2022a).

O primeiro marco destacado é o da Cúpula da Terra, também conhecida como Eco 92 ou Rio 92, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, reunindo líderes políticos, diplomatas, cientistas, representantes de Organizações Não Governamentais e da mídia de 179 países para discutir sobre os impactos ações humanas, econômicas e sociais, na natureza; e para produzir uma agenda ampla e um projeto para ação e cooperação internacional relacionadas à questões ambientais e de desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2022d). Segundo a ONU:

“a conferência do Rio de Janeiro destacou como diferentes fatores sociais, econômicos e ambientais são interdependentes e evoluem juntos, e como o sucesso em um setor exige que a ação em outros setores seja sustentada ao longo do tempo” (UNITED NATIONS, 2022d, versão livre do autor).

A Cúpula da Terra teve diversos resultados²², com destaque, segundo a ONU, para a Agenda 21. Na ocasião foi concluído que o conceito de desenvolvimento sustentável era uma

²² Documentos disponíveis em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>

meta alcançável para todos os povos do mundo em nível local, nacional, regional ou internacional (UNITED NATIONS, 2022d).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, outro marco destacado, e talvez o mais importante da retrospectiva rumo aos ODS, representou um grande passo nos esforços para enfrentar problemas mundiais em diversas áreas, mobilizado pela virada do milênio. A Cúpula do Milênio ocorreu em 2000, mas os esforços para realizá-la começaram dois anos antes, em 1998, em campanha para engajar a comunidade internacional e fortalecer parcerias com os governos e sociedade civil (UNITED NATIONS, 2022b). O evento, que ocorreu entre 6 e 8 de setembro, reuniu 189 Estados Membro da ONU, e na ocasião foi adotada por unanimidade a Declaração do Milênio na qual foram definidos os seguintes objetivos (na tradução livre do original): 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade de gênero²³ e empoderar as mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2022b). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deveriam ser alcançados até 2015²⁴.

Figura 19 - Millennium Development Goals



Fonte: United Nations (2015b)

No ano de 2012, de 20 a 22 de junho, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. No evento foi adotado pelos Estados Membro, documento intitulado “*The Future We Want*” (O Futuro Que Queremos), contendo medidas e práticas para o desenvolvimento sustentável (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2022b). Nesta Resolução foram feitas afirmações

²³ Na versão oficial em português utiliza-se o termo sexo, ao invés de gênero.

²⁴ Relatório de 2015 dos ODM disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/>

importantes sobre igualdade de gênero, e sobre a importância do papel das mulheres nos esforços para o desenvolvimento sustentável.

31. Enfatizamos que o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo e centrado nas pessoas, beneficiando e envolvendo todas as pessoas, incluindo jovens e crianças. Reconhecemos que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são importantes para o desenvolvimento sustentável e nosso futuro comum. Reafirmamos nossos compromissos para garantir a igualdade de direitos das mulheres, acesso e oportunidades de participação e liderança na economia, na sociedade e na tomada de decisões políticas (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2012, versão livre do autor).

Mais a frente na Resolução afirma-se que:

45. Ressaltamos que as mulheres têm um papel vital a desempenhar para alcançar o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos o papel de liderança das mulheres e resolvemos promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e garantir sua participação plena e efetiva nas políticas, programas e tomadas de decisão de desenvolvimento sustentável em todos os níveis (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2012, versão livre do autor).

Acredito que seja importante ainda destacar a passagem sobre os desafios para se alcançar a igualdade de gênero, em que há, mesmo que não explicitamente, um reconhecimento de estruturas de desigualdade, e a defesa de ações afirmativas para inclusão de mulheres nestes esforços²⁵.

237. Reconhecemos que, embora tenha havido progresso na igualdade de gênero em algumas áreas, o potencial das mulheres de se engajar, contribuir e se beneficiar do desenvolvimento sustentável como líderes, participantes e agentes de mudança não foi totalmente realizado, devido a, entre outras coisas, persistentes desigualdades sociais, econômicas e políticas. Apoiamos a priorização de medidas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todas as esferas de nossas sociedades, incluindo a remoção de barreiras à sua participação plena e igualitária na tomada de decisões e gestão em todos os níveis, e enfatizamos o impacto de estabelecer metas específicas e implementar medidas temporárias, conforme o caso, para aumentar substancialmente o número de mulheres em cargos de liderança, com o objetivo de alcançar a paridade de gênero (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2012, versão livre do autor, grifos meus).

Para questões de igualdade de gênero, como pode ser visto no trecho acima citado, a Resolução de “O Mundo Que Queremos” é mais ampla e mais específica em comparação à Resolução “Transformando nosso mundo” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que será abordada a seguir.

No processo iniciado pós Rio+20 se formaliza em 22 de janeiro de 2013 o *Open Working Group of the General Assembly* (Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral) sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, composto por 30 membros de diversos países, para desenvolver uma proposta para agenda dos ODS (SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2022a). Em janeiro de 2015, iniciou-se o processo de negociação para a

²⁵A inclusão e/ou defesa de ações afirmativas não está presente na Agenda 2030.

nova agenda pós 2015. Em setembro do mesmo ano, foi aprovada a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNITED NATIONS, 2022a).

4.2.1 Implementação e acompanhamento

Como já foi mencionado, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com seus 17 Objetivos e suas 169 metas devem ser implementadas pelos países signatários até o ano de 2030, para que assim seja possível solucionar as questões, os desafios e as desigualdades as quais estes objetivos e metas pretendem sanar.

Trabalhando para atingir os Objetivos Globais²⁶, a ONU não só promove eventos e ações na esfera da macropolítica, mas também incentiva e apoia eventos, iniciativas e mobilizações locais ao redor do mundo para o cumprimento das metas rumo ao desenvolvimento sustentável.

Em outubro de 2015 foi estabelecida pelo Secretário-Geral da ONU a *UN SDG Action Campaign* (Campanha de Ação dos ODS da ONU, em tradução livre) com o propósito de reunir os esforços de diversos grupos, incentivando e apoiando uma participação ativa e integrada no processo de implementação dos ODS, além de refletir os sentimentos dos cidadãos sobre o progresso para alcançar as metas a partir de suas perspectivas (SDG ACTION CAMPAIGN, 2016). De acordo com informações no *site* da *UN SDG Action Campaign*, quatro abordagens são trabalhadas para a concretização da campanha: inspirar ação conjunta para os “nossos objetivos”; mobilizar líderes a fazerem negócios de maneira alternativa às de costume, levando em consideração questões de desigualdades, vulnerabilidades e questões ambientais; ampliar ações individuais em comunidades engajadas, através do “efeito borboleta” - destacando o potencial de ações individuais no mundo; e através do incentivo à solidariedade global para manter as pessoas envolvidas (SDG ACTION CAMPAIGN, 2022)²⁷.

Uma das primeiras estratégias da ONU foi, através de canais na plataforma de vídeos *YouTube*, como o “*The Global Goals*”, disponibilizar vídeos em diversos idiomas, como o “*Worlds Largest Lesson*” (A Maior Lição do Mundo, em tradução livre), para incentivar a mudança em diversos cantos do mundo. Nestes vídeos são compartilhadas histórias relacionadas aos Objetivos a serem alcançados, nas quais pessoas ao redor do mundo estão

²⁶ “Objetivos Globais” e “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” são nomes do mesmo movimento/agenda.

²⁷ Para mais informações sobre as iniciativas visite: <https://www.sdgactioncampaign.org/aboutv1/initiatives/>

inventando, inovando e tomando parte em campanhas para mudar as suas realidades (THE GLOBAL GOALS, 2017)²⁸.

Em 25 setembro de 2017, celebrando o aniversário da Agenda 2030, a rede internacional de organizações da sociedade civil *Global Call to Action Against Poverty* (GCAP) (Chamado Global à Ação Contra a Pobreza, em tradução livre), em parceria com a *UN SDG Action Campaign* lançou o *Global Day of Action* (Dia Global de Ação, em tradução livre), para mobilizar ações em todo o globo para os ODS. Várias organizações da sociedade civil em diversos países se engajaram nesta proposta (GCAP, 2022). A iniciativa se tornou posteriormente *Global Week to #Act4SDGs* (Semana Global para #AgirParaODSs, versão livre do autor), se estendendo para a semana em que acontece a Assembléia Geral das Nações Unidas. No ano de 2022 a semana *Global Week to #Act4SDGs* acontecerá entre 16-25 de setembro, tendo a campanha *#FlipTheScript* (#InverterOEnredo, em tradução livre) como catalisadora de ação. Na campanha de divulgação, várias frases *#FlipTheScript* promovem a reflexão e incentivam a ação. Um exemplo é a frase “Mulheres e meninas não podem mudar o mundo sem ajuda”, que após a “inversão do *script*” se torna “O mundo não pode mudar se a ajuda de mulheres e meninas” (ACT4SDGS, 2022)

Como parte da estratégia da campanha de ação da ONU para a concretização da agenda, em 2018 ocorreu o primeiro *SDG Action Awards* (Prêmio de Ação ODS, em tradução livre). O prêmio tem o propósito de identificar e celebrar agentes da mudança, além de mobilizar, inspirar e conectar pessoas que estão inovando nos meios para promover os ODS em suas realidades (SDG ACTION AWARDS, 2022)

Outra interessante estratégia é o *SDG Action Zone* (Zona de Ação ODS, em tradução livre) que teve sua primeira edição em 2019. O evento com duração de três dias ocorre durante a Assembléia Geral da ONU em formato *online*. O evento é gratuito e qualquer pessoa do mundo pode participar. Na ocasião, lideranças da ONU, ativistas, funcionários de governos, líderes empresariais e agentes de mudança compartilham soluções, planos e investimentos necessários para colocar em prática a Agenda 2030 e impactar positivamente o mundo (SDG ACTION ZONE, 2022).

No processo de implementação, o *United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development* (Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em tradução livre) (HLPF, na sigla em inglês), criado e implementado com a Rio+20, tem importante papel, em suas reuniões anuais, no

²⁸ A playlist com vídeos da estratégia disponível em:
https://www.youtube.com/playlist?list=PLAm6_yeZLsSQaoGi3I5zYc5jJX2d81BJ5

acompanhamento e na avaliação dos esforços para concretizar da Agenda 2030 (HIGH-LEVEL POLITICAL FORUM, 2022).

Em 11 de março de 2016, em evento da Comissão de Estatística das Nações Unidas, em ocasião presidida pelo Brasil, representado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi estabelecido um conjunto de 230 indicadores globais, para mensurar e revisar a implementação e cumprimento dos ODS pelos países (ESTRATÉGIA ODS, 2016). Em março de 2017, na 48ª Sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas, foi aprovado o documento com o quadro de indicadores, sendo adotado pela Assembléia Geral posteriormente em julho de 2017; ocorrendo também ajustes e refinamentos anuais (UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION, 2022b).

Como é tema desta pesquisa a questão da igualdade de gênero, vale destacar os indicadores que foram definidos para o Objetivo 5 da Agenda 2030: As informações fazem parte de documento intitulado “Quadro de indicadores globais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (versão livre do autor) (UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION, 2022a).

Quadro 2 - Indicadores para o Objetivo 5

Indicadores para o Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
<p>Meta:²⁹ 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte. Indicador: 5.1.1 Se existem ou não estruturas legais para promover, fazer cumprir e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo.</p>
<p>Meta: 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. Indicadores: 5.2.1 Proporção de mulheres e meninas com 15 anos ou mais de idade, que já foram parceiras, submetidas a violência física, sexual ou psicológica por parceiro íntimo atual ou anterior nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade. 5.2.2 Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais submetidas a violência sexual por pessoas que não seja parceiro íntimo nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.</p>
<p>Meta: 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas. Indicadores: 5.3.1 Proporção de mulheres de 20 a 24 anos casadas ou em união antes dos 15 anos e antes dos 18 anos. 5.3.2 Proporção de meninas e mulheres de 15 a 49 anos que sofreram mutilação/corte genital feminino, por idade.</p>

²⁹ As metas estão descritas na tradução oficial para o português, já os indicadores estão descritos em tradução livre.

<p>Meta: 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.</p> <p>Indicador: 5.4.1 Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, por sexo, idade e localização.</p>
<p>Meta: 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.</p> <p>Indicadores: 5.5.1 Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais. 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos gerenciais.</p>
<p>Meta: 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.</p> <p>Indicador: 5.6.1 Proporção de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva. 5.6.2 Número de países com leis e regulamentos que garantem o acesso pleno e igualitário a mulheres e homens com 15 anos ou mais de saúde sexual e reprodutiva, informação e educação.</p>
<p>Meta: 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.</p> <p>Indicadores: 5.a.1 (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos garantidos sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre os proprietários ou titulares de terras agrícolas, por tipo de posse. 5.a.2 Proporção de países onde a estrutura legal (incluindo o direito consuetudinário) garante direitos iguais das mulheres à propriedade e/ou controle da terra.</p>
<p>Meta: 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.</p> <p>Indicador: 5.b.1 Proporção de indivíduos que possuem telefone celular, por sexo.</p>
<p>Meta: 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis,</p> <p>Indicador: 5.c.1 Proporção de países com sistemas para rastrear e fazer alocações públicas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres</p>

Fonte das informações: UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION, 2022a (versão livre do autor)

4.2.2 Apontamentos sobre a Resolução “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”

Proponho a partir da leitura da Resolução apontar, se relevante para esta pesquisa, o que está claro e o que não está, e sobre o que está explícito e o que não está, no que é proposto para os esforços para a igualdade de gênero. O objetivo não é fazer uma análise do discurso

da ONU, mas identificar, nas propostas, metas e estratégias, presentes neste documento, o que está coerente com as críticas feministas abordadas neste trabalho, através das lentes da interseccionalidade e com a proposta decolonial.

Reconheço que a discussão, abordagem e ação para o cumprimento dos objetivos e metas desta agenda podem se expandir e se adaptar, em outras plataformas e contextos, e em outras iniciativas e movimentos, pela ONU e/ou por iniciativas locais. No entanto, o recorte escolhido para este trabalho é a da análise da proposta original presente na Resolução adotada pela Assembléia Geral sobre os ODS. A importância de se apontar o que não está claro, mencionado ou explícito no documento é a de reconhecer a diversidade de realidades e de identidades, e os desafios que precisam ser enfrentados para a superação das desigualdades e opressões, para assim garantir a equidade.

Se não está presente na Resolução, não está abertamente ou explicitamente incluído no que deve fazer parte dos esforços globais para o cumprimento das metas e objetivos da Agenda 2030. Equidade deve ser o objetivo máximo almejado para que todos possam viver um mundo melhor e atingindo seu pleno potencial, com dignidade, liberdade e pertencimento.

Tendo como máxima a afirmação presente na Resolução de que “ao embarcarmos nesta jornada coletiva, prometemos que ninguém será deixado para trás” (UNITED NATIONS, 2015a, p. 1, versão livre do autor), acredito que seja importante apontar e mencionar exemplos de quem está sendo deixado para trás nesta resolução.

Primeiramente, aponto que há menção nenhuma na resolução à termos como “identidade de gênero”, “orientação sexual”, “LGBTQIAP+” (ou qualquer outra variação da sigla), “pessoas trans”, “travestis”, “homofobia”, “transfobia”, dentre outros termos relevantes à causa LGBTQIAP+, e familiares à nossa realidade latino-americana. A ausência desses termos e grupos, representa um grave apagamento das lutas, vivências e experiências não-hetero-cis-normativas nas propostas para os Objetivos Desenvolvimento Sustentável.

Mesmo que esteja presente na Resolução o compromisso...

Ressaltamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer espécie de raça, cor, sexo, língua, religião, ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou outra condição (UNITED NATIONS, 2015a, p. 6, versão livre do autor).

...a não específica menção da sigla LGBTQIAP+, ou dos grupos específicos a qual ela representa, não só invisibiliza como exclui suas necessidades, desafios e vivências particulares de violência, opressão, exclusão e discriminação destas populações; que ainda precisam ser superados para a garantia dos Direitos Humanos, da dignidade, do

pertenciamento, e do desenvolvimento sustentável. Não é aceitável esperar que vivências LGBTQIAP+ estejam “incluídas” apenas no termo “outra condição”, como poderia ser interpretado no compromisso acima mencionado.

A Resolução apresenta uma visão binária (homem e mulher) e cisgênera dos indivíduos representados. A não menção de “identidade de gênero”, “cisgênero”, “transgênero”, “não-binário”, e outros termos relevantes à questão de gênero, não garantem um reconhecimento explícito, por exemplo, das experiências de mulheres e meninas trans com discriminações e violências transfóbicas em diversos espaços.

A ausência dessas questões não é apenas questionável pelas razões acima mencionadas, mas também pelo fato de que em 26 de julho de 2013 foi lançada pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) a campanha global “*Free & Equal*”³⁰ (no Brasil conhecida como “Livres & Iguais”) cujo objetivo é o de promover a conscientização, direitos iguais e tratamento justo para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI - sigla adotada pelo movimento), com esforços contra a homofobia e transfobia (UN FREE & EQUAL, 2022a). No *site* oficial da campanha está descrito que:

Mais de um terço dos países do mundo criminalizam relações consensuais amorosas entre pessoas do mesmo sexo, recrudescendo o preconceito e colocando milhões de pessoas em risco de serem chantageadas, detidas e privadas de liberdade. Muitos países forçam pessoas trans a submeterem-se a tratamentos médicos e esterilizações, ou a preencher pré-requisitos onerosos para que possam obter o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Crianças intersexo são frequentemente submetidas a cirurgias desnecessárias, causando dor e sofrimento físicos e psicológicos. Em muitos casos, a falta de proteção jurídica adequada, ao lado de atitudes públicas hostis leva à discriminação generalizada contra lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, travestis e intersexo – incluindo trabalhadores e trabalhadoras que são demitidas de seus postos, estudantes que sofrem bullying e são expulsos de escolas, e pacientes que têm o acesso a cuidados de saúde básicos negado (UN FREE & EQUAL, 2022a).

Em outubro de 2013, segundo o documento “*The Role of the United Nations in Combatting Discrimination and Violence against Lesbian, Gay Bisexual, Transgender and Intersex People*” (O Papel das Nações Unidas no Combate à Discriminação e Violência contra Lésbicas, Gays Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, em tradução livre), ocorreu com o auxílio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a primeira reunião ministerial na Assembléia Geral sobre violência e discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, representando um importante marco na inclusão dessas pautas nas discussões da agenda global (OHCHR, 2013, 2019). Na ocasião, sobre a

³⁰ Mais informações em: <https://www.unfe.org/pt-pt/about/>

campanha *Free & Equal*, a ex alta comissária da ONU para os Direitos Humanos Navi Pillay afirmou que:

“Nossa campanha em nome das comunidades marginalizadas encontrará resistência e até oposição. Não devemos desanimar. Devemos permanecer engajados. Continuemos expressando nossas preocupações, continuemos encontrando novos aliados, compartilhando boas práticas e permanecendo firmes ao lado dos defensores de direitos humanos locais na linha de frente dessa luta” (OHCHR, 2013, versão livre do autor).

Em 25 de Setembro de 2014, um ano antes da aprovação da Agenda 2030, novamente a pauta chegou à Assembléia Geral, quando ocorreu o evento *Free & Equal: LGBT rights are Human Rights* (Livres e Iguais: direitos LGBT são Direitos Humanos, em tradução livre). O então Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon se pronunciou através de vídeo apoiando e defendendo os esforços contra a discriminação e violência contra as pessoas LGBT, defendendo direitos, proteção e o posicionamento de pessoas pela causa (UN FREE & EQUAL, 2014).

Mesmo diante de avanços do movimento LGBTQIAP+ nas agendas sociais ao redor do mundo e de marcos como esses acima mencionados, a Agenda 2030 não incluiu ou reconheceu explicitamente pautas relevantes e a defesa e proteção de pessoas LGBTQIAP+.

No entanto, talvez para “responder” a essa ausência, em 29 de Setembro de 2015, dias após a aprovação da Agenda 2030, 12 entidades da Organização das Nações Unidas lançaram uma declaração conjunta defendendo o fim da violência e discriminação contra pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros e intersexuais (OHCHR, 2015b). Na declaração é defendido que:

O fracasso em defender os direitos humanos das pessoas LGBTI e protegê-las contra abusos, como violência e leis e práticas discriminatórias, constituem graves violações da lei internacional de direitos humanos e têm um impacto de longo alcance na sociedade – contribuindo para o aumento da vulnerabilidade a problemas de saúde, incluindo a infecção pelo HIV, exclusão social e econômica, sobrecarregando famílias e comunidades e impactando negativamente o crescimento econômico, o trabalho decente e o progresso para alcançar os futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (OHCHR, 2015a, p.1, versão livre do autor).

Mais a frente é enfatizado no documento que:

Os direitos humanos são universais – práticas e crenças culturais, religiosas e morais e atitudes sociais não podem ser invocadas para justificar violações de direitos humanos contra qualquer grupo, incluindo pessoas LGBTI (OHCHR, 2015a, p.1, versão livre do autor).

A ONU, junto a suas agências, de acordo com o documento anteriormente mencionado, *“The Role of the United Nations in Combatting Discrimination and Violence against Lesbian, Gay Bisexual, Transgender and Intersex People”*, tem promovido nos últimos anos diversas iniciativas e esforços, desenvolvido materiais e treinamentos, e atuado

para concretizar políticas públicas de proteção, saúde, combate a violência e inclusão da população LGBTQIAP+ (OHCHR, 2019).

É importante questionar e refletir sobre a ausência dessas pautas na Agenda 2030. Se o compromisso das Nações Unidas com questões LGBTQIAP+ se concretizou na campanha global *Free & Equal*, e dias após a aprovação da Agenda 2030, uma declaração conjunta com 12 entidades da ONU é divulgada em apoio à pautas LGBTQIAP+, então por que estas questões não estão presentes explicitamente na Resolução e na Agenda dos ODS? A Agenda 2030 teria sido aprovada na Assembléia, pelos Estados-membros, se tivessem sido incluídas essas questões e esses marcadores?

Para se atingir a igualdade de gênero e para eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas, na Resolução, não há menção ou questionamento a respeito dos papéis sociais de gênero, que limitam as mulheres para atingirem seu pleno potencial e vem à colocá-las em situações de desigualdade; e ainda não há menção sobre a questão das masculinidades. Há referência na Resolução (UNITED NATIONS, 2015a) sobre o engajamento de homens e meninos para a eliminação de todas as formas de discriminações e violências contra mulheres e meninas (p. 6), no entanto não se fala sobre a construção de masculinidades que não reproduzam violência, opressão e desigualdades, às mulheres, aos próprios homens e a outras identidades.

Importante apontar que o que chega ao grande público não é a Resolução em si, mas as caixinhas coloridas e a mandala dos Objetivos Globais, com os seus respectivos significados, que são traduzidas para vários idiomas e são compartilhadas nas redes sociais e em iniciativas inspiradas ou focadas na Agenda. Por isso, aponto essa questão e defendo que a participação de homens e meninos nos esforços para a igualdade de gênero deveria estar também incluídas explicitamente nas metas do 5º Objetivo: Igualdade de Gênero, lembrando que a igualdade de gênero não é uma questão apenas das mulheres e que os homens devem fazer sua parte na luta contra a desigualdade, violência e opressão.

Como defendido por vertentes do movimento feminista, é importante nomear e apontar os sistemas e estruturas de opressão nas sociedades. Na Resolução não há menção a termos como “patriarcado”, “sexismo”, “racismo”, “supremacia branca”, “classismo”, “homofobia” e “transfobia”, por exemplo. Questões de gênero, raça, classe e sexualidade, e as desigualdades as quais pessoas que se distanciam da figura “homem cisgênero-branco-rico-heterossexual”, são definidas pelos sistemas e estruturas acima mencionados. Não mencionar especificamente essas estruturas na Resolução para os ODS é

falhar com qualquer expectativa de mudanças profundas e estruturais nas sociedades, e mesmo com a possibilidade de cumprimento integral das metas propostas na agenda.

A força desses termos e palavras, em uma Resolução desta magnitude, é de grande importância para o reconhecimento desses desafios, e para pressionar para a superação definitiva dessas estruturas. É importante reconhecer que discriminação, termo utilizado na Resolução, e opressão representam graus distintos de desigualdade e violência. Estruturas oprimem, por isso a necessidade de reconhecer e incluir essas estruturas nas metas e objetivos da Agenda.

Na Resolução está descrito que a nova Agenda contém “...17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas associadas, integradas e indivisíveis” (UNITED NATIONS, 2015a, p. 6, versão livre do autor). O reconhecimento da integração e da indivisibilidade dos desafios a serem enfrentados, para se cumprir com os objetivos e para se atingir o desenvolvimento sustentável, demonstra um importante esforço para a superação dos desafios de maneira efetiva, holística e não seletiva. No entanto, é preciso reconhecer também, através das lentes feministas e da interseccionalidade, o papel que o sexismo, o racismo, a homofobia, o classismo, o capacitismo, o etarismo, xenofobia, e diversas outras questões, exercem nestas áreas e desafios, potencializando e tornando mais complexa a sua resolução. Indivíduos em suas diversas identidades e realidades são afetados pelos desafios, desigualdades e problemas que a Agenda 2030 pretende resolver, e isso precisa ser identificado.

Falando especificamente sobre os marcadores sociais, vale mencionar a segunda meta do “Objetivo 10: redução das desigualdades” que diz que “10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outro status” (UNITED NATIONS, 2015a, p. 21, versão livre do autor). Tal meta inclui marcadores importantes (não todos) a serem reconhecidos e considerados nos esforços para a igualdade, mas não defende explicitamente a necessidade do reconhecimento de como esses marcadores se conectam entre si e, nesta conexão, promovem situações muito específicas e diversas de desigualdade, discriminação, opressão e violência. Novamente, a falta de uma perspectiva interseccional fica evidente.

Não há menção específica nos objetivos e metas da Agenda 2030 sobre a questão da luta pelo reconhecimento, demarcação, preservação, garantia e devolução de territórios expropriados e invadidos de povos originários, indígenas e quilombolas. Essa questão é bastante relevante e urgente no contexto da América Latina, envolvendo questões políticas,

ambientais, culturais e econômicas, que culminam em violência, perseguições e destruição, afetando gravemente a vida e a sobrevivência, especialmente de mulheres, meninas, crianças e idosos, de diversos povos e comunidades indígenas e quilombolas na região.

Questões como violência policial e encarceramento em massa não são abordadas na Resolução. Este problemas estão relacionados ao racismo estrutural, às desastrosas políticas contra as drogas e também à questão de gênero, afetando em grande medida jovens negros, mulheres e crianças. São questões de relevância para a promoção da justiça social, que afetam países como Brasil e Estados Unidos, e que precisam ser seriamente debatidas e problematizadas em busca de alternativas para sua resolução, com base na justiça, na dignidade e na paz, questões estas defendidas na Resolução.

A Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável descrita na Resolução, com todos os seus objetivos, metas e encaminhamentos, não é uma agenda impositiva aos países.

Nunca antes os líderes mundiais prometeram ações e esforços comuns em uma agenda política tão ampla e universal. Estamos iniciando juntos o caminho para o desenvolvimento sustentável, dedicando-nos coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação “ganha-ganha” que pode trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo. Reafirmamos que todo Estado tem, e exercerá livremente, soberania plena e permanente sobre todas as suas riquezas, recursos naturais e atividade econômica. Implementaremos a Agenda para o benefício total de todos, para a geração de hoje e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e enfatizamos que a Agenda deve ser implementada de maneira consistente com os direitos e obrigações dos Estados sob o direito internacional (UNITED NATIONS, 2015a, p. 6, versão livre do autor).

Na Resolução está descrito que:

Todos nós trabalharemos para implementar a Agenda em nossos próprios países e nos níveis regional e global, levando em consideração as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais (UNITED NATIONS, 2015a, p. 6, versão livre do autor).

Diante das sabidas desigualdades de poder, influência e recursos entre países desenvolvidos do Norte e do Sul, e das problemáticas envolvidas em agendas prescritivas vindas do Norte para o Sul, é positivo que haja essa maleabilidade na maneira como implementar a Agenda 2030, respeitando políticas, prioridades nacionais e até alternativas locais anti-sistêmicas. No entanto, isso abre margem para “negligências” de governos, relacionados a tópicos sensíveis e estratégicos à justiça social, como esforços para a igualdade de gênero, para o combate ao racismo e discriminações contra a população LGBTQIAP+, por exemplo.

É perceptível durante a leitura da Resolução que não há clareza em como implementar as metas e objetivos da Agenda. Por um lado é positivo, por não ser uma agenda impositiva,

não apresenta uma única maneira de solucionar os problemas e desafios que a agenda aborda. Mesmo que a grande maioria destes desafios e problemas compartilhem estruturas de desigualdade em comum, estes podem estar materializados de maneira particular nas várias regiões do mundo, tendo influência, em maior ou menor medida, de marcadores e/ou situações específicas. Outro ponto positivo é que essa não especificidade de como resolver as questões abre oportunidade para resoluções e alternativas locais, orgânicas e anti-sistêmicas de resolução dos desafios e problemas. No entanto, trazendo novamente a crítica à não menção ou especificação de marcadores, termos e estruturas de desigualdade; a não especificação e a falta de clareza abrem margem para a não resolução das questões de maneira efetiva e estrutural.

Na Resolução e no Objetivo 8, relacionado ao trabalho decente, não há qualquer menção específica aos marcadores de identidade de gênero e sexualidade, sobre questões impeditivas ao acesso ao trabalho formal de pessoas LGBTQIAP+, em especial pessoas trans e travestis. Não há menção específica também às ações afirmativas de inclusão para a garantia da equidade de oportunidades, não só para pessoas LGBTQIAP+, mas para pessoas negras, pessoas com idade avançada e pessoas com deficiência, por exemplo. A defesa da não discriminação não garante a inclusão dessas pessoas, por isso, ações afirmativas são necessárias.

Não posso deixar de destacar a ausência de importante pauta feminista, que é o acesso ao aborto seguro e legal, configurada como uma questão social e de saúde pública. Não há menção na Resolução e no Objetivo 3, sobre acesso à saúde e bem-estar, e na meta específica sobre saúde sexual e reprodutiva, qualquer menção à questão:

3.7 Até 2030, garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para planejamento familiar, informação e educação, e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais (UNITED NATIONS, 2015a p. 16, versão livre do autor).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), do número de abortos feitos no mundo, por volta de 45% são feitos em condições não seguras, e 97% destes procedimentos são feitos em países em desenvolvimento (WHO, 2021)³¹. Essa complexa questão, como apontam críticas feministas, envolve marcadores de raça e classe. A inclusão da temática do aborto na Resolução e nos ODS, por estar diretamente ou indiretamente relacionada à igualdade de gênero, violência, pobreza, acesso à saúde, redução das desigualdades e outros desafios, seria de grande coerência com o que a Agenda 2030 propõe.

³¹ Mais informações em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/abortion>

4.2.3 Apontamentos sobre o Objetivo 5: Igualdade de Gênero

O Objetivo 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem como pontos centrais a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, e apresenta 9 metas que devem ser cumpridas até 2030. Ao observar o que está proposto neste Objetivo e nas metas, dois questionamentos importantes surgem.

Primeiramente, quem são as mulheres e meninas descritas neste Objetivo? Como foi apontado anteriormente, não há menção, em nenhuma parte da Resolução, sobre identidades trans e travestis. Desta forma, mesmo que haja posicionamentos mais inclusivos, em redes sociais oficiais do movimento, por exemplo, no documento oficial firmado em 2015 e na descrição do Objetivo 5, não há a inclusão explícita de outras identidades que não sejam cisgêneras, e heterossexuais.

Sobre o “empoderamento” proposto neste objetivo, é importante questionar: como pode haver empoderamento de todas as mulheres e meninas sem a superação das estruturas patriarcais de desigualdade e opressão, e dos papéis sociais de gênero, que as limitam de atingirem seu pleno potencial? Como é possível alcançar este objetivo sem a inclusão de outras identidades femininas, cujas vidas inclusive são, em muitos casos, precocemente tomadas pela homofobia e transfobia? Essas questões não estão explicitamente mencionadas no objetivo.

A antropóloga e pesquisadora feminista Cecília Maria Bacellar Sardenberg, em fala intitulada ‘Conceituando “Empoderamento” na Perspectivas Feminista’ (2012), nos apresenta definição relevante para este apontamento sobre o Objetivo 6, visto que:

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2012, p. 2).

Se não há menção explícita na Resolução sobre as estruturas patriarcal, racista (supremacia branca), de classe, hetero-cis-normativa, e mesmo sobre as desigualdades promovidas pelo capitalismo, não pode-se esperar mudanças estruturais efetivas nas diversas sociedades ao redor do mundo. O empoderamento, em seu conceito esvaziado e em apenas algumas áreas, como a econômica, por exemplo, não garante a emancipação de todas as mulheres e meninas das estruturas de opressão.

Tendo a interseccionalidade como bússola desta análise, é relevante problematizar o uso do termo “igualdade”, especificamente no Objetivo 5. Reconhecendo a pluralidade de realidades e experiências de desigualdades vivenciadas pelas mulheres, agravadas ou amenizadas por marcadores sociais específicos, e tendo a justiça social como objetivo máximo deste objetivo, o uso do termo “equidade” ao invés de “igualdade” representaria um compromisso ainda mais enfático com a meta de “não deixar ninguém para trás”.

5. NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS?

Diante das iniciativas dos movimentos HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está uma imensa quantidade de realidades, identidades e desafios a serem enfrentados. Estes desafios, materializados em desigualdades, violências e opressões, fruto das estruturas capitalista, patriarcal, racista, hetero-cis-normativa, dentre outras, envolvem relações enraizadas de poder e desigualdade. Escolhas (priorizações) foram e são feitas nos desenvolvimentos das agendas, metas e objetivos desses movimentos. O que não está presente no “discurso”, não é explicitamente reconhecido para os esforços dessas agendas, afetando a resolução dessas questões a nível global.

O dilema entre o abrangente e o específico, de movimentos globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o HeForShe pode gerar diversas problematizações. As propostas abrangentes, que podem ser identificadas nas pautas, objetivos e temas destes movimentos relacionados à igualdade de gênero, soam vagos e tendem à universalidade. A universalidade é algo bastante criticado pelas vozes dos feminismos decolonial e negro. A ausência de uma abordagem interseccional e a ausência das especificidades, reconhecendo a pluralidade de marcadores e suas conexões nas experiências das mulheres, não garante efetivamente que nenhuma mulher ou menina seja deixada para trás. Muitas identidades, realidades e lutas ficam para trás.

É preciso ser reconhecida a dificuldade da concretização de um movimento global diante da vasta diversidade de realidades, identidades e desafios. No entanto, algumas "ausências" já não podem ser relevadas, pois os debates sobre diversos marcadores sociais, como gênero, raça, etnia, território, hetero-cis-normatividade, já estão avançados. Vidas dependem do avanço dos esforços contra as violências, desigualdades e opressões. Os movimentos feminista, negro, LGBTQIAP+, dentre outros, não são movimentos novos. Suas pautas e lutas são de longa data, e precisam ser amplamente reconhecidas e incluídas em esforços globais como esses.

Especialmente em um movimento global como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que propõe uma agenda global de ação rumo a 2030, mesmo sem caráter impositivo ou prescritivo, permitindo adaptações e ajustes locais, é preciso garantir que efetivamente, em todos os territórios, todas as mulheres e meninas, em sua pluralidade sejam reconhecidas como público alvo de políticas e ações positivas inspiradas neste movimento e em suas necessidades locais.

Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável cabe um importante questionamento: pode uma Agenda, que foi aprovada por unanimidade pelos

Estados-membros da ONU (UNITED NATIONS, 2015c), em sua diversidade de realidades e posicionamentos, mexer com as estruturas internacionais de poder, desigualdade e opressão? Afirmo que não. A Resolução e a Agenda apresenta apenas respostas paliativas, visto que não há clareza em como implementá-las efetivamente, inclusive pela sua característica de Agenda não impositiva. Não há um desafio forte, claro e certo às estruturas de dominação patriarcal, de supremacia branca, de classe e hetero-cis-normativa. Não há um questionamento claro ao sistema capitalista. O movimento global HeForShe tampouco desafia diretamente as estruturas de opressão. A abordagem, como mencionada anteriormente, é de conscientização e engajamento individual e de grupos, sem um caráter de movimento social tradicional de pressão.

É inclusive importante problematizar os meios pelos quais o movimento HeForShe utiliza para compartilhar suas propostas, engajar seu público alvo, e implementar suas estratégias. O acesso à internet não é universal, sendo assim, seu meio de comunicação mais utilizado não chega a todas as pessoas. Parcerias com universidades, grandes empresas e organizações, são positivas. No entanto, estes espaços ainda estão muito distantes das realidades da maioria da população. Estes espaços continuam elitizados, sem diversidade e com poucas oportunidades e possibilidades de acesso. O HeForShe não chega para todas as pessoas. A ONU não chega para todas as pessoas.

Sobre a evolução e o desenvolvimento destes movimentos, é natural e esperado que hajam mudanças, aprimoramentos e a inclusão de novos esforços nessas agendas. O assassinato de George Floyd, um homem negro estadunidense, cruelmente morto asfixiado por um policial branco, intensificou os debates acerca do racismo, das injúrias sociais e da violência estrutural enfrentada pela população negra. Em resposta a isso, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das agências responsáveis pela Agenda 2030, lançou em 2022 página especial intitulada “*Race to the top: Confronting racism and discrimination in development*” (Raça ao topo: Confrontando o racismo e discriminação no desenvolvimento, versão livre do autor) falando sobre os posicionamentos e mudanças de postura que a agência tem tomado frente a intensificação das tensões sociais promovidas pelo racismo, apresentando ainda referências e citações de pessoas em posições de liderança que contribuem para a implementação da Agenda 2030 e para as mudanças que estão por vir na agência (UNDP, 2022).

Sobre o racismo na prática do desenvolvimento, o PNUD reconhece que “as atuais estruturas de poder, enraizadas no colonialismo, muitas vezes influenciam como o progresso é

definido e quais estratégias de desenvolvimento são seguidas” (UNDP, 2022, versão livre do autor). Logo a frente no texto, a agência fala sobre descolonização:

Em parte, a descolonização significa reconhecer que o desenvolvimento não é uma fórmula única, e o progresso não significa que os países do Sul global emulem os do Norte. Cada país deve escolher seu próprio caminho para alcançar sua própria visão de desenvolvimento sustentável (UNDP, 2022, versão livre do autor).

No texto, afirma-se ainda que o PNUD se juntou aos esforços de outras organizações da ONU no chamado para *#FightRacism* (*#CombaterORacismo*, versão livre do autor), reconhecendo que “acabar com a discriminação é essencial também para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o princípio organizador “não deixar ninguém para trás” (UNDP, 2022, versão livre do autor).

Por mais que isso seja bastante positivo, é importante problematizar a proposta de mudança de postura global da ONU, após a trágica morte de George Floyd e com a intensificação das manifestações e discussões promovidas pelo movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). Primeiramente, por que essa proposta de mudança não aconteceu antes?

O movimento *#BlackLivesMatter*³² foi fundado em 2013 nos Estados Unidos, pelas mulheres negras Patrisse Cullors, Alicia Garza e Opal Tometi, em resposta ao assassinato do adolescente negro Trayvon Martin, e desde então se tornou um importante movimento de luta da população negra contra o racismo, a discriminação e a violência (BBC NEWS BRASIL, 2020). Com presença nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, o movimento tem como missão:

...erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras pelo estado e vigilantes. Ao combater e enfrentar atos de violência, criando espaço para a imaginação e inovação negra, e centralizando a alegria negra, estamos conquistando melhorias imediatas em nossas vidas (BLACK LIVES MATTER, 2022, versão livre do autor).

Em 2014, a Anistia Internacional Brasil, diante do altos índices de violência e homicídios contra a população negra, lançou, com o intuito de mobilizar a sociedade brasileira e romper com a indiferença frente ao preconceito e à violência contra essa população, a campanha *Jovem Negro Vivo*³³. Na página sobre a campanha, a Anistia defende que “as consequências do preconceito e dos estereótipos negativos associados a estes jovens e aos territórios das favelas e das periferias devem ser amplamente debatidas e repudiadas”. E afirma que “todos os jovens têm direito a uma vida livre de violência e preconceito. Vamos lutar por isso, e exigir políticas públicas de segurança, educação, saúde, trabalho, cultura,

³² Mais informações em: <https://blacklivesmatter.com/>

³³ Mais informações em: <https://anistia.org.br/campanha/jovem-negro-vivo/>

mobilidade urbana, entre outras, que possam contribuir para transformar esta realidade” (ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2022).

A própria ONU, através de seu escritório no Brasil, lançou em 2017, como parte do compromisso de implementação da Década Internacional de Afrodescendentes, a campanha nacional "Vidas Negras"³⁴ (VIDAS NEGRAS, 2022a). A campanha em seu *site* promove importantes reflexões sobre a questão e apresenta relevantes dados sobre as violências e desigualdades enfrentadas pela população negra no Brasil, que incluem comparativos de população carcerária, taxas de homicídios, mortes maternas por causas preveníveis, dentre outros. Um dos dados mais alarmantes apresentados no *site* é de que “a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado” (VIDAS NEGRAS, 2022b). O dado é assustador. Segundo o Atlas da Violência de 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e parceiros, sobre a violência contra a população negra:

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, p. 49).

No *site* da campanha Vidas Negras afirma-se a conexão destes esforços para o cumprimento da Agenda 2030:

O Brasil está entre os 193 países que se comprometeram com a agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, tomado a decisão de não deixar ninguém para trás. Se o racismo tem deixado os jovens negros para trás, ele precisa ser enfrentado. “Vidas Negras” é um convite aos brasileiros e brasileiras a entrar no debate e promover e apoiar ações contra a violência racial (VIDAS NEGRAS, 2022).

Debates, campanhas e mobilizações sobre essas questões não são recentes, sendo estes apenas alguns exemplos. E diante dessas informações apresentadas, retomo o questionamento: por que essa proposta de mudança de postura da ONU não aconteceu antes? Por que as vozes “da margem da margem” (do contexto brasileiro, por exemplo) não ecoam tanto? Por que estratégias para lidar com as questões do encarceramento em massa, da violência policial e das desastrosas políticas contra as drogas não fazem parte da Agenda 2030? Questões essas que estão diretamente ligadas às mortes e violência contra a população negra. Por que?

Em relação às pautas feministas de grande importância, a Agenda 2030 deixa de fora questões como: garantia de acesso à creches; trabalho doméstico pago (que vai além do reconhecimento e valorização proposta na agenda); combate à violência policial em comunidades periféricas e contra a população negra; encarceramento em massa da população

³⁴ Mais informações em: <http://vidasnegras.nacoesunidas.org/>

negra; controle e autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo; garantia e acesso à aborto seguro; acesso à itens de higiene íntima feminina (absorventes); combate ao assédio em todos os ambientes; maternidade solo. O movimento HeForShe aborda questões de grande importância para o movimento feminista, como igualdade salarial para trabalho igual, combate ao assédio e violência, desconstrução dos papéis e estereótipos de gênero; a divisão de tarefas domésticas; e oportunidades igualitárias de educação e atuação na sociedade. No entanto, outras pautas importantes, como essas mencionadas, ficam de fora.

Os movimentos globais HeForShe e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são importantes iniciativas frente aos diversos desafios que precisamos globalmente enfrentar para a promoção da igualdade de gênero. São movimentos de grande magnitude, mobilizam discussões necessárias, movimentam iniciativas e geram expectativas positivas. Ainda é preciso mais tempo de implementação para ver o real impacto de suas ações e iniciativas, questão essa que vai além da proposta desta pesquisa, ainda mais frente às dificuldades e desafios trazidos pela pandemia do Covid-19.

Essa não é uma pesquisa que se esgota. Durante o seu desenvolvimento, em momentos de apresentação do projeto em eventos acadêmicos, em compartilhamentos sobre a pesquisa durante as disciplinas do mestrado, em momentos de leitura, et cetera, naturalmente algumas questões surgem... Em conversas informais percebi que não era de conhecimento de um número considerável de pessoas a existência desses dois movimentos globais. E isso me fez refletir: esses movimentos chegam a todo mundo? Falam a todo mundo? Refletem seus reais anseios? A resposta para isso é óbvia? Qual o real impacto desses movimentos, além de seu potencial simbólico? Qual o real impacto de suas propostas nas estruturas? E diante dessas estruturas e da diversidade de realidades, é possível não deixar ninguém para trás? O que fazer com propostas paliativas, que não atacam verdadeiramente as estruturas de opressão e desigualdade? Qual o futuro desses movimentos? E mais importante: A Organização das Nações Unidas chega a todo mundo?

São muitos os questionamentos que podem ser feitos sobre as propostas, objetivos e metas dos movimentos globais HeForShe e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e sobre o seu impacto e influência frente aos desafios que precisamos enfrentar coletivamente no presente, rumo a um futuro sem desigualdades e violências e opressão. Muitas lutas ainda precisam ser travadas para verdadeiramente não deixar ninguém para trás. Reconheço a importância desses movimentos globais, e espero, humildemente, que este trabalho contribua de alguma forma para os debates e esforços necessários para o cumprimento desses objetivos e metas e além.

REFERÊNCIAS

- ACT4SDGS. **About - Global Week to #Act4SDGs 16-25 Setembro 2022**. 2022. Disponível em: <https://act4sdgs.org/about/>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. **Jovem Negro Vivo**. 2022. Disponível em: <https://anistia.org.br/campanha/jovem-negro-vivo/>. Acesso em: 17 out. 2022.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. Tradução de: Heci Regina Candiani
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 206-214.
- BARBOSA, Francirosy Campos. **Mulheres muçulmanas importam - uma escrita contra o feminismo Sinhá ou sobre feministas e 'halfies'**. 2019. Instituto da Cultura Árabe. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3565>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- BELTRÁN, Elizabeth Peredo. Ecofeminismo. In: SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019. Cap. 4. p. 113-143. Tradução de: João Peres.
- BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 67-82, 2018. Tradução de: Flávia Costa Cohim Silva. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- _____. **Le blanchiment de l'intersectionnalité**. *Articles*, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 9-32, 30 nov. 2015. Consortium Erudit. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7202/1034173ar>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- BLACK LIVES MATTER. **About**. 2022. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>. Acesso em: 17 out. 2022.
- CAMBRIDGE DICTIONARY. **Third World**. 2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/third-world?q=Third+World>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- CAMPANHA NACIONAL POR EL DERECHO AL ABORTO LEGAL, SEGURO Y GRATUITO. **¿Qué es la campaña/quienes somos?** 2010. Disponível em: <https://abortolegalseguroygratis.blogspot.com/2010/03/que-es-la-campanaquienes-somos-d esde.html>. Acesso em: 29 jun. 2022
- CANTY, Erin. **People called Emma Watson a 'white feminist.' Now, she admits, they weren't wrong**. 2018. Upworthy. Disponível em: <https://www.upworthy.com/people-called-emma-watson-a-white-feminist-now-she-admits-the-y-weren-t-wrong?new=design>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; SILVA, Antonio Carlos da. Pretérito mais que presente: a social democracia entre a aporia revolucionária e a póiesis reformista? In:

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon *et al* (org.). **Aporias no Desenvolvimento da América Latina**. Salvador, Bahia - Brasil; Barcelona, Cataluña - España: Ceala, 2021. Cap. 1. p. 25-40. Disponível em: <https://zenodo.org/record/5830748>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CLARKE, Cheryl. Lesbianism: an Act of Resistance. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria E. (org.). **This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color**. New York City: Persephone Press, 1981. p. 128-137. Disponível em: <http://zigelyte.digitalscholar.rochester.edu/queertheory/wp-content/uploads/2018/02/Clarke-Lesbianism-as-Resistance-1981.pdf> Acesso em: 28 jun. 2022.

COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro : Jandaíra, 2020. p. 45-50.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100006>. Acesso em: 28 jun. 2022.

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo: Dossiê "Comunicação e Desigualdades"**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Tradução de: Bianca Santana. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021. Tradução de: Rane Souza.

COMBAHEE RIVER, C.; PEREIRA, S.; GOMES, L. S. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159864. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>. Acesso em: 28 jun. 2022.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Tradução de: Liane Schneider. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138. Tradução de: Pê Moreira

_____. **El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora**. 2007. La Haine - Proyecto de desobediencia informativa, acción directa y revolución social. Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p. Acesso em: 28 jun. 2022.

DE JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro : Jandaira, 2020. p. 25-44.

DELGADO, Josimara A.; TAVARES, Márcia; NORONHA, Valéria. Violências de gênero contra as mulheres, feminismos e Serviço Social: desafios políticos à categoria. **Revista Gênero**, Niterói, v. 22, n. 2, p. 198-222, fev. 2022. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/48100>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DOCKTERMAN, Eliana. **Emma Watson Says She Was Advised to Not Say the Word Feminism in U.N. Speech**. 2015. Time. Disponível em: <https://time.com/4132059/emma-watson-feminism-heforshe-united-nations/>. Acesso em: 29 jun. 2022

EIGE White Ribbon Campaign - full interview with Michael Kaufman. S.I.: European Institute For Gender Equality EIGE, 2013. Participa deste vídeo Michael Kaufman. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1MGRnVBs_1A. Acesso em: 29 jun. 2022.

Emma Watson apresenta o novo site do movimento #ElesPorElas HeForShe. ONU Mulheres (YouTube), 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fd7gCg2N7og>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Emma Watson at the HeForShe Campaign 2014 - Official UN Video. New York: United Nations (YouTube), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gkjW9PZBRfk>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ESTRATÉGIA ODS. **Comissão de Estatística aprova 230 indicadores globais para monitorar Objetivos Globais da ONU**. 2016. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/comissao-de-estatistica-aprova-230-indicadores-globais-para-monitorar-objetivos-globais-da-onu/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. Tradução de: Coletivo Sycorax

_____. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo** (v. 1). São Paulo: Boitempo, 2021. Tradução de: Heci Regina Candiani.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência de 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

FRANCE 24. **The Interview: The woman behind 'HeForShe': How a UN Women social media campaign went viral.** 2019. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20190403-interview-elizabeth-nyamayaro-un-women-heforshe-gender-equality-metoo-social-media>. Acesso em: 17 out. 2022.

G1. **Senado da Argentina aprova legalização do aborto no país.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/30/senado-da-argentina-aprova-legalizacao-do-aborto-no-pais.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020. Tradução de: Igor Peres.

GCAP. **2030 Agenda for Sustainable Development of the United Nations.** 2022. Disponível em: <http://gcap.global/agenda-2030/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

GNT. **GNT apresenta #CorridaElesPorElas (HeForShe) pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Veja como foi.** 2017. Disponível em: <https://gnt.globo.com/especiais/eles-por-elas/noticia/gnt-apresenta-corridaelesporelas-heforsh-e-pela-igualdade-de-direitos-entre-homens-e-mulheres-no-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a. p. 38-51.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020b. p. 75-93.

GONZALEZ, Mariana. **"Brasileiras são aliadas fundamentais", diz líder do movimento Ni Una Menos.** 2021. Universa/UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/09/ni-una-menos-5-anos.htm>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HARPER'S BAZAAR UK. **HeForShe founder Elizabeth Nyamayaro on the importance of including men in the gender equality conversation.** 2021. Participa deste vídeo Elizabeth Nyamayaro. Disponível em: <https://www.harpersbazaar.com/uk/culture/culture-news/a35821833/elizabeth-nyamayaro-heforshe-men-gender-equality/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HeForShe IMPACT 10x10x10 Launch of Gender Parity Report Davos2016. S.I.: **HeForShe**, 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cv-9rI3W72g>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HEFORSHE. **Barbershop Toolbox.** 2017. Arquivo. Disponível em: https://www.heforshe.org/sites/default/files/2022-01/toolbox_getting_started_v2.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe.** 2022a. Disponível em: <https://www.heforshe.org/en>. Acesso em: 28 jun. 2022.

_____. **HeForShe Commitment.** 2021a. Estava disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/commit>. Acesso em: 13 set. 2021.

_____. **HeForShe IMPACT 10x10x10 University Parity Report 2016.** 2016b.
 Disponível em:
<https://www.heforshe.org/sites/default/files/2018-11/HeForShe%20University%20Parity%20Report%202016.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe Launches #YearOfMaleAllyship Campaign.** 2020a. Disponível em: <https://www.heforshe.org/en/heforshe-launches-yearofmaleallyship-campaign>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe Launches Global #HeForSheAtHome Campaign.** 2020b.
 Disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/heforshe-launches-global-heforsheathome-campaign>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe Launches Inaugural Arts Week.** 2016c. Disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/heforshe-launches-inaugural-arts-week>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe Summit.** Youtube, 23 de setembro de 2021b. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=_gW1MR3bUfo. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Recognizing Accountability For Gender Equality, Male Leaders From Business, Non-profit and Academia Convene at UN Women's Global HeForShe Summit.** 2021c. Disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/recognizing-accountability-gender-equality-male-leaders-business-non-profit-and-academia-convene-un>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Resources.** 2022b. Disponível em: <https://www.heforshe.org/en/resources>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Solutions.** 2022c. Disponível em: <https://www.heforshe.org/en/solutions>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **The Barbershop Toolbox.** 2022d. Disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/barbershop>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **The HeForShe Baton Launches – First Stop New York City.** 2019.
 Disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/heforshe-baton-launches-first-stop-new-york-city>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Will You Join The Movement? UN Women's Global HeForShe Initiative Seeks Ambitious Leaders To Create A New Alliance For Gender Equality.** 2021d.
 Disponível em:
<https://www.heforshe.org/en/will-you-join-movement-un-womens-global-heforshe-initiative-seeks-ambitious-leaders-create-new>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HEFORSHE NO FACEBOOK. **#16Days**. 2015a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/460057427523051>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#BeingHeForShe means....** 2022a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/1843478775847569/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#BeingHuman means _____ ? #HeForShe**. 2016a.

Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/575842099277916/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#BeingHuman What does it mean to be human?** 2016b.

Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/572280119634114/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#BeyondLabels**. 2016c. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/505625596299567/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#BringBackOurGirls**. 2014. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/240843829444413/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#CountMeIn**. 2017a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/703961489799309/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#EarthMonth**. 2022b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/1908074989387947/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#EqualPayDay**. 2018a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/831599853702138/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#GlobalImpact**. 2016d. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/500483300147130>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#HeForSheAtHome**. 2020a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/a.240839132778216/1362764393919012>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#InternationalMensDay**. 2020b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/1539859946209455/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#LoveWins**. 2015b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/408941789301282/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#MeToo #IBelieveYou**. 2017b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/751963944999063/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#ShiftYourPerspective**. 2016e. Disponível em:

<https://www.facebook.com/HeForShe/photos/543416225853837/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#ShiftYourPerspective #HeForShe**. 2016f. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/lets-ensure-that-our-future-is-our-choice-shiftyourperspective-heforshe-wwwhefor/546558442206282>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#YearOfMaleAllyship**. 2020c. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/a.240839132778216/1317334488462003>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **#YouForWho**. 2018b. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/815189485343175/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Breaking gender stereotypes**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/1015215995340522>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **End Racial Discrimination**. 2020d. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/1397295090465942/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe Boy Story Dolls**. 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/645526155642843/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **It's time to challenge patriarchal systems**. 2022c. Disponível em: <https://www.facebook.com/HeForShe/photos/1878247049037408/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **The Barbershop Toolbox**. 2017d. Disponível em: <https://is-is.facebook.com/HeForShe/photos/barbershop-events-encourage-men-to-become-actively-engaged-in-promoting-gender-e/657768151085310>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HEFORSHE NO INSTAGRAM. **Ally is a verb**. 2021a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXWTY6aO-D8/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Standing with. Not speaking for**. 2021b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWilwxHtXTH/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HIGH-LEVEL POLITICAL FORUM. **High-Level Political Forum**. 2022. Disponível em: <https://hlpf.un.org/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. Tradução de: Cátia Bocaiuva Maringolo.

_____. **Feminist theory: from margin to center**. New York: Routledge, 2015a.

_____. **Feminism Is For Everybody: Passionate Politics**. New York & London: Routledge, 2015b.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Tradução de Ana Luiza Libânio.

_____. **The Will To Change - Men, Masculinity, and Love**. New York: Washington Square Press, 2004.

INDIO DO BRASIL, Cristina. **IBGE inicia censo em territórios quilombolas**. 2022. Agencia Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/ibge-inicia-censo-em-territorios-quilombolas>. Acesso em: 17 out. 2022.

INSTITUTO PAPAI. **Campanhas**. 2022a. Disponível em: <http://institutopapai.blogspot.com/p/campanhas.html>. Acesso em: 8 ago. 2022

_____. **Quem somos**. 2022b. Disponível em: <http://institutopapai.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 8 ago. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Tradução de: Jess Oliveira.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 4-23. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

[**LGBTS no Regime Militar**] - **As Lésbicas Feministas #JornaldaUSP**. S.I.: Canal USP, 2018. Son., color. Participa deste vídeo Marisa Fernandes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W1R4NVtOZ2s>. Acesso em: 28 jun. 2022.

LORDE, Audre. **Não há hierarquia de opressões**. 2020. Não Me Kahlo. Tradução de: Bruna Rangel. Disponível em: <https://naomekahlo.com/nao-ha-hierarquia-de-opressoes/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377. Tradução de: Pê Moreira

MARCHAO, Talita. **Nascido de tragédia argentina, Ni Una Menos tenta parar mulheres por direitos e leis**. 2017. UOL Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/03/08/nascido-de-tragedia-argentina-ni-una-menos-tenta-parar-mulheres-por-direitos-e-leis.htm>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ME TOO.. **History & inception**. 2022. Disponível em: <https://metoomvmt.org/get-to-know-us/history-inception/>. Acesso em: 17 out. 2022.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (org.). **Third World women and the politics of feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991. p. 51-80. Disponível em: <https://www.sfu.ca/~decaste/OISE/page2/files/MohantyWesternEyes.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. “Under Western Eyes” Revisited: feminist solidarity through anticapitalist struggles. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.L.], v. 28, n. 2, p.

499-535, jan. 2003. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/342914>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/342914>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MOURA, Tatiana. **Masculinidades**, Dicionário Alice. 2019. Disponível em: https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24318. Acesso em: 29 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **5 Igualdade de gênero**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 29 jun. 2022.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NI UNA MENOS. **3J 2022 Ni Una Menos**. 2022. @_niunamenos_ no *Instagram*. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdwZiH3IO_y/. Acesso em: 29 jun. 2022.

NYAMAYARO, Elizabeth. **An Invitation to Men Who Want a Better World for Women**. TED (YouTube), 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VekRvcBL4yk>. Acesso em: 06 out. 2021.

OHCHR. **Ending violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual and transgender and intersex people**: united nations entities call on states to act urgently to end violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex (LGBTI) adults, adolescents and children. 2015a. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Discrimination/Joint_LGBTI_Statement_ENG.PDF. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. **International Day Against Homophobia, Biphobia and Transphobia**. 2022. Declaração da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/05/international-day-against-homophobia-biphobia-and-transphobia>. Acesso em: 28 jun. 2022.

_____. **Landmark UN joint statement**. 2015b. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/sexual-orientation-and-gender-identity/un-wide-work-combat-discrimination-and-violence-against-lgbti-people>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. **The Role of the United Nations in Combatting Discrimination and Violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex People**: a programmatic overview. A Programmatic Overview. 2019. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/UN_LGBTI_summary_2019.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. **Unprecedented ministerial meeting on LGBT rights protection**. 2013. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/stories/2013/10/unprecedented-ministerial-meeting-lgbt-rights-protection>. Acesso em: 11 ago. 2022.

ONU MULHERES. **Caça aos Livros ElesPorElas HeForShe acontece, em 25/5, na Estação Vila Prudente do Metrô de São Paulo**. 2018. Disponível em:

<https://www.onumulheres.org.br/noticias/caca-aos-livros-elsesporelas-heforshe-acontece-em-25-5-na-estacao-vila-prudente-do-metro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

_____. **Conferências Mundiais da Mulher**. 2022. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Comitê Brasil ElesPorElas faz sua primeira reunião em Foz do Iguaçu**. 2015a. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/comite-brasil-elsesporelas-faz-sua-primeira-reuniao-em-foz-do-iguacu/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. **Movimento ElesPorElas (HeForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero – Visão Geral**. 2015b. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_visao_geral.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Semana de Arte HeForShe será realizada em São Paulo e em mais seis cidades ao redor do mundo**. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/semana-de-arte-heforshe-sera-realizada-em-sao-paulo-e-em-mais-sete-cidades-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

OSBORNE-CROWLEY, Lucia. **Emma Watson talks #HeforShe, online harassment and privilege**. 2015. Women's Agenda. Disponível em: <https://womensagenda.com.au/latest/emma-watson-talks-heforshe-online-harassment-and-privilege/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

OYEWUMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. Tradução de: wanderson flor do nascimento

PALHA, Amanda. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda: Dossiê: Marxismo e lutas LGBT**, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 38-44, set. 2019. 2º Semestre.

PAPODEHOMEM. **Assistam nosso documentário "O silêncio dos homens", na íntegra**. 2019. Texto de: Guilherme Nascimento Valadares. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/o-silencio-dos-homens-documentario-completo>. Acesso em: 05 ago. 2022.

_____. **Precisamos falar com os homens? [nosso primeiro documentário original]**. 2016. Texto de: Guilherme Nascimento Valadares. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/documentario-precisamos-falar-com-os-homens>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 195-204.

PIMENTEL, Silvia. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: Cedaw 1979**. 2013. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

Professor Is Empowering & Inspiring Future Generations of Feminists Across Latin America | NowThis. S.I.: NowThis News (YouTube), 2019. Participa deste vídeo Veronica Gago. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oSfjQ8hHGDo>. Acesso em: 29 jun. 2022.

PROMUNDO. **Nosso Trabalho**. 2022a. Disponível em: <https://promundo.org.br/trabalho/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____. **Sobre o Promundo**. 2022b. Disponível em: <https://promundo.org.br/sobre-o-promundo/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

Quem são as 3 mulheres que fundaram o movimento Black Lives Matter. S.I.: BBC News Brasil, 2020. Son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M48Qa06t-Rg>. Acesso em: 17 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, **Aníbal**. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 325-369. Disponível em: <https://www.clacso.org/pt/anibal-quijano-cuestiones-y-horizontes/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. 2012. Artigo de evento. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6848>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SDG ACTION AWARDS. **About the Awards**. 2022. Disponível em: <https://sdgactionawards.org/about-the-awards/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SDG ACTION CAMPAIGN. **Our Initiatives**. 2022. Disponível em: <https://www.sdgactioncampaign.org/aboutv1/initiatives/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

_____. **UN Millennium Campaign 2015 Report**. 2016. Disponível em: <https://www2.sdgactioncampaign.org/2016/12/05/2015-campaign-report/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SDG ACTION ZONE. **About the event**. 2022. Disponível em: <https://sdgactionzone.org/about/#>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SILVA, Givânia Maria da. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro : Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Future We Want - Outcome document**. 2012. General Assembly. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?menu=1298>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Open Working Group on Sustainable Development Goals**. 2022a. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/owg.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20**. 2022b. United Nations. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>. Acesso em: 30 jun. 2022.

The challenges of men working with men. Realização de Euronews. S.I.: Podcast **Cry Like A Boy**, 2021. Participa deste podcast Edward Wageni. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2AcEbQXgiyrlDZQ9hlwEtq>. Acesso em: 29 jun. 2022.

TIME'S UP NOW. About. 2022. Disponível em: <https://timesupnow.org/about/>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **The 300+ Original TIME'S UP Signatories**. 2019. Disponível em: <https://timesupnow.org/times-up-the-300-original-signatories/>. Acesso em: 17 out. 2022.

TOUPIN, Louise. **The History of Wages for Housework**. 2022. Pluto Press Blog. Disponível em: <https://www.plutobooks.com/blog/wages-housework-campaign-history/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** 2014. Tradução de: Osmundo Pinho. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

UN FREE & EQUAL. **Ban Ki-moon's call to world leaders at the UN: raise your voices against homophobia & transphobia!**. Raise Your Voices against Homophobia & Transphobia!. 2014. Disponível em: <https://www.unfe.org/ban-ki-moons-call-world-leaders-un/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. **Sobre ONU Livres & Iguais**. 2022a. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/about/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Stand in solidarity with #ALLwomen**. 2022b. Disponível em: <https://www.unfe.org/allwomen/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

UN WOMEN. **About UN Women**. 2022a. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Commission on the Status of Women**. 2022b. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/csw>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Guiding documents**. 2022c. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/about-us/guiding-documents>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **HeForShe #GetFree University Tour**. 2015. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/News%20and%20events/Stories/2015/HeForShe_UniversityTour_Brief.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Press release: Are you #HeForShe:** On International Human Solidarity Day, UN Women's HeForShe global movement calls men to stand up against sexual harassment. 2017. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/12/press-release-heforshe-international-human-solidarity-day>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Snapshot: What is CSW?** 2022d. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/en/csw/csw-snapshot>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **World Conferences on Women.** 2022e. Disponível em:

<https://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>. Acesso em: 29 jun. 2022.

UN WOMEN NO INSTAGRAM. **Use the F-word.** 2022. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CjmXdH4oVgu/>. Acesso em: 17 out. 2022.

UNDP. **Race to the top:** confronting racism and discrimination in development. Confronting racism and discrimination in development. 2022. Disponível em:

<https://feature.undp.org/race-to-the-top/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

UNITED NATIONS. **History.** 2022a. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals#history>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Millennium Summit, 6-8 September 2000, New York.** 2022b.

Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/newyork2000>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015.** 2015a. General Assembly. Disponível em:

https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **The eight Millennium Development Goals.** 2015b. Disponível em:

<https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2015/05/jeffrey-sachs-interview/mdgs/#>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development.** 2022c. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. **Unanimously Adopting Historic Sustainable Development Goals, General Assembly Shapes Global Outlook for Prosperity, Peace.** 2015c. Disponível em:

<https://press.un.org/en/2015/ga11688.doc.htm>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. **United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992.** 2022d. Disponível em:

<https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em: 30 jun. 2022.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2022a. Disponível em:

https://unstats.un.org/sdgs/indicators/Global%20Indicator%20Framework%20after%202022%20refinement_Eng.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. **SDG Indicators**. 2022b. Disponível em:
<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

USP MULHERES. **Sobre o USP Mulheres**. 2022. Disponível em:
<http://uspmulheres.usp.br/escritorio/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

VIDAS NEGRAS. **A Campanha**. 2022. Disponível em: <http://vidasnegras.nacoesunidas.org/>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Materiais**. 2022. Disponível em:
<http://vidasnegras.nacoesunidas.org/materiais/>. Acesso em: 17 out. 2022.

WAGENI, Edward. **Masculinities, Patriarchy and Climate Change**. 2022. HeForShe. Disponível em: <https://www.heforshe.org/en/masculinities-patriarchy-and-climate-change>. Acesso em: 29 jun. 2022.

WHO. **Abortion**. 2021. Disponível em:
<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/abortion>. Acesso em: 30 jun. 2022.

WIKIMEDIA COMMONS. **File:HeForShe Logo Badge with Tagline Use On White.png**. 2014. DIA (Brand & Design Studio, NY). Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:HeForShe_Logo_Badge_withTagline_Use_On_White.png. Acesso em: 29 jun. 2022

_____. **File:Sustainable Development Goals.png**. 2015. United Nations. Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sustainable_Development_Goals.png. Acesso em: 29 jun. 2022.

Worlds Largest Lesson - Emma Watson Introduction | Global Goals. S.I. **The Global Goals**, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qx0AVjtdq_Q. Acesso em: 29 jun. 2022.

Declaração de Compromisso de Anti-Plágio

Eu, ARTHUR FACHINI RODRIGUES, matrícula 2020112447 e estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia, declaro que o trabalho em versão impressa e digital apresentado é componente parcial da avaliação de (mestrado), compondo-se de pesquisa original, ademais de confirmar que todas as citações e as referências, bem como uso de dados primários e secundários (quando existentes) estão corretamente identificadas. Tal procedimento indica autoria e responsabilidades para os devidos fins e efeitos, podendo ser incluído como prova junto à UFBA.

Declaro que o material é original, resultado da investigação realizada por mim e que a utilização de contribuições ou textos de autores alheios estão devidamente referenciadas, obedecendo aos princípios e regras dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, sendo informadas no Regimento Interno da Pós-Graduação dessa instituição.

Salvador, Outubro de 2022.

ARTHUR FACHINI RODRIGUES

Créditos do autor

Arthur Fachini

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM na Universidade Federal da Bahia - UFBA; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB; Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP.